

## **Aula 00**

*MP-GO (Oficial de Promotoria e Auxiliar  
de Promotoria) História do Brasil e  
Geografia - 2022 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Sergio Henrique**

06 de Maio de 2022

## SUMÁRIO

<b>00. Bate Papo Inicial.....</b>	<b>3</b>
<b>1. Como estudar?.....</b>	<b>4</b>
1.1. <i>Ler, Ler e Ler. Qual o Limite? “Calo nos olhos” .....</i>	<i>4</i>
1.2. <i>Estratégia.....</i>	<i>5</i>
1.3. <i>Posso pular a teoria e ir direto para os exercícios? .....</i>	<i>5</i>
1.4. <i>Identificar as palavras chaves e pontos fundamentais do conteúdo .....</i>	<i>6</i>
1.5. <i>Pensar em movimento e usando o máximo da imaginação .....</i>	<i>6</i>
1.6. <i>Tentar Conectar as Informações.....</i>	<i>6</i>
1.7. <i>Procure disciplinar-se ao máximo e ser persistente .....</i>	<i>7</i>
1.8. <i>Estrutura do Curso .....</i>	<i>7</i>
<b>2. O Período Joanino e a Independência .....</b>	<b>9</b>
2.1. <i>Apogeu e Crise do Sistema Colonial: a Corte Portuguesa no Brasil e a Independência .....</i>	<i>9</i>
<b>3. Independências da América Espanhola .....</b>	<b>11</b>
3.1. <i>Comparação entre os Processos de Independência.....</i>	<i>12</i>
<b>4. O Reconhecimento Internacional da Independência .....</b>	<b>13</b>
4.1. <i>Organização do Império Brasileiro: Primeiro Reinado .....</i>	<i>13</i>
<b>5. A Constituição Outorgada de 1824.....</b>	<b>14</b>
<b>6. A Confederação do Equador (1824).....</b>	<b>15</b>
<b>7. A Guerra da Cisplatina .....</b>	<b>16</b>
<b>8. A Impopularidade de D. Pedro e a Abdicação .....</b>	<b>17</b>
<b>9. Período Regencial (1831-1840) .....</b>	<b>18</b>
<b>10. O Avanço Liberal: A Regência de Antônio Diogo Feijó .....</b>	<b>21</b>
<b>11. O Retorno Conservador e o Golpe da Maioridade .....</b>	<b>23</b>
<b>12. Textos Complementares .....</b>	<b>24</b>
12.1. <i>O Encaminhamento da Emancipação Política.....</i>	<i>24</i>
12.1.1. <i>As Principais medidas de D. João VI no Brasil.....</i>	<i>24</i>
12.2. <i>A Guarda Nacional .....</i>	<i>25</i>



12.3. Regência Una: A Eleição (1835).....	26
12.4. A Regência de Feijó (1835-1837).....	26
12.5. As Rebeliões Regenciais: A Ameaça à Unidade Política e Territorial .....	27
A Instabilidade Política .....	27
<b>13. Orientações de Estudo (Checklist) e Pontos a Destacar .....</b>	<b>28</b>
13.1. Primórdios da Independência e Primeiro Reinado .....	28
13.2. Período Regencial (1831-1840).....	32
<b>14. Exercícios .....</b>	<b>36</b>
<b>15. Considerações Finais .....</b>	<b>133</b>



## 00. BATE PAPO INICIAL

Olá, querido aluno. É com muita alegria que o recebo para discutirmos os Conhecimentos de História, nesta jornada em busca de um excelente resultado no Concurso do **Ministério Público de Goiás (MP-GO)**.

É com grande prazer com que venho desenvolver com vocês a disciplina de História. Sou o professor Sérgio Henrique, Historiador, licenciado em geografia e professor de Ciências Humanas no **Estratégia concursos** e cursos presenciais. Sou professor há mais de 15 anos e já ministrei várias disciplinas, do ensino fundamental ao superior, como servidor público e na rede privada. Nos primeiros anos de carreira focando em ensino e aprendizado para jovens e empreendedorismo. Na última década dedico-me para exames de alta complexidade e exigência em concursos públicos militares e preparatórios para o ENEM. O fórum de dúvidas é um instrumento fundamental de contato e para que possamos nos comunicar com maior dinamismo.

Está tentando ingressar no **serviço público**, uma área que atrai por várias razões: Tanto pela estabilidade e possibilidades de progressão na carreira quanto pelo viés cidadão de ocupar uma vaga de um cargo importante para a sociedade. São várias as motivações pelas quais você está tentando. Um salário melhor, estabilidade para cuidar da família... Enfim. São tantas coisas. E elas devem te acompanhar a todo o momento de preparação. É onde você encontrará **motivação** nas horas mais difíceis, quando até mesmo podemos ter a ideia absurda de desistir. A motivação é o combustível necessário para a sua preparação. Motivação associada à disciplina de estudos é a chave do sucesso.

**Motivação, Disciplina e Estratégia.** É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso. Mas fique tranquilo. O nosso conteúdo tem uma quantidade razoável de assuntos, mas que distribuídos em várias aulas, bem detalhadas. Vamos estudar tudo, bem detalhadamente, então pode conter a ansiedade. Tudo vai correr bem e foi devidamente distribuído para que você possa alcançar seu almejado sucesso. Leia e releia suas aulas. Faça e refaça seus exercícios. A repetição é a mãe do aprendizado. A memorização deve vir da repetição dos exercícios e do acúmulo das leituras. É a melhor forma de memorizar o conteúdo. Aos poucos e através da repetição.

Neste curso teremos um conteúdo bem completo e trabalhado em detalhes, muitas questões comentadas, resumos e vídeo aulas detalhadas e produzidas sob medida para seu certame.

Sem mais delongas, vamos ao trabalho.



## 1. COMO ESTUDAR?

Darei aqui algumas dicas que servem para que você reflita sobre como pode melhorar seu desempenho. É importante lembrar, que estudar não é uma receita de bolo e cada um encontrará a forma mais adequada para sua aprendizagem. Estas dicas ajudam a todos, e servem para outras disciplinas, então vale a pena conhecê-las e praticá-las. Se encontrar dificuldades, não se preocupe: Estudar dá muito trabalho. Quanto mais estudar, mais fácil o processo. Se está começando agora a uma rotina mais pesada persista, pois aos poucos perceberá o seu desenvolvimento. Costumo dizer que poucas pessoas (quase ninguém) gostam de estudar, mas todos gostam de aprender e conhecer. Aristóteles dizia que a educação tem raízes amargas, mas seus frutos são doces.



### 1.1. LER, LER E LER. QUAL O LIMITE? “CALO NOS OLHOS”

A essa altura do campeonato já deve ter estudado tanto que já deve sentir seus calos. A prova está próxima, mas a dica vale para a construção de seus hábitos de concurseiro. Todo estudante deve buscar desenvolver seus hábitos de leitura. Isso mesmo, hábito. A leitura é uma habilidade que se desenvolve com o treino. Nossa! Então é possível desenvolver a leitura? Claro que sim. A prática diária leva ao domínio. A leitura é uma habilidade, mas também uma competência, ou seja, pode ser trabalhada e desenvolvida. Competência é mais que conhecimento: Podemos traduzi-la como um saber que te permite à tomada de decisões e está ligada a capacidade de julgar e de avaliar. Por que nos inspirarmos na teoria da educação? Para sabermos que de acordo com os estudos acadêmicos específicos e as histórias de superação que conhecemos, é importante te lembrar de que você é capaz, e terá melhores resultados seguindo o lema do **Estratégia Concursos** “O segredo do sucesso é a constância no objetivo”, pois a cada dia você subirá um degrau no caminho da aprovação e da realização dos seus sonhos. A leitura também pode ser de textos escritos e não escritos, então ler imagens e gráficos é essencial. Pode ser que você nunca se torne um grande leitor por prazer, mas deve dominar ao menos a leitura objetiva. Refiro-me a ler conteúdos para captar as ideias centrais, mas daí voltamos ao início, pois esta habilidade só se desenvolve com leitura. Podemos começar com uma pequena meta diária de 30 minutos e aos poucos aumentamos. Cada um deve adequar a sua disponibilidade ao tempo que possui e está acostumado a estudar, então se já estuda uma hora, aumente aos poucos até chegar a duas, assim por diante. Não demora tanto tempo assim para engatar a primeira marcha e é essencial para todas as disciplinas. Então organize sua rotina de modo a aproveitar da melhor forma possível cada raro momento disponível.



## 1.2. ESTRATÉGIA

Não são raras as questões que você consegue resolver com a leitura atenta do enunciado e das alternativas. Quando é um tema que o seu domínio é falho, podemos excluir as alternativas erradas encontrando erros teóricos, anacronismos, incongruências com a pergunta. Podemos acertar a questão ou ao menos aumentar muito suas chances de sucesso. Como sua preparação envolve muita dedicação e estudos isso exigirá muito de seu corpo e então fique de olho na sua saúde. Os gregos antigos tinham o ideal do *“men sana in copore sano”*, ou seja, mente sã em um corpo sã. Tem que pensar na sua saúde e seu sono para poder encarar numa boa o exame e conseguir se manter concentrado e ativo por horas seguidas. Outro elemento que não podemos esquecer é: cuidado com o orgulho do concurseiro. O que quero dizer com isso? Alguns assuntos são difíceis e são cobrados em questões fáceis e rápidas, e outros assuntos muito simples são abordados de modo complicado e vão exigir um longo tempo. **O que fazer? Pule! Se gastou seus minutos e não saiu do lugar, abandone a questão.** É comum querer resolver até chegar na resposta um conteúdo que você estudou muito, mas caiu uma questão demorada. O que fazer? Pule! Se gastou seus 3 minutos e não saiu do lugar, abandone a questão. Cuidado para não deixar em branco. Marque logo e passe adiante. Voltar depois para marcar outra é a pior saída. Ponto é ponto, adiante você pode encontrar várias questões fáceis e empacou em uma.

## 1.3. POSSO PULAR A TEORIA E IR DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS?

Se tiver algum domínio da matéria sim, mas é muito importante ler toda a teoria. Em geral os candidatos aprovados em concursos conseguiram desenvolver o hábito de leitura. As vídeo aulas são muito importantes, mas não substituem a leitura e resolução de exercícios. O ideal é PDF + Vídeo-aulas + Exercícios. Mas eu sei que seu tempo é escasso, então eu sugiro que priorize sempre a leitura do PDF e resolução de exercícios, de todo o tipo e claro da banca. Aqueles assuntos que tiver maior dificuldade assistam as suas videoaulas, mas se já possui algum conhecimento, ou se deixou para começar estudar geografia em cima da hora, vá direto aos exercícios, pois são a melhor forma de conseguir assimilar grande quantidade de conteúdo em pouco tempo. Como o tempo é escasso, sugiro que tente ir direto para os exercícios nas matérias que sente que conseguirá acompanhar.



#### 1.4. IDENTIFICAR AS PALAVRAS CHAVES E PONTOS FUNDAMENTAIS DO CONTEÚDO

Imaginar que você está explicando para uma criança é muito bom. Ela vai precisar de muitos detalhes, mas o essencial não são nomes e números. Eles devem estar lá, mas não são o principal, pois o são os raciocínios e conceitos.

#### 1.5. PENSAR EM MOVIMENTO E USANDO O MÁXIMO DA IMAGINAÇÃO

Como se um filme estivesse passando. Quanto mais dinamismo você usar melhor. Cores são essenciais para usar todas as habilidades de aprendizagem do seu cérebro. Assuntos mais complicados, por exemplo, você deve fazer uma anotação toda colorida, com desenhos e esquemas, mas fique de olho, pois aqueles que são feitos por você tem uma grande eficácia e é melhor que sejam feitos à mão, pois isso vai ajudar muito na memorização do conteúdo. Isso ajuda sua criatividade como um todo aproveite para se imaginar tomando posse, trabalhando no seu cargo, pois geralmente dá muita motivação para buscar forças na hora do cansaço.



Anotar com esquemas, desenhos ou fazer músicas são métodos muito mais eficientes do que longas anotações no caderno. Muitos concursos ainda se mantêm tradicionais na forma de elaborar suas questões e exigem bastantes detalhes.

#### 1.6. TENTAR CONECTAR AS INFORMAÇÕES

Em geral já farei isso e é tranquilo, pois não se tratam de conexões muito complexas, mas do tipo associar que somos um dos mais importantes produtores agrícolas mundiais e ligar isso com o passado agroexportador, os principais produtos que cultivamos, associar o cultivo ao lugar, clima e os impactos no meio ambiente.



## 1.7. PROCURE DISCIPLINAR-SE AO MÁXIMO E SER PERSISTENTE

Tenha uma boa alimentação, uma boa noite de sono e mantenha seus hábitos saudáveis, pois são importantes para o seu desempenho, e tenha um horário de estudos. A persistência nos objetivos é a chave do sucesso. Mas cuidado e não mude radicalmente seus hábitos dias antes da prova, pois há pessoas que resolvem de repente entrar na academia e radicalizar na mudança alimentar, mas a essa altura, sem mudanças bruscas.



## 1.8. ESTRUTURA DO CURSO



1. São 6 aulas bem completas que abordam todos os itens do seu edital. Seguindo a linha do tempo, vamos contextualizar a História do Brasil e as metodologias de ensino.
2. O curso é feito com exclusividade para atendê-lo, então ao longo da preparação, podemos atualizá-lo constantemente, e você pode enviar seu feedback. Inclusive sugerindo temas que você acha importantes e não foram abordados. Mesmo que não caiam, você saberá que não precisam se preocupar com aquele assunto.
3. Teremos também videoaulas em que vou destrinchar o máximo de detalhes importantes para você. Sempre entre em contato através do fórum de dúvidas, pois é parte essencial do seu processo de preparação.
4. No dia da prova, se puder sair com o caderno, envie logo para o meu e-mail para que eu possa analisá-las e verificar possíveis recursos. A banca somente libera os cadernos de



provas para os inscritos, então é importante que você me envie, para que possa ser analisada a possibilidade de interposição de recurso.



Favor nos envie as questões da prova através do e-mail: [professorsergiohenrique@yahoo.com.br](mailto:professorsergiohenrique@yahoo.com.br)

Você já leu minhas dicas de estudo no início do material. São importantíssimas e irão colaborar em sua caminhada de concurseiro. Fique de olho:

- ✓ Leia e releia até não aguentar mais.
- ✓ Se você imprimir, destaque os pontos mais importantes. Vou ajudar grifando alguns trechos, mas a sua seleção é fundamental, pois seu cérebro gravará mais conteúdos assim.
- ✓ Assista as videoaulas, mas a prioridade é o livro digital. Então se estiver apertado e será obrigado a escolher, foque com certeza no livro.
- ✓ Para decorar alguns dados vale de tudo: imprimir os mapas e gráficos, escrever na janela, gravar sua voz e ouvir. Neste processo não tem muito segredo: árvores mentais e muito estudo. Muitos alunos usam o tempo do ônibus ou de volante para escutar as aulas. Vou sintetizar ao máximo o conteúdo e você irá a poucos dias dominar o essencial.



## 2. O PERÍODO JOANINO E A INDEPENDÊNCIA

**Contexto:** A presença britânica no Brasil, a transferência da Corte, tratados, as principais medidas de D. João VI no Brasil, a política joanina, os partidos políticos, as revoltas, conspirações e revoluções e emancipação e os conflitos sociais.

### 2.1. APOGEU E CRISE DO SISTEMA COLONIAL: A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL E A INDEPENDÊNCIA

No início do século XIX a Europa passava pelas **Guerras Napoleônicas**. Ameaçados por Napoleão Bonaparte a família real portuguesa, pois em prática um antigo projeto de evacuação do território, transferindo toda a corte para o Brasil. Tem aí o início do nosso processo de independência. Os portugueses eram dependentes da Inglaterra desde 1703 quando foi assinado o Tratado de Methuen (panos e vinhos), Napoleão proibiu os portugueses de fazer comércio com os ingleses. Na transferência da corte foram escoltados pelos britânicos. Ao desembarcarem no Brasil foram assinados dois importantes tratados comerciais:

- ✓ **1808: A abertura dos portos às nações amigas:** Permitia realizar comércio com os ingleses. Na prática punha **fim ao pacto colonial**.
- ✓ **1810: Tratados de comércio e navegação com as nações amigas.** Concedia tarifas alfandegárias especiais aos ingleses que pagavam 15% de impostos sobre o valor. As outras nações pagavam até 60%. Ocorreu uma grande enxurrada de produtos ingleses no nosso mercado, o que atrasou nossa industrialização por quase 100 anos.

O período em que Dom João ficou no Brasil ficou conhecido como **Período Joanino**. Dom João realizou importantes mudanças como:

- ✓ Criação do Banco do Brasil.
- ✓ Casa da Moeda.
- ✓ Criação do Jardim botânico.
- ✓ Várias obras públicas.
- ✓ Escolas de estudos médicos e farmacêuticos no RJ e Salvador.
- ✓ Invasão militar da Guiana Francesa (retaliação à Napoleão) e da província cisplatina (atual Uruguai).
- ✓ 1815 elevou o Brasil à categoria de Reino Unido.



Em 1820 ocorreu em Portugal a **Revolução Liberal do Porto**, que restabeleceu a monarquia, no modelo constitucional, e exigiu o retorno da família real. D. João voltou e deixou aqui seu filho D. Pedro I como príncipe regente. A corte portuguesa pretendia recolonizar o Brasil. Exigiu o retorno do príncipe que se negou a voltar e passou a tomar medidas que irritaram as cortes:

- 1- Equiparou as forças armadas do Brasil às de Portugal e estabeleceu que nenhuma ordem portuguesa seria cumprida sem sua aprovação.
- 2- Recebeu apoio dos grandes fazendeiros que eram a favor da independência. Dom Pedro, em janeiro declararia que ficaria no Brasil, apesar dos apelos da corte (dia do fico). Em setembro recebeu uma comunicação para seu retorno imediato, sob o risco de invasão militar. Em 7 de setembro proclama a Independência do Brasil. Foi um processo pacífico (não houve guerras), elitista (comandados por D. Pedro e os grandes fazendeiros. Não teve participação popular), ocorreu a manutenção do nosso território e a escravidão não foi abolida.



### 3. INDEPENDÊNCIAS DA AMÉRICA ESPANHOLA

Denominamos América Latina os países colonizados principalmente por Portugal e Espanha. Corresponde aos países entre o México e a Argentina. É uma área bastante grande. Foram colônias de exploração e eram rigidamente exploradas pelas suas metrópoles. A América espanhola possuía importantes colônias fornecedoras de metais preciosos e produtos primários. Com a eclosão da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, a elite colonial da América espanhola, muito influenciadas pelas ideias iluministas, passaram a desejar a independência. Durante as Guerras Napoleônicas a Espanha foi invadida e a elite colonial crioula viu neste contexto a oportunidade de romper com o antigo sistema colonial.



#### TOME NOTA!

**Quem eram os Criollos?** A elite colonial. Brancos, ricos proprietários, nascidos na colônia. Eram impedidos de ocupar cargos políticos. Eram descendentes dos **Chapetones**: Brancos, ricos proprietários, nascidos na Espanha, e possuíam o monopólio dos cargos públicos.

O processo de Independência da América espanhola foi liderado pelos criollos e teve uma profunda participação popular nas batalhas travadas contra os exércitos espanhóis. Ex-escravos e nativos participaram ativamente. Após a independência proclamaram repúblicas e aboliram a escravidão. Lembra-se da Santa Aliança criada no congresso de Viena? Este exército lutou para tentar impedir as independências. **A Inglaterra é favorável a independência das colônias** (países independentes significam conquista novos mercados para os produtos industriais ingleses).

Entre os principais líderes da independência das colônias espanholas podemos citar:

- ✓ **Simon Bolívar**: Venezuelano considerado herói libertador dos países andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia).
- ✓ **San Martín**: Líder da independência da Argentina e Chile.

O primeiro país a ficar independente foi o Haiti, que passou por uma revolução de Escravos em 1791. As outras independências ocorreram ao longo da primeira metade do século XIX.



### 3.1. COMPARAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA

Observe o quadro comparativo entre o processo de independência da América espanhola e a do Brasil. O século XIX nas Américas foi o das independências.

América Espanhola	Brasil
Influência do Iluminismo	-
Repúblicas	Monarquia
Participação popular	Elitista (sem participação popular).
Abolição da escravidão	Manutenção da escravidão
Guerra	Pacífico
Fracionamento territorial	Manutenção da unidade territorial



## 4. O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA INDEPENDÊNCIA

### 4.1. ORGANIZAÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO: PRIMEIRO REINADO

Com o Brasil independente, vários desafios se colocaram diante de D. Pedro quando foi coroado como Imperador do Brasil. Seu reinado foi curto, pois durou de 1822 a 1831 quando, devido à queda de sua popularidade foi obrigado, por inexistir saída política, a abdicar o trono. A historiografia (produção científica da história) do Brasil sobre o período tende a retratar o período do primeiro reinado destacando os desmandos de Dom Pedro, principalmente pelos historiadores republicanos no começo do século XX. Em Portugal, quando morreu era Duque e Herói nacional, por ter liderado uma guerra civil vitoriosa.

Com o país independente era necessário escrever uma constituição para o Brasil. Em 1823 foi promulgada (votada) uma constituição que ficou conhecida como **constituição da mandioca**, pois previa voto censitário (o eleitor para votar tem que ter determinada renda anual que era calculada pela quantidade de mandioca plantada, por ser o alimento dos escravos). Esta constituição possuía a divisão do país em **3 poderes** (executivo, legislativo e judiciário – influência do pensamento liberal) e limitava os poderes do imperador. D. Pedro não gostou disso e dissolveu a constituição.



## 5. A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA DE 1824

Lançou em 1824 uma nova constituição outorgada (imposta) que possuía **4 poderes**: executivo, legislativo e judiciário e um quarto, que era o poder moderador. Este poder era representado pela figura do imperador, que passava a ter poderes quase absolutos. De acordo com esta constituição ele podia dissolver o parlamento (câmara dos deputados) quando quisesse e convocaria novas eleições, poderia barrar qualquer medida que não concordasse. Só havia deputados federais e as províncias não poderiam eleger representantes locais. Os governadores de província eram indicados pelo imperador e os senadores tinham cargo vitalício.

Com pequenas mudanças (a criação das assembleias estaduais e a lei áurea por exemplo) ela se manteve como a constituição do império até a proclamação da República.



## 6. A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)



O ato de dissolver a constituição de 1823 gerou muitas revoltas, e no Nordeste eclodiu uma revolta separatista contra o autoritarismo de D. Pedro: A confederação do Equador. Foi uma revolta republicana que chegou a se separar, mas foi sufocada. Com a independência as províncias não passaram a ter mais liberdade, o que era uma reivindicação dos liberais. Na verdade, a liberdade tendia a diminuir com as mostras do autoritarismo e do pensamento conservador centralista (que defendia todo o poder concentrado na capital do país, sem autonomia provincial). Os presidentes de província, de acordo com a constituição outorgada de 1824 seriam indicados pelo imperador.

Ocorreram muitos protestos contra a nomeação de Pais Barreto. O mesmo ocorreu na Paraíba e no Ceará. Em Pernambuco a reação mais incisiva foi de Manoel Carvalho Andrade, um liberal que participou da Revolução de 1817 e se exilou nos EUA. Lá sua convicção liberal republicana de consolidou. Ele lidera a resistência contra o imperador: A confederação do Equador, que eclodiu em 1824.

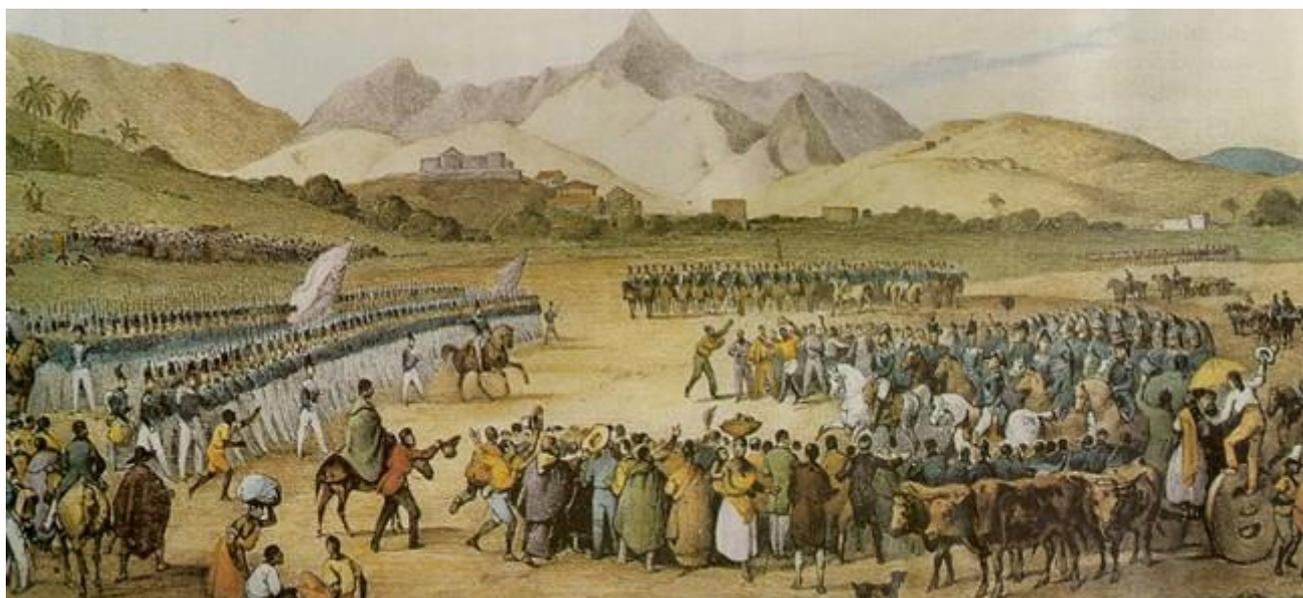
Foi muito importante o papel da **imprensa liberal**, e destacadamente de dois jornais: O sentinela da liberdade na guarita de Pernambuco, de **Cipriano Barata**, e o Tifis Pernambucano, dirigido por frei Caneca. Realizaram um levante contra o governo do conservador Barreto e seus aliados que era conhecido como a “junta dos matutos” instalaram uma junta governativa na cidade de Goiana.

Conclamaram o levante dos estados do Nordeste e o apelo foi seguido pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que formaram a confederação do Equador. Dom Pedro I reagiu violentamente e usou o máximo da força disponível. Saíram tropas por terra e mar para combater os revoltosos. As condenações foram severas. **Frei caneca** por sua destacada ação política liberal foi condenado à forca. Era tão querido e popular que os carrascos se recusaram a matá-lo. Foi morto por fuzilamento. Mesmo destino teve Manoel Carvalho. Apesar da confederação do Equador ter sido derrotada, continua crescente a oposição ao autoritarismo do imperador.



## 7. A GUERRA DA CISPLATINA

A Cisplatina corresponde ao atual território do Uruguai. Logo que Dom João VI estabeleceu a corte no Rio de Janeiro iniciou uma política externa expansionista. Invadiu a Guiana francesa, em retaliação à Napoleão Bonaparte, o general francês que forçou a transferência da Corte e invadiu o território do atual Uruguai, na época conhecido como província Cisplatina. Dominando este território o Brasil teria acesso a um ponto estratégico muito disputado até o século XIX entre o Brasil e os vizinhos, que é a dominação do rio da prata. Com a Cisplatina a borda superior, norte do rio da prata pertenceria ao Brasil, que poderia exercer o domínio da navegação. Logo após a independência brasileira a população da cisplatina se organizou contra a ocupação militar e iniciaram uma guerra de independência. Foi uma das medidas mais impopulares durante o curto governo de D. Pedro. O então Imperador enviou tropas sem ter recursos financeiros. Foi gasta uma enorme soma e morreram milhares de pessoas. A população era radicalmente contra o conflito e as formas de recrutamento forçado geravam uma grande revolta.



## 8. A IMPOPULARIDADE DE D. PEDRO E A ABDICAÇÃO

D. João morre na Europa e ocorrerá uma **crise sucessória no trono português**. D. Pedro é o herdeiro. Os brasileiros temeram que assumisse o trono, mas ele abdica em favor de sua filha, que levou um golpe político de seu tio, do irmão do rei. Neste contexto o imperador envolveu-se mais nas questões políticas portuguesas, que brasileiras.

A popularidade de D. Pedro só caía e os jornais o atacavam profundamente. **Foi assassinado Libero Badaró**, o principal jornalista de oposição, e a culpa recaiu sobre o imperador. Para tentar realizar campanhas e restabelecer certo apoio foi fazer uma visita política em MG, onde foi recebido com frieza. Ao retornar ao RJ seus correligionários (seguidores) o receberam com uma grande festa. A oposição começou a protestar e a lançar garrafas contra o desfile. Foi uma grande confusão que ficou conhecida como **noite das garrafadas**. Diante da tremenda oposição e impossibilidades de governar, abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, que na época tinha 5 anos de idade. A constituição só permitia a coroação na maioridade do herdeiro. Foi então declarada uma regência, algumas pessoas ocuparam o cargo de governantes, e estiveram no poder enquanto o D. Pedro de Alcântara crescia.



## 9. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

A primeira regência foi uma regência trina provisória (3 regentes, cada um de uma corrente política da época. Partido conservador, o liberal exaltado e o moderado) que em pouco tempo foi substituída por uma regência trina permanente. Foi um período curto, mas de grande importância. O Brasil passou por vários movimentos separatistas e o nosso território correu **risco de fracionamento**. Foi nesta época também que surgiram as assembleias provinciais (câmara dos deputados estaduais).

No mesmo ano da abdicação 1831 foi criada uma milícia em defesa da nação: **A Guarda Nacional**.



Ela teve muito trabalho pela frente com as revoltas regenciais. Além do quadro de instabilidade as tropas existentes no país em sua alta oficialidade eram ocupadas por portugueses e o país estava em um contexto de forte sentimento **antilusitano** (anti português), pois além dos oficialatos das armas os portugueses também eram grandes comerciantes e ocupavam altos cargos públicos.

Até na guarda nacional, os cargos de oficiais do exército eram ocupados por militares portugueses e a massa dos soldados e baixas patentes eram em geral pessoas consideradas vadias, viajantes errantes e indolentes, cuja sorte não se importava a ninguém. O serviço militar era



considerado um castigo que era conhecido nos meios populares como “tributo de sangue”, principalmente porque os métodos de recrutamento na época da guerra da cisplatina eram violentos e involuntários, quero dizer, as pessoas eram alistadas à força no exército. Em um contexto desse, de grande agitação política, que a Regência Trina Permanente criou, em agosto de 1831, a Guarda Nacional. **Ela não era parte do exército e não era submetido a ele.** Na lei previa um alistamento censitário, pois era necessário possuir certa posse. Passou a ser visto com uma forma de fugir do terrível alistamento militar, que era muito mal visto e temido pela maioria. De acordo com o historiador Flávio Henrique Saldanha:

*"O serviço prestado pelos milicianos era gratuito e a Guarda Nacional foi requisitada para várias atividades. Além de reprimir revoltas e combater quilombos, os guardas eram solicitados para participar de procissões religiosas, patrulhar e escoltar presos. Essa prestação de serviços às vezes dava margem a reclamações. Nas épocas de colheita, quando mais braços eram necessários nas plantações, os guardas que eram escalados para vigiar cadeias ou escoltar presos implicavam ausência de mão de obra nas lavouras e no comércio, resultando em perigosa falta de suprimentos nas cidades. Requisições constantes, especialmente nas vésperas das eleições, geravam queixas por parte dos comandantes da milícia e dos presidentes de província. "Não se dá maior injustiça! Manuel João está todos os dias vestindo a farda. Ora pra levar presos, ora pra dar nos quilombos... É um nunca acabar", lamenta a personagem Maria Rosa, da peça O juiz de paz na roça (1838), de Martins Pena, sobre seu marido ter que servir à Guarda Nacional e perder o trabalho na lavoura."*

Em 1834 os liberais moderados conseguiram uma grande conquista: a aprovação de uma lei chamada **Ato Adicional à constituição** promulgada em 1834. Este ato previa:

- ✓ **Criação de uma regência una** (que foi ocupada pelo Pe. Antônio Diogo Feijó). Era um padre de orientação liberal em várias de suas posições políticas, defendendo a maior autonomia das províncias e uma maior descentralização do poder. Em termos religiosos era defensor do fim do celibato ao clero. Perceba a grande influência da Igreja Católica, associada à Portugal desde as grandes navegações, uma união que durou até a proclamação da república. O cargo mais influente e poderoso do país, basicamente o regente governa no lugar do rei, ficou a cargo de um clérigo (pessoa pertencente ao clero).
- ✓ Uma maior **descentralização política**, que fundamentalmente era a proposta dos liberais.
- ✓ Criação das assembleias estaduais (deputados do estado para produzirem as leis da província).
- ✓ **Novo código de processo criminal**, que descentralizava a justiça e estabelecia, por exemplo, a figura do “juiz de paz” que era escolhido por votação na comunidade local.



Era uma descentralização jurídica que tinha profundos impactos na segurança pública. A guarda nacional foi criada de forma que a defesa foi descentralizada, sobretudo por que seus integrantes passaram a ser apreciados pelos juízes de paz.



### O que diferenciava um liberal de um conservador?

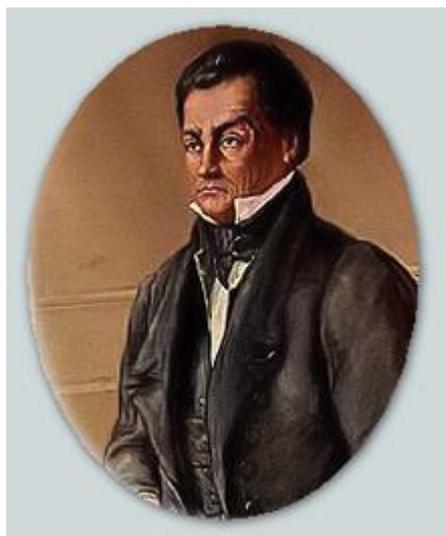
Basicamente ambos são membros da elite proprietária, são escravistas, senhores brancos que não executam trabalhos manuais. Os conservadores são defensores do centralismo e os liberais do federalismo. No primeiro caso defendem que todas as medidas importantes, que não forem possíveis de se resolver no âmbito local, das câmaras municipais, deveriam ser de competência da união, o governo central, que governaria por ordens diretas do Rio de Janeiro. Os liberais defendiam maior autonomia provincial, ou seja, uma assembleia legislativa estadual, para criar as leis localmente, juízes escolhidos localmente com defesa da ordem pública submetida aos poderes locais (descentralização da segurança). Uma avaliação que vale por todo o império, da regência à proclamação da república a regra geral era que basicamente eram a mesma coisa **“farinha do mesmo saco”** pois todos os interesses que de verdade representavam eram ligados ao latifúndio escravista. Suas propostas eram fundamentalmente ligadas à organização e gestão do Estado Nacional que naquela época encontrava-se ainda em construção e a independência era muito recente.

A independência era tão recente que alguns consideraram que verdadeiramente começava ali o império totalmente independente livre da influência portuguesa com um imperador nascido no Brasil e criado para o papel de reinar sobre uma nação em construção.



## 10. O AVANÇO LIBERAL: A REGÊNCIA DE ANTÔNIO DIOGO FEIJÓ

- ✓ Maior autonomia para as províncias: Câmaras de deputados estaduais, novo código de processo civil (descentralizava a justiça) e a Guarda Nacional.



Durante a regência de Feijó eclodiram várias revoltas separatistas, como teve dificuldades de sufocá-las, então a guarda nacional foi criada como instrumento de defesa dos grandes proprietários rurais contra as revoltas populares e separatistas. Entre elas podemos citar:

- ✓ Cabanagem (PA)1835.
- ✓ Sabinada (Ba)1837.
- ✓ Balaiada (Ma) 1838.
- ✓ Farroupilha (RS) 1837.
- ✓ A Revolta do Malês na Bahia, que foi a revolta de africanos islâmicos que foram escravizados e levados para salvador.





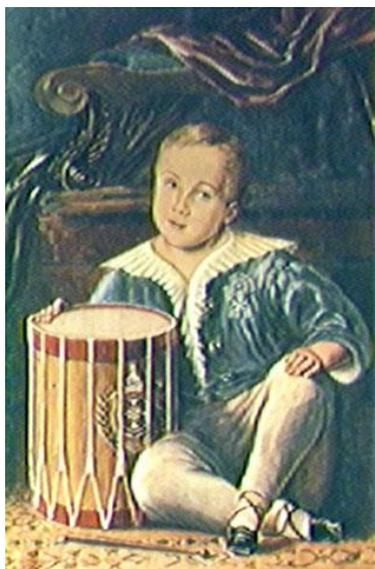
Guido Mondin. A Revolução Farroupilha Painel na Assembleia legislativa do RS.

Foram revoltas separatistas e republicanas. A mais importante delas foi a Farroupilha que durou 10 anos e chegou a proclamar uma república independente. Para os políticos da época a onda de rebeliões ocorria devido à regência, então seria necessário empossar o príncipe (o que era dificultado pela sua idade).

Feijó é pressionado de todos os lados e é responsabilizado pelas revoltas regenciais, de que não era capaz de manter a estabilidade e que a instabilidade política daquele momento ocorria devido à ausência do rei, pois a ausência de um poder centralizador é o que estimulava as guerras civis separatistas e republicanas em curso. Feijó renunciou em favor de um conservador: Araújo Lima.

## 11. O RETORNO CONSERVADOR E O GOLPE DA MAIORIDADE

Logo ao chegar ao poder, Araújo Lima criou o **ato de interpretação ao ato adicional** que limitava muitas medidas implantadas pelos liberais, que queriam retornar ao poder e pensaram em um golpe, que poderia colaborar com a estabilização do país: Coroar o príncipe. Passaram a fazer campanhas pela coroação de D. Pedro de Alcântara (na esperança de que ele montasse um gabinete liberal). Os conservadores não podiam fazer oposição, (como se opor ao rei?) E em 1840, com apenas 15 anos, foi coroado como imperador do Brasil com o nome D. Pedro II. Por um só dia a maioridade penal diminuiu de 18 para 15 anos. Este foi o golpe da Maioridade.



*Coroação de dom Pedro II, Manoel Araújo. Museu Nacional*



## 12. TEXTOS COMPLEMENTARES



### 12.1. O ENCAMINHAMENTO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.

#### 12.1.1. As Principais medidas de D. João VI no Brasil

##### O rompimento do Pacto Colonial.

Com a transferência da Corte, o Brasil praticamente deixou de ser colônia, graças às seguintes medidas adotadas pelo regente:

- ✓ Em 28 de janeiro de 1808, a Carta Régia permitiu a *abertura dos portos* a todos “os navios estrangeiros das potências que se conservem em paz e harmonia com a minha Real Coroa”, conforme o texto da Carta, acabando com o regime de “exclusivo” metropolitano ou Pacto Colonial;
- ✓ O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil.
- ✓ Em 16 de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de *Reino Unido a Portugal Algarves*.

##### A Abertura dos Portos

Embora a abertura dos portos tivesse vindo ao encontro dos interesses dos proprietários rurais brasileiros, essa medida tinha em vista apenas o interesse e a conveniência da Corte. De acordo com Hipólito José da Costa, um jornalista brasileiro da época,

[...] o governo português, quando se mudou de Lisboa para o Rio de Janeiro, deixou em poder dos franceses, seus inimigos, os dois portos de Lisboa e Porto, os únicos com os quais o Brasil comerciava na Europa; logo, não podendo obter dali o que precisava, necessariamente havia de recorrer aos outros portos, sob pena de se reduzir à última penúria [...] e não sei que povo fique obrigado a tão estranha gratidão ao governo, por este adotar uma linha de conduta necessária para conservar a sua existência como governo e indivíduos.

Apesar disso, de acordo com a Carta Régia, a abertura dos portos fora estabelecida “em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa”, de modo que a medida tinha um *caráter provisório* e, ao menos teoricamente, poderia ser revogada tão logo a normalidade retomassem à Europa.

No entanto, os grandes proprietários escravistas, que há muito reivindicavam o livre comércio com as nações estrangeiras, dificilmente concordariam com o retorno à situação anterior. Além disso, eles contavam com o apoio da burguesia inglesa, a quem não interessava o fechamento do mercado brasileiro. Não obstante seu declarado caráter provisório, a medida tornou-se irreversível.



### O Alvará de 1º de abril de 1808.

A revogação do Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibira a manufatura da colônia, ampliava a liberdade econômica. O Brasil estava autorizado não apenas a comercializar livremente com as nações estrangeiras, mas também a dedicar-se à atividade manufatureira.

Contudo, o Alvará de 1º de abril não foi suficiente pra promover o desenvolvimento manufatureiro no Brasil. Haviam dois fortes obstáculos: de um lado, o escravismo; de outro, a concorrência inglesa. O escravismo tinha poucas chances de imprimir dinamismo à economia e uma chance ainda menor de criar uma economia industrial. A Inglaterra, ao contrário, encontrava-se em plena Revolução Industrial e estava produzindo grande quantidade de mercadorias de boa qualidade e baixo preço. Além disso, como nação favorecida, colocava com facilidade suas mercadorias no Brasil. Portanto, não havia como enfrentar com êxito a concorrência inglesa. Resultado: o Alvará de 1º de abril não tinha aplicação prática. Apesar disso, foi importante, pois a proibição da produção manufatureira estava formalmente suspensa, indicando outra ruptura dos laços coloniais.

### O Transplante do Estado Português.

Chegando ao Brasil, a Corte se instalou primeiro em Salvador e depois transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro. Em 11 de março de 1808, iniciou-se a reorganização do Estado, com a nomeação dos ministros. Assim, foram sendo recriados todos os órgãos do Estado português: os ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar, da Guerra e Estrangeiros e o Real Etário que, em 1821, mudou o nome para Ministério da Fazenda. Também foram recriados os órgãos de administração e de justiça: Conselho de Estado, Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens e Conselho Supremo Militar.

Dessa maneira, peça por peça, o Estado português renasceu no Brasil. A complexa rede burocrática implantou-se à revelia da colônia e a ela se sobrepôs como um corpo estranho, pois o estado foi recriado para empregar a nobreza parasitária que acompanhara o regente, sem levar em consideração os interesses do Brasil.

Apesar disso, esse transplante do Estado teve importantes consequências porque o Brasil não era mais administrado “de fora”. Com a transferência da Corte, o centro de decisão foi *interiorizado* e a dispersão colonial se atenuou com o surgimento de um centro aglutinador representado pelo Estado português. Chegamos assim ao que se chamou de *inversão brasileira*: os negócios do Brasil, antes a cargo do Ministério da Marinha e do Ultramar, passaram a ser de competência do Ministério do Reino; no plano da justiça, o Tribunal de Relação do Rio de Janeiro foi convertido em Casa de Suplicação, tribunal supremo de última instância; o setor militar foi reforçado com a fundação da Academia Militar, da Academia da Marinha, da fábrica de pólvora, do hospital e do arquivo militar.

## 12.2. A GUARDA NACIONAL

Em resposta às agitações militares e populares, foi criada a Guarda Nacional subordinada ao Ministério da Justiça, pela Lei de nº 8 de agosto de 1831. Seus membros eram recrutados nas



grandes cidades, entre aqueles que possuíam renda igual ou superior a 200 mil-réis, e a 100 mil-réis nas demais cidades. Organizada por distrito, seus comandantes e oficiais locais eram escolhidos por eleição direta e secreta. Foi assim que o governo dos moderados equipou-se com uma força repressiva fiel e eficiente. Com instrumento de poder da aristocracia rural, sua eficiência foi testada com sucesso em 1831 e 1832, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, contra as rebeliões populares. Entregava-se assim, ao setor privado parte importante da responsabilidade de manutenção da ordem pública.

A rigor, depois do fracasso das revoltas de 12 e 13 de julho de 1831 (crise de julho), os moderados dominavam a situação e se afastaram tanto dos exaltados quanto dos Andrada, com os quais haviam se aliado temporariamente. Porém, a partir desse momento, começava a se falar abertamente na volta de D. Pedro I.

Esse foi o verdadeiro ponto de Partida para a formação dos grupo dos restauradores. Diante do novo quadro que se desenhava, os moderadores agiram para implantar seu programa político.

### 12.3. REGÊNCIA UNA: A ELEIÇÃO (1835)

Na eleição da regência, em 7 de abril de 1835, concorreram dois candidatos: Diogo Antônio Feijó, ex-ministro da Justiça, e o pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, um rico senhor de Engenho de Pernambuco que obteve apoio de Honório Hermeto Carneiro Leão, antigo moderado e agora líder regressista e de muitos ex-restauradores. Evaristo da Veiga, líder progressista, apoiou Feijó, que desfrutava de grande prestígio em Minas Gerais e na Província Fluminense.

Feijó venceu a eleição com 2828 votos contra 2251 dados a Holanda Cavalcanti. A vitória de Feijó representou a vitória dos progressistas. Porém, nas eleições legislativas do ano seguinte, venceram os regressistas.

### 12.4. A REGÊNCIA DE FEIJÓ (1835-1837)

Feijó tomou posse em 12 de outubro de 1835, num momento em que graves agitações sacudiam o país. A Cabanagem eclodiu no Pará e se expandiu rapidamente; no Rio Grande do Sul, a Farroupilha assumiu sérias proporções; na Bahia uma audaciosa rebelião dos escravos malês teve grande repercussão no país.

Em 1836, num discurso, Feijó disse o seguinte:

*"Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações. Seja ele responsabilizado pelos abusos e omissões: dai-lhe, porém, leis adaptadas às necessidades públicas; dai-lhe forças com que possa fazer efetiva a vontade nacional. O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império; aplicai a tempo o remédio."*

Em resposta, o deputado Rodrigues Torres referiu-se à necessidade de interpretar o Ato Adicional no sentido de restringir a descentralização e coibir as liberdades democráticas. Era o



início do regressismo. A Câmara dos Deputados eleita em 1836 apoiava, em sua maioria, esse ponto de vista e colocou-se em oposição a Feijó.

O regente ignorou o Parlamento e não percebeu que, com a formação da ala regressista, estava nascendo um agrupamento político muito poderoso, que expressava o ponto de vista da elite dominante do país. Isolando-se, acabou por se enfraquecer politicamente. Além disso, cometeu a imprudência de entrar em conflito com a Igreja, sustentando posições favoráveis ao fim do celibato clerical e interferindo em suas questões internas.

Diante da oposição crescente e dos insucessos na repressão às revoltas do Pará e do Rio Grande do Sul, Feijó demitiu-se em 19 de setembro de 1837. A regência foi assumida interinamente por Araújo Lima, ministro de Feijó. O que parecia ser apenas uma troca de nomes no poder revelou-se um evento mais do que significativo: assinalou a ascensão política dos barões do café do vale do Paraíba - a poderosa facção da aristocracia rural do sudeste brasileiro que terminaria por “controlar o aparelho do Estado”.

## 12.5. AS REBELIÕES REGENCIAIS: A AMEAÇA À UNIDADE POLÍTICA E TERRITORIAL

### A Instabilidade Política

O processo de emancipação política caminhou em duas direções: a ruptura em relação à Metrópole e a organização do Estado. Resolvida a primeira, a tarefa seguinte dependia da definição do grupo social que ascenderia ao poder, de seu projeto político e de que forma este projeto seria implantado.

O eixo de gravitação política era o centro-sul, particularmente o Rio de Janeiro. Desde o período joanino, procurou-se adotar o centralismo político-administrativo e manter a economia escravista colonial.

Desse modo, as rebeliões regenciais tiveram dupla raiz: o empenho das camadas dominantes locais pela preservação da autonomia provincial e a luta das camadas populares para alterar o quadro social.

A abdicação de D. Pedro I e a menoridade de seu filho deixou um vazio político que o regime regencial se esforçou para preencher. De 1831 a 1840, o Brasil vivenciou um período de “experiência republicana”, em que diferentes grupos disputavam o poder. Como resultado, instalou-se um clima de grande instabilidade que propiciou a irrupção de conflitos em inúmeros pontos do país. Tais conflitos demonstraram, por um lado, como a consolidação do Estado nacional brasileiro foi difícil, pois entre a elite não havia consenso e muito menos um projeto político claro para o país. Por outro, demonstram que os setores populares, embora alijados do poder, resistiram a essa condição.

**Fonte:** KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denize Manzy Frayze. História do Brasil no Contexto da História Ocidental. 8 ed. São Paulo; Atual, 2003.



## 13. ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (CHECKLIST) E PONTOS A DESTACAR



### 13.1. PRIMÓRDIOS DA INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO

1. A História do Brasil Império começa enquanto resultado da crise do sistema colonial, evidenciada desde o final do século XVIII e início do XIX, além dos problemas sociais e insatisfação com o domínio metropolitano, que desencadearam algumas revoltas, por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana de 1817, que procuravam, dentre outros fatores, romper com a dominação colonial e estabelecer a independência política do Brasil.
2. Neste período, pode-se estabelecer três importantes grupos sociais presentes na Colônia: os **colonizadores** (ou reinóis, nascidos em Portugal), os **colonizados** (escravos africanos, indígenas, brancos livres e pobres) e os **colonos** (senhores de engenho, fazendeiros de algodão e tabaco, pecuaristas, proprietários de minas de ouro e diamantes, dentre outros).
3. No contexto europeu, podemos destacar um importante fator que contribuiu para a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil: as invasões napoleônicas do início do século XIX. Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o **bloqueio continental**, a partir do qual os países europeus deveriam fechar seus portos à Inglaterra.
4. Portugal procurou se manter neutro aos embates entre França e Inglaterra, uma vez que grande parte dos comerciantes de Portugal mantinham relações com o mercado inglês. Além disso, a marinha inglesa poderia reagir e invadir as colônias portuguesas, o que causaria inúmeros danos a Portugal. Os franceses, contudo, não aceitaram tal indefinição e invadiram Portugal, ocasionando a transmigração da Corte ao Brasil, sob a proteção inglesa, no ano de 1808.
5. Diante dessa situação, a Inglaterra procurou se aproveitar e pressionou D. João a acabar com o monopólio comercial sobre a colônia, o que foi estabelecido ainda em 1808 com a **abertura dos portos às nações amigas**, ou seja, ao comércio internacional, inclusive à Inglaterra.
6. Tal medida possibilitou que os comerciantes da colônia obtivessem uma ligeira liberdade e, assim, incentivou o processo de emancipação gradual do Brasil em relação à Portugal.
7. Um mês após ter chegado a Salvador, D. João se instalou no Rio de Janeiro e organizou a estrutura monárquica portuguesa, nomeando ministros de Estado, criando órgãos públicos, instalando Tribunais de Justiça e criando o Banco do Brasil. Além disso, seu governo também foi responsável pela fundação de escolas de medicina, Jardim Botânico, Biblioteca Real, Imprensa Régia, Academia de Belas Artes.



8. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves, deixando, na prática, de ser colônia portuguesa e passando a adquirir autonomia administrativa. Tal fato se deve às definições do Congresso de Viena, de 1815, que estabelecia que as antigas monarquias europeias depostas por Napoleão deveriam reassumir seus tronos. O Congresso reconhecia apenas Lisboa como sede do Governo Português, o que colocava a situação de D. João no Brasil como ilegítima. Tal situação foi temporariamente resolvida com a elevação à categoria de Reino Unido, preservando o trono português à Dinastia de Bragança. Contudo, a situação causou grande insatisfação em Portugal, uma vez que o Brasil passou de colônia a sede do Reino Português. Esta “inversão” nos papéis foi questionada e foi um dos fatores **da Revolução Liberal do Porto**, em 1820.
9. A Revolução do Porto espalhou-se por Portugal, obtendo apoio entre camponeses, militares e profissionais liberais. Elaborou-se uma nova Constituição, de caráter liberal, que limitava os poderes de D. João VI, sendo que exigiam o seu retorno à Portugal, algo que foi postergado até abril de 1821, quando, enfim, ele regressa à Portugal, deixando seu filho Dom Pedro enquanto Príncipe Regente do Brasil.
10. As chamadas **Cortes de Lisboa**, que passaram a controlar Portugal após a Revolução de 1820, tomaram medidas que restringiam a autonomia do governo brasileiro, o que enfraquecia a autoridade de D. Pedro. Com isso, passaram a exigir o retorno do príncipe regente à Portugal.
11. D. Pedro, diante da situação, teve o apoio de grande parte dos latifundiários e grandes comerciantes brasileiros, organizando-se em favor da sua permanência e dando origem àquele que ficou conhecido como o **Partido Brasileiro**, o qual contava com lideranças como José Bonifácio, Cipriano Barata e Gonçalves Ledo. Este partido elaborou um documento pedindo que D. Pedro permanecesse no Brasil, sendo que no dia 09 de janeiro de 1822 o então príncipe regente declarou que permaneceria no Brasil. Este dia entrou para a História do Brasil como o **Dia do Fico**.
12. Os membros das Cortes de Lisboa continuaram tentando reduzir a autoridade de D. Pedro, contudo, o rompimento político com Portugal se deu, efetivamente, no dia 07 de setembro de 1822, quando foi proclamada a **Independência do Brasil**. O príncipe regente foi aclamado, enfim, imperador e recebeu o título de D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, dando início ao período conhecido como o **Primeiro Reinado** (1822-1831).





13. Durante o Primeiro Reinado, a participação da população foi pouco expressiva, sendo que o poder permaneceu nos grupos dominantes da ex-colônia e, sobretudo, na figura de Pedro I.
14. Dentre as principais diferenças entre o Brasil e as demais nações americanas, no que diz respeito à sua independência, temos que o Brasil esteve sob um regime monárquico, enquanto as demais nações, como Argentina e Uruguai, por exemplo, proclamaram um regime republicano.
15. A Inglaterra foi um dos primeiros países a reconhecer a independência brasileira, sendo que o país exigiu o fim do tráfico negreiro, em acordo feito em 1826. Em 1831, foram declarados livres os escravos vindos da África a partir de então, contudo, tal lei não foi cumprida. Vem deste período, por exemplo, a expressão “**Pra inglês ver**”, uma vez que os tratados não eram obedecidos na prática, apenas em teoria.
16. Em 1823, os deputados da Assembleia Constituinte, reunidos no Rio de Janeiro, procuraram fazer um projeto de **Constituição**, sendo que dentre os seus principais aspectos, temos: oposição aos portugueses, limitação dos poderes do imperador e ampliação do Poder Legislativo, manutenção do poder nas mãos dos grandes proprietários rurais. Para votar, o projeto estipulava que o eleitor deveria possuir uma renda mínima anual de 150 alqueires de mandioca. Para ser eleito, o representante também deveria ter renda elevada em alqueires do mesmo produto, motivo pelo qual este projeto ficou conhecido como a **Constituição da Mandioca**.



17. D. Pedro, recusando tal projeto, uma vez que este limitava seus poderes, **dissolveu** a Assembleia Constituinte de 1823, sob o apoio do Partido Português, que procurava reatar os vínculos com Portugal. Diante disso, o imperador nomeou uma comissão composta por 10 brasileiros natos, responsáveis pela elaboração de uma nova Constituição, tendo sido esta **outorgada** (imposta) por D. Pedro I em 25 de março de 1824.
18. A Carta Magna de 1824 estabelecia a submissão da Igreja Católica ao controle político do imperador (regime do **padroado**), um novo sistema eleitoral (que excluía as mulheres, escravos, indígenas, além de grande parte dos homens que não obtivessem uma renda mínima) e a existência de 4 poderes: **Judiciário** (que fiscalizava o cumprimento das leis), **Legislativo** (responsável pela elaboração das leis), **Executivo** (encarregado da administração pública e exercido pelo imperador e seus ministros de Estado) e **Moderador** (exclusivo ao imperador e acima dos demais poderes, concedia autonomia ao chefe do Executivo para nomear ministros, senadores, juízes, demitir presidentes de províncias, dissolver Câmaras, vetar atos do Legislativo, dentre outros).
19. Com tais atitudes, D. Pedro I enfrentou algumas revoltas entre políticos de pensamento liberal. A mais contundente deste período foi a **Confederação do Equador**, ocorrida em Pernambuco em julho 1824. A elite da província estava insatisfeita com a queda nas exportações do açúcar, os pequenos comerciantes, militares de baixa patente, mestiços, negros livres e escravos se encontravam em grande miséria. Unindo-se em ideias contrárias à Monarquia e sob a liderança de Cipriano Barata e Frei Caneca, defendiam a instalação de um regime republicano com poder descentralizado, concedendo maior autonomia às províncias.
20. Após a nomeação de um novo presidente da Província de Pernambuco, os revoltosos, liderados por Manuel Pais de Andrade (antigo presidente da província) tentaram organizar a Confederação do Equador, reunindo as províncias do Nordeste sob uma República Federalista, expandindo-se para o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas. Contudo, após a saída das elites, que discordavam do fim do tráfico negreiro e da igualdade social, principais bandeiras do movimento, a revolta enfraqueceu e não resistiu à repressão do governo imperial. Diversos líderes foram presos e condenados à morte, como o próprio Frei Caneca.
21. Frente a uma sucessão de crises, a popularidade de D. Pedro caiu significativamente. Fruto do fechamento da Constituinte, em 1823, a imposição da Constituição de 1824, a violência contra a Confederação do Equador, a falência do Banco do Brasil, em 1829, além das mortes e despesas com a **Guerra da Cisplatina**, conflito entre Brasil e Argentina pela posse da Colônia de Sacramento, na região do Rio da Prata, cujo término se deu em 1828 e que resultou na criação de um novo país, a República Oriental do Uruguai, o desgaste da imagem do imperador foi marcante.
22. Outro fator importante de sua impopularidade diz respeito à participação da imprensa na vida política do século XIX: em novembro de 1830, Líbero Badaró, um dos líderes da imprensa de oposição ao governo, foi assassinado, sendo que a opinião pública acreditava que sua morte tinha ligações com D. Pedro. Diante deste cenário, o imperador viajou para



Minas Gerais, sendo recebido com hostilidade pela população. Como resposta a tal atitude, o Partido Português organizou uma festa de recepção no Rio de Janeiro, impedida, contudo, pelos políticos liberais. No dia 13 de março de 1831, o embate entre brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro ficou conhecido como a **Noite das Garrafadas**.

23. Diante de tal situação, o imperador decidiu **abdicar** ao trono em 07 de abril de 1831, tendo partido para a Europa em busca do trono português. Deixou seu filho Pedro de Alcântara, então com 5 anos, como seu herdeiro. Pela Constituição de 1824, o Brasil deveria ser governado por um conselho de três **regentes**, eleitos pelo Legislativo, até Pedro de Alcântara completar 18 anos. Tem início, assim, o chamado Período Regencial Brasileiro.



## 13.2. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

1. O período regencial é marcado por disputas políticas em jornais, no Parlamento e, em alguns casos, em revoltas sociais. Com a abdição de D. Pedro, três grupos políticos dominavam o poder: os **restauradores**, **liberais exaltados** e **liberais moderados**.
  - 1.1. **Restauradores:** defendiam regime absolutista e centralizador com a volta de Pedro I.
  - 1.2. **Liberais exaltados:** descentralização do poder, autonomia administrativa e sistema federalista, além do fim da monarquia e instalação da república.
  - 1.3. **Liberais moderados:** preservação da unidade territorial. Defendiam a monarquia, mas sem absolutismo. Defendiam a permanência da escravidão e manutenção da ordem social.



2. Em 1837, os liberais moderados dividiram-se em **progressistas e regressistas**. Os primeiros defendiam um governo forte e centralizado no Rio de Janeiro, mas eram dispostos a concessões aos liberais exaltados, como delegar uma maior autonomia às províncias. Os regressistas eram favoráveis ao fortalecimento do Legislativo, centralizado no Rio, e contrários à liberdade administrativa das províncias. A partir de 1840, os regressistas assumiram a denominação de **Partido Conservador** (saquaremas) e os progressistas, de **Partido Liberal** (luzias).
3. O país foi governado, entre 07 de abril e 07 de junho de 1831, por uma **Regência Trina Provisória**, composta pelos senadores Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva, até que a Assembleia Legislativa pudesse se reunir e escolher os membros permanentes. Adotaram medidas de caráter mais liberal, as quais duraram até 1837, como a anistia aos presos políticos, suspensão **parcial** do Poder Moderador e readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em abril de 1831).
4. A **Regência Trina Permanente** durou entre 1831 e 1835, formada pelos deputados João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva. Nomearam o padre Diogo Feijó como ministro da Justiça, o qual acabou com as agitações populares e revoltas ao governo central. Em agosto de 1831, portanto, criaram a **Guarda Nacional**, uma polícia de confiança do governo e dos proprietários rurais, cuja existência perdurou até 1922.
5. Em 1834, os moderados promoveram uma reforma na Constituição, conhecida como **Ato Adicional**, uma tentativa de harmonizar as forças em disputa no país. Neste sentido, estabelecia que a Regência deixava de ser trina e passava a ser una, além de extinguir o Conselho de Estado e criar as Assembleias Legislativas provinciais.
6. Pelo determinado no Ato, novas eleições foram realizadas e Diogo Feijó foi eleito, representando a **Regência Una** entre 1835 e 1837. Seu governo, ligado à ala progressista dos moderados, enfrentou oposição dos regressistas, além de sofrer com as chamadas **revoltas regenciais**, como a Cabanagem (Pará) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul). Quando faltavam 2 anos para o término do mandato, Feijó renunciou ao cargo, sendo substituído através de eleições por Pedro de Araújo Lima, o que representa um triunfo para os conservadores regressistas.
7. Em meio a este cenário de instabilidades políticas, é preciso destacar as principais revoltas regenciais ocorridas entre as décadas de 1830 e 1840, que marcaram o contexto político-social do Brasil.
8. A **Cabanagem** ocorreu no Pará, entre 1835 e 1840, e contou com a participação de **cabanos**, homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que viviam em casas à beira de rios, semelhantes a cabanas. Dentre seus objetivos, procuravam acabar com as desigualdades sociais e a exploração, defendiam o fim da escravidão e a distribuição de terras para os lavradores. Devido à sua desorganização, o movimento foi reprimido pelas tropas enviadas pelo governo, sendo que cerca de 30 mil revoltosos foram mortos e, aqueles que sobreviveram, foram presos.
9. A **Revolução Farroupilha**, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845, contestava os problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos. Os produtores reclamavam da



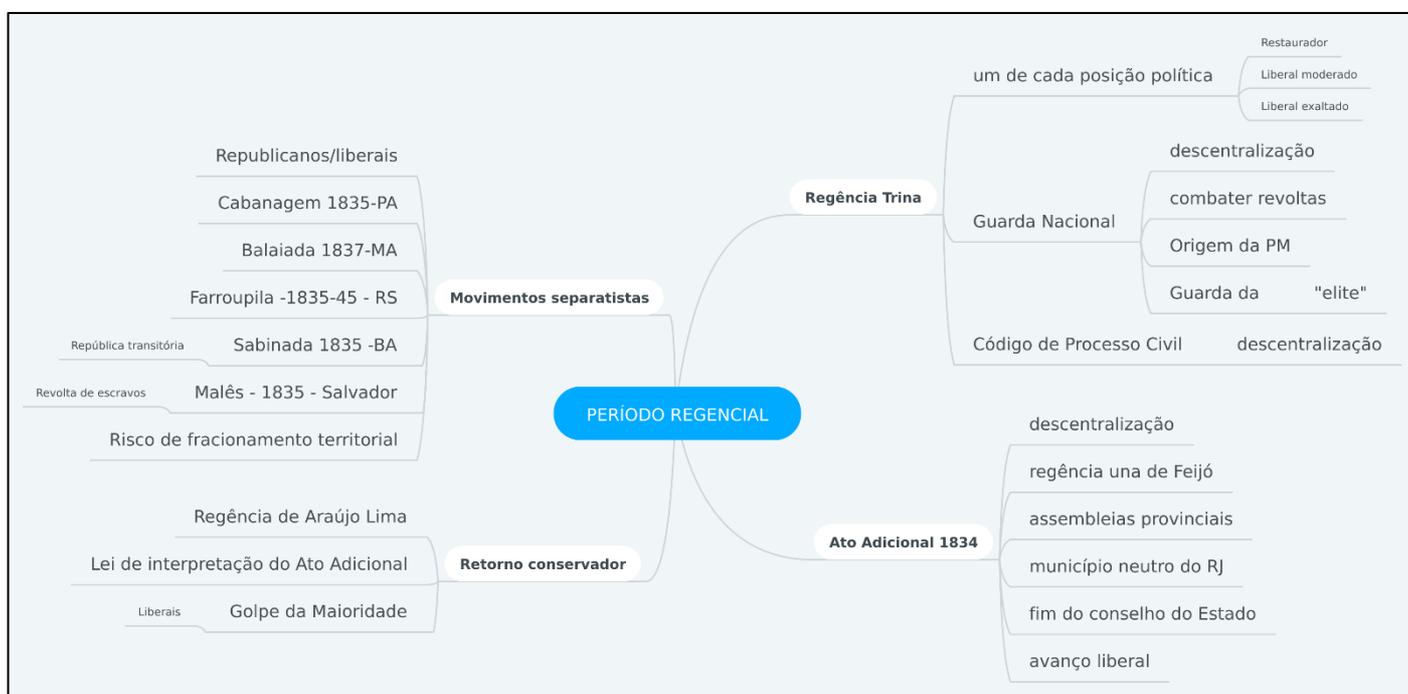
concorrência do **charque** (carne seca) vindo do Uruguai e Argentina, os quais eram importados ao Brasil com impostos mais baixos e, conseqüentemente, reduzia as vendas e lucros do charque sulino. Os gaúchos foram liderados por Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, chegando a fundar, inclusive, a **República Rio-Grandense** (também chamada de República de Piratini) em 1836. Em 1839, o movimento se expandiu para Santa Catarina, na qual foi fundada a **República Juliana**. A partir de 1842, a Revolução começou a ser contida por meio de ações militares, sobretudo aquelas feitas pelo futuro Duque de Caxias. Em 1º de março de 1845, ocorreu um acordo entre as tropas imperiais e os farroupilhas, assegurando vantagens exigidas pelos gaúchos.

10. Em 1835 ocorreu, também, a **Revolta dos Malês**, em Salvador, liderada por uma maioria de escravos muçulmanos em busca de liberdade. A revolta, contudo, foi denunciada e o movimento foi antecipado para a noite de 24 de janeiro de 1835. Porém, muitos rebeldes morreram no combate, outros foram presos e muitos, açoitados ou fuzilados.
11. No ano de 1837, a **Sabinada** ganhou importância, também em Salvador, mas dessa vez em um movimento que procurava instituir uma república na província. De início, teve apoio de parte do exército baiano, mas muitos fazendeiros temiam uma revolta contra o modelo escravocrata brasileiro, o que os prejudicaria financeiramente. Dessa forma, no ano seguinte a revolta estava contida. Ao contrário da Cabanagem, os líderes da Sabinada eram homens cultos e de posses, sendo que a maioria deles não foi morta, mas degradada para outras regiões. O médico Francisco Sabino, por exemplo, foi preso e levado para o Mato Grosso.
12. A **Balaiada**, finalmente, ocorreu entre 1838 e 1841 na província do Maranhão. Vaqueiros, sertanejos e escravos uniram-se para lutar contra a miséria, a fome e a escravidão, sob a liderança de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (produtor de balaios, daí o nome da revolta), Cosme Bento das Chagas e Raimundo Gomes. Ainda que pouco organizados, conquistaram a cidade de Caxias, mas não possuíam muita clareza quanto aos seus objetivos após a tomada da cidade. Dessa forma, passaram o comando ao grupo dos **bem-te-vis** (profissionais urbanos maranhenses). Para conter a revolta, o governo enviou tropas que, a essa altura, já contavam a deserção dos bem-te-vis e seu conseqüente apoio, pelo qual derrotaram os balaios em 1841, quando já haviam morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos.
13. A **Regência Una** de Araújo Lima ocorreu entre 1838 e 1840. O novo governo passou a reprimir violentamente as revoltas, centralizando o poder nas mãos do Chefe do Executivo. Para tanto, em 12 de maio de 1840 foi criada a **Lei Interpretativa do Ato Adicional**, que reduzia o poder das províncias e subordinava os órgãos da polícia e da justiça ao poder central.
14. O grupo dos regressistas, em oposição à regência de Araújo Lima, passaram a defender que a melhor forma de preservar a unidade territorial e autoridade do governo central seria transferir o poder para as mãos de Pedro de Alcântara, filho de Pedro I. Para isso ocorrer, fundou-se o **Clube da Maioridade**, cujo objetivo era o de antecipar a maioridade



do príncipe junto à Assembleia Nacional, obtendo apoio dos progressistas e parte dos regressistas.

15. Em 1840, a Assembleia aprovou a maioria, naquele que ficou conhecido como o **Golpe da Maioridade**. Pedro de Alcântara foi aclamado imperador, sob o título de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, com 14 anos, dando início ao período da História Imperial conhecido como o **Segundo Reinado**.



## 14. EXERCÍCIOS



### 1. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem a seguir.



(Fonte: <https://goo.gl/EO3pt1>)

A tela Iracema (1881), de José Maria de Medeiros, é um símbolo:

- A) do isolamento da monarquia, representada pela indígena melancólica e solitária, no contexto de crise do império.
- B) da vitória do Brasil na guerra do Paraguai, retratada pela flecha enterrada na areia, ressaltando o papel dos povos indígenas nas batalhas.
- C) do apogeu do império, no seu momento de maior prosperidade econômica e força política, representadas pela louvação aos primeiros colonizadores portugueses.
- D) do movimento romântico indigenista, que se apropriou da imagem do herói nativo para resgatar as origens brasileiras e fomentar o nacionalismo.
- E) da retomada da importância econômica que a exploração do pau-brasil, realizada com a ajuda dos povos nativos, teve no início do período colonial.

### Comentários

O quadro de 1881, cujo título “Iracema” faz referência ao romance **indianista** homônimo escrito por José de Alencar, em 1865, no qual a índia Iracema se apaixona pelo português Martim, cujo fruto de seu relacionamento, Moacir, é considerado, na obra, o primeiro brasileiro.



A tela, bem como a obra de Alencar, são exemplos claros do Romantismo brasileiro, no qual o indivíduo retratado se refere a uma figura essencialmente brasileira (o índio), o qual representa a **nação brasileira** e que deve, dessa forma, resgatar as origens e os ideais nacionalistas.

Assim, **Iracema** representa a coragem, honestidade, a beleza e a pureza do Brasil, romantizada e construída de acordo com um estado de exaltação do herói nativo.

**Gabarito: D**

---

**. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)**

“Um boato corre, há dias, pela cidade que tem enchido a uns de pavor, e a outros de indignação, em cujo último número me coloco”, desabafou o médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868), diante do clima de pânico instaurado no Rio de Janeiro em 1831. Rumores crescentes garantiam estar em andamento, na capital do Império, uma trama conspiratória inspirada na Revolução do Haiti (1791-1825).

(Iuri Lapa, **O Haiti é aqui?** Revista de História da Biblioteca Nacional, 03.03.2010).

O clima instaurado na ocasião tinha origem

A) na propaganda abolicionista promovida pelos revolucionários haitianos e pela população do norte dos EUA, mais afeita ao trabalho livre, à pequena propriedade e à policultura, e defensora da libertação dos escravos em todo o continente americano.

B) na defesa da revolução realizada pelos herdeiros políticos da Revolução Francesa, que defendiam que o governo francês exportasse a radicalidade revolucionária para o outro lado do Atlântico, ameaçando a existência institucional do Império no Brasil.

C) na aproximação política entre os líderes republicanos da independência de alguns países da América Latina, como Bolívar (Venezuela), San Martín (Argentina) e Toussaint-Louverture (Haiti), que queriam transformar o Brasil em uma República.

D) no fantasma que assombrou por décadas os senhores escravistas do Brasil, receosos de que se repetisse aqui o movimento haitiano, no qual convergiram abolição da escravidão e proclamação da independência, incluindo o massacre de brancos.

E) no sentimento anticomunista existente no Brasil desde o início do século XIX, quando a elite escravista assistiu assustada à tomada do poder no Haiti por revolucionários socialistas, inspirados nas ideias do socialismo utópico de Saint-Simon.

**Comentários**

A questão apresenta, como pano de fundo, a **Revolução Haitiana** (1791), liderada pelo negro **Toussaint L’Ouverture**, na qual os escravos da colônia de São Domingos (atual Haiti) se rebelaram contra os colonizadores franceses.

Sob os ideais **iluministas** e **republicanos** da Revolução Francesa (1789), este levante declarou independência em relação à França e proclamou o fim da sua escravidão no ano de 1793.



Por ter sido a primeira **revolta de escravos** que obteve êxito, tendo abolido a escravidão na região, a revolta do Haiti representou uma ameaça aos senhores de escravos de outras colônias na América, inclusive no Brasil, os quais temiam que uma nova insurreição libertasse os escravos e matasse os colonizadores.

**Gabarito: D**

---

## 2. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

O dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, tornou-se feriado logo após a proclamação da República. Durante o Império, no entanto, a lembrança do episódio da Conjuração Mineira era incômoda, pois:

- A) os inconfidentes tinham demonstrado clara oposição à forma monárquica de governo.
- B) a revolta nas Minas Gerais se declarou muitas vezes contrária à independência.
- C) a escravidão, mantida no Império, foi questionada pelos inconfidentes, que defendiam a abolição.
- D) a elite imperial se identificava com o Iluminismo, negado pelos revoltosos de 1789.
- E) os dois imperadores do Brasil eram contrários aos impostos defendidos pelos inconfidentes.

### Comentários

A Inconfidência Mineira ocorreu no ano de 1789 e foi uma Revolta de caráter **separatista** em relação à Metrópole Portuguesa. Defendia, dentre outros fatores, a adoção de um regime **republicano** como forma de governo, em detrimento ao regime monárquico. Seus líderes eram letrados e tinham predileção pelos ideais franceses da Revolução e do Iluminismo, ambos do século XVIII.

Dentre tais líderes, temos o alferes **Tiradentes**, um dos poucos que advinha de uma parcela mais baixa da sociedade e o único a ser condenado à morte, sob a pena de **esquartejamento**. Tal punição, severamente aplicada, representava uma forma de coerção social, a fim de se evitar que novas insurgências ganhassem corpo.

**Gabarito: A**

---

## 3. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

Após a Independência, o processo de formação do Estado Nacional no Brasil foi marcado:

- A) pela ruptura das relações econômicas de dependência frente aos países europeus.
- B) pela abolição do trabalho escravo e de todas as formas de sujeição dos seres humanos.
- C) pelas atitudes recolonizadoras e militares do Estado e do governo português.
- D) pelas lutas em prol da integração das diferentes regiões do país ao poder central.
- E) pela queda da dinastia portuguesa e pela instituição do regime republicano.

### Comentários



A questão faz referência ao processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, resultado do pós-Independência em relação a Portugal, em 1822. É importante considerar que tal período foi marcado por uma busca pela **integração** das regiões do país ao Poder Central, até então fragmentado em decorrência de uma série de revoltas de caráter emancipacionista, sobretudo na segunda metade do século XVIII.

Como principais exemplos dessas lutas pela independência, podemos citar os casos da Inconfidência Mineira, em 1789, da Conjuração Baiana, de 1798 e, finalmente, em 1817, com a Revolução Pernambucana, fruto da elevada cobrança de impostos advindos com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808.

Diante deste cenário, buscou-se reestruturar o Estado Nacional do Brasil com base em um processo de centralização do poder, procurando reorganizar o país em meio às instabilidades geradas no período anterior à independência.

É preciso destacar, também, a respeito das demais alternativas, que a instituição do regime republicano se deu apenas em 1889; as relações econômicas frente a outros países europeus, sobretudo a Inglaterra, não foram rompidas; o trabalho escravo somente foi abolido no ano de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea**; enfim, o Estado Português não tentou recolonizar o país, mas manter certo controle a partir do reinado de Dom Pedro I, o qual perdurou entre os anos de 1822 e 1831.

**Gabarito: D**

---

#### 4. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE)

A respeito do processo de Independência do Brasil, pode-se afirmar corretamente que:

- A) a partir da Revolução Liberal do Porto, ocorrida em 1820, iniciou-se, em Portugal, uma campanha política pelo retorno do Rei àquele país e pela independência dos reinos unidos do Brasil e do Algarves.
- B) a regência do príncipe D. Pedro, e seu reinado como Pedro I, são marcados pela manutenção da hegemonia dos latifundiários e pelo esvaziamento do ideal republicano e do federalismo.
- C) a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva restringe-se ao movimento de independência, pois, sendo republicano, defendia a instauração imediata da República no Brasil, em oposição à D. Pedro.
- D) o processo de independência somente logrou êxito em função do apoio popular a D. Pedro, em oposição aos latifundiários que davam suporte às propostas recolonizadoras feitas pelas Cortes Constituintes de Portugal.

#### Comentários

A alternativa A é incorreta, pois a Revolução Liberal do Porto, de 1820, de fato queria o retorno do Rei, mas não a independência dos reinos unidos do Brasil e Algarves, pelo contrário, uma vez que os lusitanos queriam a restauração do Pacto Colonial, que havia sido quebrado com a Abertura dos Portos em 1808.



A alternativa B é a resposta certa. A influência política dos grandes proprietários de terra no Brasil é marcante em nossa história, de modo que durante o nascimento da Nação independente D. Pedro I se viu às voltas dos latifundiários, em necessidade de conservar estruturas de exclusão, como a monocultura e a escravidão, principalmente para manter a unificação do país e afastar as ideias de República e de federalismo, que ecoavam das nações vizinhas.

A alternativa C é falsa, pois José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da Independência, não era um republicano, mas sim um monarquista convicto. Sobre sua atuação, José Bonifácio foi eleito chefe do governo de São Paulo, a primeira província a reconhecer Dom Pedro como o príncipe-regente do Brasil.

A alternativa D também é falsa, pois a elite brasileira estava revoltada com a Corte portuguesa por causa do aumento das taxas alfandegárias sobre as mercadorias importadas da Inglaterra. Isso propiciou a D. Pedro I o apoio das elites brasileiras.

(SILVA, 2010; PORTAL SÃO FRANCISCO, 2019).

**Gabarito: B**

## 5. (MPE-GO - 2018 - MPE-GO - Secretário Auxiliar)

Acerca do processo de independência do Brasil, é correto afirmar:

- A) a independência do Brasil é um processo que se estende de 1821 a 1850 e fora marcado por não haver oposição alguma do Reino de Portugal;
- B) oficialmente, a data comemorada para independência do Brasil é a de 07 de setembro de 1822 em que ocorreu o chamado "grito do Ipiranga", ato de proclamação feita por D. Pedro II, às margens do riacho Ipiranga (atual cidade de São Paulo);
- C) entre as causas que fizeram eclodir o processo de independência do Brasil estão: vontade de grande parte da elite política brasileira em conquistar a autonomia política; desgaste do sistema de controle econômico com restrições e altos impostos, exercido pela Coroa Portuguesa no Brasil e tentativa da Coroa Portuguesa em recolonizar o Brasil;
- D) o chamado "dia do fico" foi um ato posterior à independência do Brasil em que D. Pedro não acatou as determinações feitas pela Coroa Portuguesa que exigia seu retorno para Portugal. Em 09 de janeiro de 1822, D. Pedro negou o chamado e afirmou que ficaria no Brasil;
- E) após a independência do Brasil, D. Pedro I foi coroado imperador do Brasil em dezembro de 1821, bem como não houve registros de manifestações de portugueses contrárias à independência do Brasil.

## Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que a Independência do Brasil ocorreu em 1822, ano em que se inicia o reinado de D. Pedro I, que vai até 1831. Depois do primeiro reinado, houve o Período Regencial (1831-1840), que vai da abdicação do trono por D. Pedro I até o golpe da maioria de D. Pedro II. O segundo reinado vai de 1840 até 1889, quando os militares deram um golpe e instauraram a República no Brasil.



A alternativa B é incorreta, pois o famoso grito às margens do Ipiranga não foi dado por D. Pedro II, mas por seu pai, D. Pedro I, em 07 de setembro de 1822.

A alternativa C é a resposta certa, pois de fato a vontade de grande parte da elite política brasileira era conquistar a autonomia política, principalmente depois de alçar de Colônia à Reino Unido, com a vinda da família real para o Brasil em 1808. A cobrança de impostos ficou desgastante para a elite brasileira, de modo que o sistema de controle econômico com restrições e altos impostos virara um abuso exercido pela Coroa Portuguesa, pois o retorno não era direto para o Brasil e sim para Portugal. Além disso, uma das propostas da Revolução Liberal do Porto, de 1820, que fez o Rei D. João VI voltar para a metrópole e deixar D. Pedro aqui como regente, era rebaixar o Brasil de Reino Unido para Colônia, restaurando novamente o Pacto Colonial. Tudo isso motivou as elites brasileiras a apoiarem D. Pedro I no processo de Independência.

A alternativa D também é incorreta, pois o chamado “dia do fico” foi um ato anterior à Independência do Brasil, e não posterior. O “dia do fico” ficou marcado na história pela famosa frase: “como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico!”. Ao permanecer, o príncipe D. Pedro desobedece às ordens de Portugal, que tentava obrigá-lo a sair do Brasil.

A alternativa E também é incorreta, uma vez que a Independência do Brasil ocorreu simbolicamente em 07 de setembro de 1822 e D. Pedro I foi coroado Imperador do Brasil em 01 de dezembro de 1822.

**Gabarito: C**

## 6. (COMPERVE - 2017 - MPE-RN - Técnico do Ministério Público Estadual)

O ano de 2017 tem sido marcado por vários eventos comemorativos do 2º centenário da chamada “Revolução Pernambucana”, movimento que ocorreu no Nordeste em 1817. A capitania do Rio Grande do Norte aderiu a esse levante, que

- A) pretendia a proclamação da independência de capitanias do Nordeste, as quais formariam uma república.
- B) contou com decisiva adesão das classes populares, os quais buscavam realizar uma reforma agrária na região, pondo fim ao sistema latifundiário.
- C) planejava unificar Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cujo governo ficaria nas mãos do Padre Miguelinho, notório defensor das ideias liberais.
- D) teve a participação de grande número de padres, os quais propuseram leis com vistas a diminuir a influência da maçonaria na nascente república.

### Comentários

A alternativa A é a resposta certa. De fato, a Revolução Pernambucana foi um movimento social de caráter emancipacionista ocorrido em Pernambuco no ano de 1817. É considerado um dos mais importantes movimentos de caráter revolucionário do período colonial brasileiro. Tinha como objetivo principal a conquista da Independência do Brasil em relação a Portugal. Queriam implantar um regime republicano no Brasil e elaborar uma Constituição.



A alternativa B é incorreta, pois a Revolução Pernambucana não buscava realizar uma reforma agrária na região, uma vez que os grandes latifundiários é que motivaram o movimento.

A alternativa C também é incorreta, apesar da Revolução Pernambucana ter se espalhado pelas capitanias vizinhas e alcançado a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, seu objetivo era mais do que a unificação, pois visava a Independência, a implantação de uma República e uma Constituição.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que o Seminário de Olinda erta filiado a ideais iluministas, sendo por esse motivo que o levante ficaria conhecido como Revolução dos Padres.

(VAZ, 2013; BRASIL, 2019)

**Gabarito: A**

## 7. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

Sobre o papel de escravos e libertos no processo de emancipação do Brasil em relação a Portugal, no início da década de 1820, é CORRETO afirmar que:

A) para os grupos dominantes do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, a Liberdade significava o direito de conservação da propriedade, noção que estabelecia uma relação de igualdade social entre todos os indivíduos do mundo luso-brasileiro de então.

B) no contexto da emancipação do Brasil em relação a Portugal, escravos e libertos também reivindicavam a liberdade jurídica, de ações e autonomia no espaço público.

C) por conta da grande parcela de analfabetos entre pretos e mestiços, escravos e libertos não discutiam as notícias e projetos políticos que circulavam no Brasil no início da década de 1820.

D) os grandes proprietários não viam com apreensão o fato de escravos e libertos interpretarem a noção de Liberdade também como liberdade jurídica.

E) no início da década de 1820, a noção de Liberdade era interpretada de forma unívoca por todos os grupos sociais da América portuguesa.

## Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que a noção de Liberdade, em ato, não se equiparava à noção de Igualdade, ou pelo menos não à noção de Igualdade para todos, de modo que a Igualdade era restrita aos brancos, especialmente à elite branca, que formava, portanto, um novo conceito de Liberdade para si.

A alternativa B é correta, pois os escravos e libertos participaram com igual intensidade da política do país e dos movimentos ocorridos. Fizeram uma leitura própria das ideias sobre a independência como autonomia, sobre a liberdade e sobre a libertação do jugo da reescravização, tentando colocá-las na prática em diferentes momentos. As insurreições da população negra foi uma ameaça constante para os senhores de escravos, de modo que as fugas, os ajuntamentos e tumultos foram uma realidade. Escravos e libertos também reivindicavam a liberdade como autonomia jurídica e de ações. O movimento da população negra constituía-se sempre em ameaça à liberdade porque espelhava uma outra leitura desta, ou, melhor dizendo, deste desejo de



autonomia, que se traduzia em práticas sociais e políticas diferenciadas.

A alternativa C é incorreta, uma vez que nos documentos do Primeiro Reinado e dos primeiros anos da Regência, a tropa e o povo aparecem atuando decisivamente em todos os episódios, pois a população pobre e desvalida estava sempre presente. Não como elemento figurante, mas conduzindo conjunta e efetivamente os fatos, gritando palavras de ordem em defesa de uns e de outros, verdadeiros motes que incitavam atitudes diferenciadas de acordo com as circunstâncias.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que o fato de escravos e libertos interpretarem a noção de Liberdade também como liberdade jurídica tronou-se um temor entre os grandes proprietários, que trataram de agir para que isso não fosse estabelecido.

A alternativa E também é incorreta, pois os grupos sociais eram muito bem definidos, especialmente pela cor da pele, de modo que até mesmo a noção jurídica de Liberdade era aplicada de forma diferente, não resumindo apenas em livre e escravo, havendo, por exemplo, o ex-escravo ou o forro, que permanecia em um estatuto menor do que o livre.

(RIBEIRO, 2002).

**Gabarito: B**

## 8. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

“A principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro”

(CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 26).

Leia as afirmativas com relação ao processo de emancipação política do Brasil.

I. As tentativas das Cortes lusitanas em recolonizar o Brasil uniram os luso-americanos em torno da ideia de perpetuar os laços políticos que uniam, entre si, os lados europeu e americano do Império Português.

II. A escolha da monarquia em vez da república, como alternativa política para o Brasil independente, derivou da convicção da elite brasileira de que só um monarca poderia manter a ordem social e a união territorial.

III. Desde o retorno do Rei D. João VI para Portugal, em 1821, a elite brasileira percebeu a necessidade de uma solução política que implicasse a separação entre Brasil e Portugal.

IV. O papel dos escravos e livres pobres foi decisivo para a transição do Brasil de colônia para emancipado politicamente.

V. A independência do Brasil trouxe grandes limitações dos direitos civis, uma vez que manteve a escravidão.

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas CORRETAS.



- A) I, V
- B) II, IV
- C) II, V
- D) I, IV
- E) III, IV

### Comentários

A alternativa C é a resposta certa, uma vez que apenas as proposições II e V são verdadeiras.

A proposição I é incorreta, uma vez que o processo de Independência envolveu guerras, iniciada ainda com a expulsão dos exércitos portugueses de Pernambuco em 1821, envolvendo o Exército Brasileiro, formado a partir da contratação de mercenários, do alistamento de civis e mesmo de tropas coloniais portuguesas, contra aqueles que permaneceram fiéis ao Reino de Portugal em algumas partes do país. Depois de três anos de conflito armado, Portugal finalmente reconheceu a independência do Brasil, e em 29 de agosto de 1825 foi assinado o Tratado de Amizade e Aliança firmado entre Brasil e Portugal. Em troca, o Brasil se comprometeu a pagar ao Reino de Portugal uma indenização substancial e assinar um tratado de comércio com o Reino Unido, para indenizá-lo por sua mediação.

A proposição II é verdadeira, de modo que nossa Independência resultou mais de um acordo entre as elites dominantes, que estavam interessadas em manter a mesma estrutura colonial e agrária do Brasil. A maioria esmagadora da população, que vivia no campo, viu indiferente o poder mudar de mão e sua situação de penúria continuar exatamente a mesma. A escolha do Império foi uma opção pela manutenção do poder vigente e a consolidação do sistema que era vigente.

A proposição III também é incorreta, pois mesmo antes da vinda da família real para o Brasil, em 1808, já havia movimentos que viam a necessidade de uma solução política que implicasse a separação entre Brasil e Portugal, como podemos citar a Inconfidência Mineira, em 1789, ou a Conjuração Baiana, em 1798.

A alternativa IV também é incorreta, uma vez que o processo de Independência foi organizado essencialmente pela elite brasileira, de modo que escravos e livres pobres foram apenas expectadores da transição do Brasil de colônia para emancipado politicamente.

A alternativa V é verdadeira, pois o processo de emancipação seria resultado mais de negociações entre as elites políticas do que propriamente de tensões sociais ou revoltas, de modo que na Independência do Brasil as elites resolveram manter o trinômio que sustentou a colonização, a saber: escravidão, monocultura e latifúndio, mantendo as limitações dos direitos civis.

(VAZ, 2013).

### Gabarito: C

#### 9. (IADES - 2017 - Fundação Hemocentro de Brasília - DF - Comunicação Social - Jornalismo)

A respeito da história da imprensa no Brasil, alternativa correta.



- A) Até a proclamação da República, apenas os jornais Gazeta do Rio de Janeiro e as revistas impressas pela Imprensa Régia tinham licença para circular no País.
- B) No Brasil colonial, após sucessivas iniciativas terem sido sufocadas pela coroa portuguesa, a imprensa foi oficialmente instalada no País em 1808, mediante o Ato Real de D. João VI.
- C) Nos primeiros 15 anos após 1822, com a independência do Brasil, passou a existir no País a censura prévia, destinada a fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.
- D) O período que antecedeu a abolição da escravatura foi marcado pelo retrocesso da imprensa brasileira, causado principalmente por jovens de famílias abastadas que voltavam do sul dos Estados Unidos, influenciados pela ideologia escravocrata.
- E) O jornal Província de São Paulo, que mais tarde passou a chamar-se Folha de S. Paulo, nasceu em 1875.

### Comentários

A alternativa A é incorreta, ao passo que a Imprensa Régia era, na verdade, o órgão de impressão dos jornais oficiais que circulavam, desde a sua instalação em 1808, onde foi impressa a Gazeta do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não possuía nenhuma outra tipografia até 1821.

A alternativa B está correta, uma vez que a Imprensa Régia foi criada em 13 de maio de 1808, dia do aniversário do príncipe regente D. João VI (1767-1826). Nela foi editado o primeiro jornal da colônia americana: a Gazeta do Rio de Janeiro. O periódico possibilitou a circulação de notícias, embora restritas, por ser um veículo usado para expandir a imagem que convinha à Casa de Bragança.

A alternativa C é falsa, uma vez que a censura prévia é extinta em 28 de agosto de 1821, decorrente de deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas.

A alternativa D também é falsa, pois o período que antecedeu a abolição da escravatura a imprensa brasileira proporcionou uma série de debates referente a extinção ou não dos escravos. Todas estas discussões atingiam o maior veículo de comunicação da época, os jornais, que passavam a ter papel fundamental em toda a sociedade, não apenas para a informação, mas como instrumento que auxiliava na construção do pensamento da sociedade.

A alternativa E é incorreta, pois o jornal A Província de São Paulo, mais tarde passou a chamar-se, na verdade, O Estado de S. Paulo, e de fato nasceu em 1875. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão.

(ZALUSKI, 2011; ACERVO, 2019).

### Gabarito: B

#### 10. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

Defendi para a Inglaterra o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo, e de exigir obediência a ser paga como o preço de proteção.



Lord Strangford, 1807. Apud FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1958, v.1, p. 94.

A declaração de Lord Strangford, por ocasião da partida da família real portuguesa em direção ao Brasil, em finais de 1807, representou, na prática, o estabelecimento de um conjunto de ações, dentre as quais se identifica a(o)

- A) restrição ao tráfico intercontinental de escravos, culminando com a proibição integral e efetiva do mesmo em 1830.
- B) garantia de direitos de cidadania plena por meio da naturalização para os súditos ingleses que viessem a residir no Brasil.
- C) criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, cláusula validada pelos Tratados de 1810.
- D) apoio aos governos de D. João VI e de D. Pedro I quanto à manutenção da província Cisplatina no território do Império do Brasil.
- E) cerceamento das relações diplomáticas entre os governos do Brasil e da França, nos quadros das decisões do Congresso de Viena.

### Comentários

A alternativa A está incorreta, pois em 1810, no Tratado de Aliança e Amizade, os britânicos pediram restrição ao tráfico de escravizados nos domínios portugueses, o que não ocorreu na ocasião. Quanto mais gente livre, maior seria o mercado para as mercadorias inglesas. O acordo não foi cumprido integralmente. Desde então, a proibição do tráfico de escravizados e da escravização tornou-se ponto central nas relações entre Brasil e Inglaterra.

A alternativa B também está incorreta, uma vez que a separação política transformou os colonos em imigrantes e promoveu debates em torno da sua nacionalidade e da possibilidade de concessão de cidadania, mas àqueles portugueses que continuaram residindo no Brasil.

A alternativa C é a resposta certa. Em 1810, a Coroa portuguesa assinou o Tratado de Navegação e Comércio com a Inglaterra. Por esse acordo o imposto sobre as mercadorias inglesas diminuía para 15%, enquanto os itens dos demais países continuaram taxados em 24%. Assim, os produtores britânicos tornavam-se mais atraentes. Cada vez mais a economia do Brasil vinculava-se à inglesa. A Inglaterra lutava contra a França de Napoleão e sabia de sua importância para o propósito português de recuperar os territórios ocupados pelos franceses. Essas condições permitiam aos ingleses vantagens nas negociações e autoridade para pressionar os portugueses.

A alternativa D também está incorreta, uma vez que a província Cisplatina foi uma província do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, posteriormente, do Império do Brasil, que a mantinha como necessária para a defesa das províncias do Sul. A separação ocorreu em 1825, com a independência do território que formou a República Oriental do Uruguai.

A alternativa E também é incorreta, ao passo que o Congresso de Viena foi um encontro das autoridades monárquicas entre setembro de 1814 e junho de 1815. Encabeçado pelas principais potências monárquicas do período (Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria), essa reunião deveria



reorganizar e devolver os territórios e a supremacia política daqueles que sofreram com o projeto expansionista napoleônico.

(VAZ, 2013; MELLO, 2018; SOUSA, 2019).

**Gabarito: C**

## 11. (CONSULPLAN - 2015 - Prefeitura de Juatuba - MG - Professor de História)

Analise a charge.



(Miguel Paiva e Lilia Moritz Schwarcz. "Da Colônia ao Império". São Paulo: Brasiliense, s/d. p. 84.)

(Disponível em: [http://3.bp.blogspot.com/-yTuvd81u5h8/TtkRoUnsO\\_I/AAAAAAABDA/7RZUTKP0aio/s1600/Viva+a+Independ%25C3%25AAncia.jpg](http://3.bp.blogspot.com/-yTuvd81u5h8/TtkRoUnsO_I/AAAAAAABDA/7RZUTKP0aio/s1600/Viva+a+Independ%25C3%25AAncia.jpg).)

Tendo em vista o contexto da Independência do Brasil e o sentido dado pela charge a esse importante momento da história do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) A Independência do Brasil foi um processo liderado, em grande parte, pelos grupos que mais se beneficiaram com a ruptura dos laços coloniais, ou seja, latifundiários e comerciantes.
- B) O principal objetivo da Independência era organizar o novo Estado Nacional Brasileiro sem colocar em risco sua autonomia econômica, conseguida a longo prazo através do pacto Colonial.
- C) A situação da maioria da população sofreu drásticas mudanças com a implantação da nova situação política do Brasil através de uma nova reorganização social, mesmo sem o consentimento do povo.
- D) A aparência liberal construída pela elite agrária, que apoiara D. Pedro I a romper os laços com a metrópole lusitana, foi descoberta pela população, que logo empreendeu uma série de movimentos sociais.

### Comentários

A alternativa A é a resposta certa. A vinda da família real para o Brasil, em 1808, agradou os grandes proprietários de terra e comerciantes da colônia. Com o fim do pacto colonial as elites brasileiras poderiam avolumar suas transações comerciais e ampliar significativamente seus lucros. De fato, essa primeira medida já colocava o Brasil enquanto nação economicamente autônoma. Mas com a volta de D. João VI para Portugal os lusitanos desejavam reatar o pacto colonial, de



modo que os latifundiários e comerciantes apoiaram a Independência do Brasil com o intuito de garantir os seus interesses e benefícios conquistados.

A alternativa B é incorreta, pois o pacto colonial não dava autonomia à América Portuguesa, uma vez que o sistema colonial definia que o comércio brasileiro só poderia ocorrer com Portugal, ao passo que o pacto colonial foi quebrado com a ascensão do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves.

A alternativa C também é incorreta, pois a Independência do Brasil pouco ou nada mudou na situação social da Nação, como o tráfico de escravos e o sistema escravocrata que continuaram.

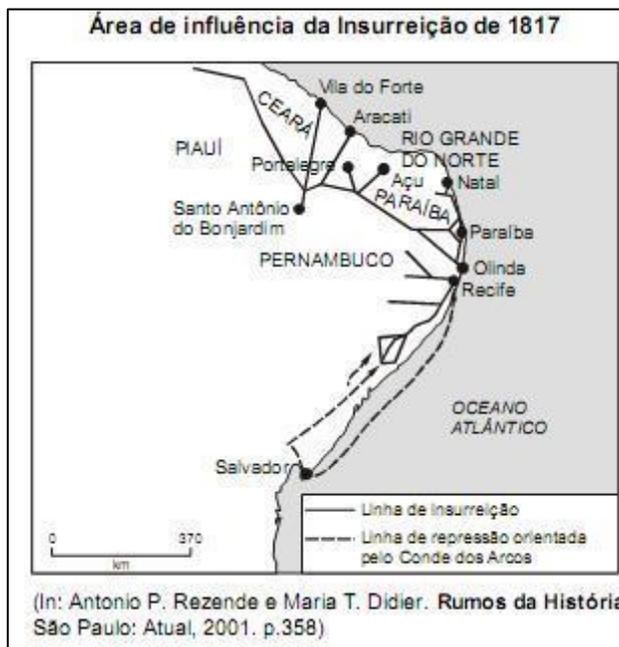
A alternativa D também é incorreta, pois a elite agrária brasileira que apoiara D. Pedro I na Independência era mais conservadora do que liberal, havendo alguns liberais, mas o número de conservadores era maior.

(VAZ, 2013; SOUSA, 2019).

**Gabarito: A**

## 12. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Observe o mapa.



O mapa e o conhecimento histórico permitem afirmar que a Revolução Pernambucana de 1817 reveste-se de grande importância, pois, entre outras razões,

A) defendia que a transposição para o Brasil dos princípios socialistas de liberdade e igualdade implicava na demolição do sistema colonial e a extinção da opressão que pesava sobre os escravos negros.

B) foi uma revolta armada, de caráter liberal, que conseguiu se expandir por várias províncias e buscou apoio internacional dos Estados Unidos e da Inglaterra.



C) é considerada a mais expressiva revolta na história da colônia, bem como a mais ampla, ousada e profunda, uma vez que propunha o rompimento dos laços com Portugal e Inglaterra.

D) reduziu a escombros não só o sistema colonial, mas também a escravidão, o sistema latifundiário e a economia agroexportadora, permitindo a passagem do Brasil da condição de colônia à de nação independente.

### Comentários

A alternativa A é incorreta, pois não é correto afirmar que houve uma influência do socialismo na Revolução Pernambucana, que na verdade se inspirou mais nos princípios das Revoluções Americana e Francesa. Além disso, apesar de ser um movimento de caráter liberal, quem se beneficiou foi muito mais a elite local, não sendo correto afirmar que defendiam o fim da opressão do trabalho escravo, já que havia nesse movimento a participação de grandes proprietários que eram contrários à abolição.

A alternativa B é a resposta certa, pois de fato a Revolução Pernambucana foi uma revolta armada, de caráter liberal, que conseguiu se expandir por várias províncias e buscou apoio internacional dos Estados Unidos e da Inglaterra. Em maio de 1817, Antônio Gonçalves da Cruz, o Cruz Cabugá, desembarcou na Filadélfia (EUA) com aproximadamente 800 mil dólares (em valores da época) na bagagem, com a missão de comprar armas para combater as tropas de Dom João VI e convencer o governo americano a apoiar a criação de uma república independente no Nordeste brasileiro.

A alternativa C é incorreta, uma vez que o movimento social pernambucano tinha como objetivo principal a conquista da Independência em relação a Portugal. Queriam implantar um regime republicano no Brasil e elaborar uma Constituição.

A alternativa D é incorreta, de modo que a manutenção do trabalho escravo não foi contestada, mesmo se tratando de um movimento de caráter liberal, bem como manter o sistema latifundiário e a economia agroexportadora.

(VAZ, 2013; SILVA, 2019).

### Gabarito: B

### 13. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Leia o texto abaixo:

Logo depois do “Grito do Ipiranga”, fazia-se imprescindível investir o novo governante do país com as suas reais atribuições. (...) Se D. Pedro era alçado à condição de cabeça e coração do império, era necessário que todo o corpo político (...) soubesse dessa mudança e se reconhecesse como parte desse mesmo corpo (...). Logo, urgia estabelecer um elo de continuidade entre o soberano e o súdito, a cabeça e os membros, o coração e o corpo, entre o Brasil e a sua gente.

(Iara Lis Carvalho Souza. Pátria coroada. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 256)



O texto trata das preocupações que então nortearam o processo de consolidação do Brasil como país independente. O país que surgiu desse processo caracterizava-se pela

A) intervenção política de grupos populares, sobretudo nas áreas distantes dos centros urbanos, voltada para sua legitimação e a imposição de uma ordem social baseada na tradição europeia.

B) adoção de um projeto de civilização pactuado entre os diversos grupos sociais do país, que tinha por base a mescla das culturas americana e europeia.

C) formação de um corpo social marcado pela ausência da cidadania e a exclusão de grande parte da população, em especial negros, dos quais se esperava comportamento passivo e amorfo.

D) presença vitoriosa no cenário político de grupos até então excluídos e mobilizados em torno de líderes populares, contrários à ordem social excludente defendida pelas elites.

### Comentários

A alternativa A é incorreta, pois o processo da Independência do Brasil foi arquitetado pela elite brasileira que gravitava em torno da corte, de modo que grupos populares pouco ou quase nada se envolveram, senão nas guerras da independência, como na Bahia.

A alternativa B também é incorreta, ao passo que se pode dizer que houve um projeto de civilização pactuado entre os diversos grupos sociais do país, pois se houve um projeto de civilização ele foi estabelecido de cima para baixo, definindo como modelo o padrão europeu.

A alternativa C está correta, uma vez que a Independência do Brasil não garantiu a formação da cidadania nacional, não havia um corpo social que de fato garantisse a sustentação da nova Nação, senão a elite agrária. A grande maioria da população era de desclassificados, isto é, pobres livres e escravos. Estes eram marginalizados e o conceito de cidadania sequer se aplicava a eles.

A alternativa D também é incorreta, uma vez que a Independência do Brasil não alterou a composição social da Nação, continuando a realizar o modelo político-econômico baseado no trinômio: latifúndio, escravidão e monocultura.

(LIMA, 2015).

### Gabarito: C

#### (CESPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Tendo em vista que o processo de independência do Brasil pode ser compreendido como parte das profundas mudanças que marcaram a história ocidental a partir do último quartel do século XVIII, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

14.

A historiografia recente mostra que a tese da independência do Brasil como movimento pacífico não se sustenta. Embates armados que duraram meses ocorreram em regiões da



Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará e na Cisplatina. A fragilidade do projeto de independência vencedor em 1822 ficou demonstrada pelos conflitos no período regencial.

### Comentários

A afirmativa está correta. Em Sete de Setembro de 1822, quando o Príncipe Regente, D. Pedro, deu seu grito de guerra, "Independência ou Morte", marcou-se o rompimento com Portugal, resultando na Guerra de Independência, em âmbito nacional. A Guerra já havia começado na Bahia, em 25 de junho daquele ano, com vitória baiana. Não se sabe exatamente o que foi dito pelo Príncipe, na área do Ipiranga, em complemento ao seu grito de guerra. Os relatos são contraditórios e publicados muito depois. Não houve ali uma "proclamação de independência", como querem alguns autores, mas não há dúvidas que foi naquele momento que o Príncipe avisou que lutaria por ela. Segundo uma das versões de quem presenciou o momento, o Príncipe teria dito, com a espada em punho: "Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil." Outras versões de seu discurso no Ipiranga, publicadas posteriormente, foram editadas para engrandecer o momento. Mas a verdade é que o Brasil já estava dividido antes do Sete de Setembro. A luta armada no Recôncavo Baiano, o principal campo de batalha, havia começado em fevereiro de 1822. Piauí, Ceará, Maranhão e a Província Cisplatina, também registraram conflitos e luta armada até 1823.

(VAZ, 2013; BACELAR, 2019).

### Gabarito: Certo

---

15.

A transferência da Corte portuguesa para a América foi proposta em crises anteriores à de 1807. Seus defensores consideravam a fragilidade de Portugal em meio às disputas entre as potências europeias, marcadamente entre França e Inglaterra, e a importância das possessões coloniais para a manutenção da Coroa portuguesa. Entre os proponentes dessa ideia, encontrava-se o padre Antônio Vieira, ainda no século XVII.

### Comentários

A afirmativa está correta. O plano de transferência da família real e da corte de nobres portugueses para o Brasil, refúgio seguro para a soberania portuguesa quando a resistência militar a um invasor fosse inútil na metrópole, já havia sido anteriormente cogitado durante a crise de sucessão de 1580, ante o avanço dos tercios do duque de Alba, D. António I terá sido aconselhado a buscar um refúgio além-Atlântico; e no contexto da Restauração da Independência (1640), quando a França abandonou Portugal no Congresso de Münster (1648), o padre António Vieira apontou ideia semelhante a D. João IV, associando-a ao vaticínio da fundação do Quinto Império.

(VAZ, 2013; WIKIPÉDIA, 2019).

### Gabarito: Certo

---



**(CESPE - 2017 - Instituto Rio Branco - Diplomata)**

O processo de independência do Brasil resultou de um contexto complexo, determinado por fatores externos e internos. Com relação a esse assunto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

**16.**

A determinação para que se procedesse à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, foi uma das medidas tomadas pela Inglaterra com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de práticas e de instituições liberais no Brasil.

**Comentários**

A afirmativa está errada, uma vez que a Abertura dos Portos em 1808 foi uma determinação da corte portuguesa ao chegar ao Brasil. Foi um tratado econômico assinado entre Portugal e Inglaterra no contexto das Guerras Napoleônicas. Este se caracterizou pela possibilidade das colônias portuguesas, na América, estabelecerem relações comerciais com outras nações europeias. Este tratado pôs fim ao Pacto Colonial, isto é, a exclusividade portuguesa de ser a única nação europeia a manter relações comerciais com os Estados do Brasil e Maranhão. Em certo sentido, o Pacto Colonial se constituía como a base da condição de colônia daqueles Estados. Alguns estudiosos consideram que a Abertura dos Portos foi o primeiro passo do processo de Independência do Brasil em 1822.

(FERNANDES, 2019).

**Gabarito: Errado**

---

**17.**

Movimentos de revolta restritos ao ambiente regional, a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, e a Revolução Pernambucana de 1817 não visavam à emancipação de todo o território brasileiro.

**Comentários**

A afirmativa está correta. Os mais importantes movimentos revoltosos do século XVIII foram a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, as quais possuíam, além do caráter econômico, uma clara conotação política. A Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, em Vila Rica, foi liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que terminou preso e enforcado, em 1792. Pretendia, entre outras coisas, a independência e a proclamação de uma República. A Conjuração Baiana, também chamada Revolução dos Alfaiates, devido à participação de grande número de elementos das camadas populares (artesãos, soldados, negros libertos), ocorrida em 1798, tinha ideias bastante avançadas para a época, inclusive a extinção da escravidão. Seus principais líderes foram executados. Mais tarde, estourou outro importante movimento de caráter republicano e separatista, conhecido como revolução pernambucana de 1817. De fato, esses movimentos emancipatórios não tinham como objetivo um projeto de independência nacional, mas apenas regional.



(VAZ, 2013; HISTÓRIA, 2019).

**Gabarito: Certo**

---

**18.**

Ao promoverem a industrialização de Portugal, as reformas pombalinas atingiram os interesses da elite mercantil brasileira, cujos ganhos estavam relacionados à importação de manufaturados da Inglaterra.

**Comentários**

A afirmativa é falsa, pois de acordo com o Pacto Colonial a América Portuguesa só podia importar manufaturas da metrópole, visando garantir o sistema mercantilista, que objetivava a conquista do capital necessário para sua passagem à industrialização. Contudo, era a Inglaterra que se beneficiava do modelo português, de modo que os lucros coloniais de Portugal eram destinados ao consumo dos produtos industrializados ingleses, seguindo o modelo de exploração e consumo. Portugal se beneficiava com os lucros obtidos nas colônias, mas sem investir na industrialização, apenas consumindo o que se produzia na Inglaterra. Enquanto que no Brasil não era permitido a produção manufaturada, podendo comercializar apenas com a metrópole portuguesa. Com isso, Portugal acaba por se tornar um país dependente das riquezas das colônias, mas com recursos finitos, avizinado pela pobreza por causa da falta de investimentos estratégicos. Só na segunda metade do século XVIII, quando o Marquês de Pombal assume o cargo de ministro real, que se inicia uma tentativa de transformação dessa situação, o que ficou conhecido como “Reformas Pombalinas”.

**Gabarito: Errado**

---

**19. (CESPE - 2017 - SEDF - Professor de Educação Básica - História)**

Menos discutível é a relação entre as revoluções de independência e os sintomas de descontentamento manifestados em algumas cidades da América Latina, a partir das décadas finais do século XVIII. É indubitável que do México a Bogotá, onde, em 1794, Antonio Nariño começava a sua carreira revolucionária traduzindo a Declaração dos Direitos do Homem; a Santiago do Chile, onde em 1790 era descoberta uma “conspiração dos franceses”; a Buenos Aires, onde, quase nessa mesma época, outros franceses parecem ter conseguido despertar em alguns escravos a esperança de uma libertação próxima graças a uma revolução republicana; ao Brasil, onde em Minas Gerais, no ano de 1789, é descoberta e reprimida uma manifestação de atividade conspirativa secessionista e republicana; nas mais variadas localidades da América Latina existem claros sintomas de uma nova inquietação.

Halperin Donghi. História da América Latina. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 66 (com adaptações)

Tendo o texto como referência inicial e considerando o processo de independência das colônias ibéricas na América, julgue o item que se segue.



O processo de independência latino-americana, incluindo-se a brasileira, inscreve-se no quadro mais geral da crise do Antigo Regime europeu, ainda que fatores internos tenham exercido importante papel para a emancipação das colônias.

### Comentários

A afirmativa é correta, pois de fato o absolutismo do Antigo Regime europeu estava em declínio, enfrentando colapsos internos e contradições estruturais, vindo a se desestabilizar definitivamente com a ascensão da burguesia comercial. A América se integrou ao quadro do capitalismo em pleno desenvolvimento na Europa, a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Os acontecimentos que sacudiram o continente europeu, isto é, a luta pela liberdade política e econômica, repercutiram intensamente na América. Além disso, vale lembrar que um dos duros golpes contra o Antigo Regime foi a declaração da independência pelos Estados Unidos, em finais do século XVIII. Esses fenômenos fizeram com que, nas primeiras décadas do século XIX, as colônias latino-americanas iniciassem a luta contra o domínio europeu e originassem nações independentes. Todavia, a independência política das nações latino-americanas não significou independência econômica. Mesmo após se tornar independente, a América Latina permanecia economicamente dependente, inicialmente, da Inglaterra e, posteriormente, dos Estados Unidos. Assim, o processo de emancipação latino-americano, inclusive o do Brasil, deve ser entendido no quadro mais amplo da crise do Antigo Regime, absolutista e mercantilista, e da crise do Antigo Sistema Colonial, com a ascensão da ideologia capitalista e burguesa. As mudanças em curso na Europa desde meados do século XVIII encontraram na América Espanhola e Portuguesa terreno fértil à sua proliferação.

(VAZ, 2013; EDUCABRAS, 2018).

### Gabarito: Certo

#### 20. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor - História)

Com relação à ida da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, julgue os itens subsequentes.

Para muitos historiadores, o fim do período colonial brasileiro ocorreu em 1808, quando da chegada da família real ao Rio de Janeiro. No entanto, a opção pela independência formal do Brasil passou a ser abertamente discutida apenas em 1820, com a Revolução do Porto.

### Comentários

A afirmativa é incorreta, pois durante o período colonial brasileiro houve muitos movimentos emancipacionistas, que mesmo não tendo uma amplitude nacional eram contrários à exploração metropolitana. Nesse sentido, pode-se dizer ainda que a Revolução do Porto se caracterizou por um processo de reestabelecimento da capital administrativa do Império em Portugal, pressionando a pressão pelo retorno da Família Real à Lisboa e instauração de um novo governo de caráter liberal e, especialmente, pela tentativa dos deputados portugueses em recolonizar o Brasil, fazendo valer novamente o Pacto Colonial. No entanto, as pressões exercidas em Portugal de fato concorreram para um movimento que impulsionou o processo de Independência do Brasil em 1822.



**Gabarito: Errado**

---

**21. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio — História)**

Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a maioria de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, na prática antecipou a independência, especialmente por ter determinado o fim do monopólio do comércio, característica essencial da colonização mercantilista.

**Comentários**

A afirmativa está correta, pois de fato a transferência da Corte portuguesa para sua maior colônia, o Brasil, trouxe novos desafios para o Rei e profundas consequências para o sistema colonial português. A abertura dos portos brasileiros, por exemplo, pôs fim ao monopólio comercial português sobre o Brasil, que havia perdurado durante praticamente três séculos com o Pacto Colonial. Essa medida afetou a economia lusitana e, em especial, a burguesia comercial do país, favorável ao restabelecimento da ordem anterior. A nobreza, por sua vez, havia perdido uma série de privilégios que possuía até então como integrante da Corte portuguesa - agora, não mais em Lisboa, mas, sim, no Rio de Janeiro. O cenário em Portugal naquele momento parecia contrastar com a suposta prosperidade e importância do Brasil.

(ANGELO, 2019).

**Gabarito: Certo**

---

**22. (Quadrix - 2017 - SEDF - Professor - História)**

O desenvolvimento da historiografia mundial, fenômeno que o século XX consagrou, permite novos olhares sobre o passado protagonizado pelas sociedades. No Brasil, multiplicam-se estudos que lançam luz sobre a trajetória do País, da colônia aos dias atuais. Da independência, em 1822, passando pela implantação da República, em 1889, ao cenário presente, a história brasileira é marcada por avanços e recuos, enfrentando percalços e se mostrando ainda inconclusa em relação à construção da cidadania. Relativamente à história contemporânea, da produção do conhecimento histórico a alguns dos mais marcantes fatos ocorridos no Brasil e no mundo, julgue o item.



Ainda que tenha sido conduzida por setores da elite colonial, a independência do Brasil motivou muitos brasileiros a assumirem a causa da emancipação nacional: levantes populares ocorreram em vários pontos do País, a exemplo do Pará, do Maranhão, do Piauí e da Bahia.

### Comentários

A afirmativa está correta. Diferente do que muitos acreditam, a independência do Brasil não foi pacífica. Com a declaração da independência, uma série de regiões no Brasil demonstrou sua insatisfação e rebelou-se contra o processo de independência. Eram movimentos não adesistas, isto é, movimentos que eclodiram nas províncias que não aderiram ao processo de independência e que se mantiveram leais a Portugal. Os grandes centros da resistência contra a independência do Brasil aconteceram nas seguintes províncias: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Cisplatina (atual Uruguai). Aconteceram campanhas militares nessas localidades e os combates contra as forças que não aderiram à independência estenderam-se até 1824. A Independência do Brasil favoreceu grandes proprietários de terras e grandes comerciantes locais. A separação tinha como objetivo preservar a liberdade de comércio e a autonomia administrativa do país, porém o restante da população ficou na mesma situação e a escravidão continuava. Durante 1822, contudo, os habitantes do Brasil tomaram partido nos eventos políticos que se desenrolaram no Rio de Janeiro e em Lisboa.

(NEVES, 2019).

### Gabarito: Certo

---

#### 23. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco)

O Brasil foi incorporado à história mundial em decorrência do processo de expansão comercial e marítima europeia dos séculos XV e XVI. Grande foi o impacto da colonização sobre as populações autóctones, mas o que se define como povo brasileiro resultou da mistura, desde a colonização, entre os mais diversos grupos étnicos e culturais, a exemplo de indígenas, africanos, europeus e, mais tarde, asiáticos. Em geral, os padrões que definiram a colonização atendiam aos interesses do nascente capitalismo mercantil europeu e ao próprio dinamismo interno da economia colonial. Nas primeiras décadas do século XIX, em plena era revolucionária que convulsionava o Velho Mundo, a colônia emancipou-se de sua metrópole.

A respeito desses aspectos que marcaram os primeiros séculos da história brasileira, julgue o item seguinte.

Mais que gesto meramente simbólico, o grito do Ipiranga, proclamado a sete de setembro de 1822, anunciou o nascimento do Estado nacional brasileiro, que rompeu com as estruturas básicas sobre as quais se assentaram mais de três séculos de colonização estruturada no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

### Comentários

É falso dizer que a Independência do Brasil rompeu com as estruturas básicas sobre as quais se assentaram a colonização portuguesa. Na verdade, em 1822 o Brasil se tornava independente, mas o tráfico de escravos e a escravidão continuavam, pois nada mudara na ordem social. Enquanto



isso, já havia pressões pelo fim do tráfico de escravos na Europa, sobretudo na Inglaterra. E mesmo Portugal, que já havia abolido a escravidão na metrópole desde 1761, sendo o país pioneiro da Europa. Mas o Brasil, mesmo após a Independência, manteve o sistema da *plantation* como o trinômio: escravo, latifúndio e monocultura. Por certo, o processo de emancipação brasileiro foi o resultado mais de uma negociação das elites políticas do que propriamente de tensões sociais ou revoltas, portanto, a continuidade das práticas sociais, políticas e econômicas.

(VAZ, 2013).

**Gabarito: Errado**

---

#### 24. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio)

Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a maioria de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item .

O Império teve uma única Constituição, a de 1824, outorgada por D. Pedro I, que instituiu um Estado unitário no Brasil.

#### Comentários

De fato, a primeira Constituição nacional, outorgada em 25 de março de 1824 por D. Pedro I, prevaleceu durante todo o período imperial, surgindo no primeiro Império (1822-1831), passando pelas regências (1831-1840) e o segundo reinado (1840-1889), quando conheceu seu fim com a Proclamação da República. A Constituição de 1824 instalava a um governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo. Além dos três Poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo –, havia ainda o Poder Moderador.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

**Gabarito: Certo**

---

#### 25. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioria de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao



Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

As elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 organizaram um sistema político com eleições indiretas, baseadas no voto censitário, excluindo a grande maioria da população do processo eleitoral; a criação da Guarda Nacional veio propiciar às classes proprietárias a força policial necessária à manutenção do poder local.

### Comentários

É correto o que diz a afirmativa. De fato, a emancipação política brasileira foi marcada pela continuidade entre a monarquia portuguesa e a brasileira, especialmente porque as elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 preservaram seus interesses e quiseram manter a forma estruturante que se seguiu por séculos na Colônia. O “novo” sistema político era organizado por eleições indiretas e censitário, com o voto restrito aos homens livres e proprietários e subordinado a seu nível de renda. O fato é que a Independência não só rompia Colônia e Metrópole, mas também afirmava uma nova classe dirigente, que eram os grandes proprietários de escravos. Para tanto, a Guarda Nacional, criada em 1831, surgiu com o propósito de defender os interesses das forças políticas brasileiras, guardar a Constituição, a integridade, a liberdade e a independência do Império do Brasil. Além disso, pelo poder a ela concedido, seus membros deveriam firmar o compromisso de sedimentar a tranquilidade e a ordem pública.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005; VAZ, 2013; SOUZA, 2019).

**Gabarito: Certo**

### 26. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioridade de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

Após a abdicação de D. Pedro I, liberais radicais se insurgiram em vários pontos do país contra os grupos no poder: ressentindo-se da extrema centralização política, alguns defendiam o modelo federativo, outros propunham a abolição gradual da escravidão e, ainda, havia os que pleiteavam a nacionalização do comércio.



## Comentários

É correto o que diz a afirmativa, pois o Brasil tornara-se independente sob um governo monárquico e tinha um soberano português. O que era diferente dos países vizinhos, que adotaram o regime republicano. A criação da monarquia representou a vitória dos grupos políticos mais conservadores, que defendiam a manutenção da ordem social e política vigente, garantidas pela autoridade do imperador. Os liberais, de outro lado, viam a solução republicana como o significado de mais participação popular, extensão do direito ao voto e até a possibilidade de mudanças sociais, como a abolição da escravatura. Após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, foi instaurado um regime regencial, cujo poder foi transferido para três regentes, conforme estabelecido na Constituição de 1824, pois o filho de D. Pedro I era apenas uma criança de 5 anos de idade, devendo aguardar a maioridade para assumir o trono brasileiro. Nesse contexto, muitas revoltas ocorreram por todo o país durante o período regencial. As revoltas tiveram causas relacionadas a problemas políticos e sociais específicos das regiões onde ocorreram, mas também refletiram as lutas por maior participação política. O centro de poder estava muito distante das províncias, e entender o intrincado jogo político era difícil e inacessível para a maior parte da população. As revoltas foram violentas e ameaçavam a unidade do Império.

(VAZ, 2013).

## Gabarito: Certo

### (CESPE - 2014 - SEE-DF)

No Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade -- não nasceram juntas e, por longo tempo ainda, não caminharam de mãos dadas. As sublevações e as conjunturas nativistas são invariavelmente manifestações desconexas da antipatia que, desde o século XVI, opõe o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais.

Sérgio Buarque de Holanda. A herança colonial - sua desagregação. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico. 1.º volume, O processo da Emancipação. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 9 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e o processo histórico ao qual se refere, julgue os itens que se seguem.

27.

O autor defende o argumento de que o processo de separação política do Brasil, ocorrido em 1822, não foi um movimento marcado por um sentimento nacional unificado.

## Comentários

A interpretação acerca do fragmento citado é correta, pois de fato é possível dizer que a Independência do Brasil em 1822 foi um projeto arquitetado pelas elites, muitas delas ligadas ao



antigo sistema colonial e mesmo que havia muitos portugueses entre os arquitetos da Independência. Ora, o fato é que o sentimento nacionalista era algo pouco concreto e, se existia, era discreto e prematuro. A questão ressaltada é que a Independência do Brasil não foi um movimento impulsionado pelo sentimento de ser brasileiro, uma vez que não havia algo que fosse capaz de unificar o imaginário nacionalista de norte a sul do Brasil, até mesmo por causa da vastidão do território, mas talvez mais por causa da falta de produtos culturais específicos que fossem capazes de tecer um imaginário nacional para a comunidade brasileira. Um fato que atesta isso é a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, com o intuito de produzir uma historiografia brasileira que fosse capaz de perpassar o imaginário dos brasileiros e criar um sentimento nacionalista, pois este não havia, e que permitisse a um nortista se dizer brasileiro tanto quanto um carioca que transitava próximo à Quinta da Boa Vista e via hasteada a bandeira imperial.

**Gabarito: Certo**

---

**28.**

A primeira constituição brasileira foi outorgada pelo imperador D. Pedro I em 1824 e vigorou até o final do período imperial, tendo sido seu texto original aprovado integralmente pela Assembleia Constituinte de 1823.

**Comentários**

O que diz a afirmação é falso, uma vez que o projeto inicial apresentado pela Assembleia Constituinte, que foi redigido por Antônio Carlos de Andrade e Silva, irmão de José Bonifácio, foi rejeitado por D. Pedro I, que acabou por dissolver a própria Assembleia Constituinte. Em seguida, o Imperador reuniu um Conselho de Estado formado por dez pessoas de sua confiança, que elaborou a primeira Constituição do Brasil, sendo outorgada pelo Imperador em 1824.

(VAZ, 2013).

**Gabarito: Errado**

---

**29. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor)**

No que diz respeito ao império brasileiro, julgue os próximos itens.

Os engenhos de açúcar do atual nordeste brasileiro não superaram a crise que lhes atingiu em meados do século XIX, apesar da abundância de crédito e da política governamental de estímulo à atividade econômica açucareira.

**Comentários**

A afirmação é falsa, de modo que a economia açucareira começou a entrar em crise na segunda metade do século XVII, com a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro. Empreendedores holandeses foram para a região das Antilhas produzir açúcar. Os holandeses se tornaram um forte concorrente, pois vendiam o açúcar mais barato na Europa, além de controlarem o transporte e comércio do produto. Desta forma, os holandeses conquistaram o mercado consumidor europeu, iniciando uma forte crise na economia açucareira no Brasil. A crise se acentuou ainda mais em



meados do século XVIII, período em que a economia brasileira passou a se voltar para o ouro da região das Minas Gerais. A região Sudeste passou a atrair investimentos, a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro e o Ciclo do Açúcar avistou seu fim.

(VAZ, 2013; FELINI, 2019).

### **Gabarito: Errado**

---

#### **(CESPE - 2014 - Instituto Rio Branco - Diplomata)**

Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, a elite política brasileira optou por uma monarquia representativa como forma de governo, de acordo com o modelo francês da época.

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, continha todos os direitos civis e políticos reconhecidos nos países europeus.

Afastava-se do sistema inglês pela adoção do Poder Moderador, que dava ao imperador grande controle no ministério.

José Murilo de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004, p. 27-8 (com adaptações)

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a aspectos marcantes do quadro político brasileiro nas décadas iniciais do período monárquico.

**30.**

A crise política dos primeiros tempos do Brasil independente teve sua expressão máxima na dissolução da Assembleia Constituinte, razão pela qual a Constituição de 1824, outorgada, afastava-se do contexto histórico da época ao não incorporar elementos da nova ordem política nascida dos movimentos revolucionários liberais burgueses.

#### **Comentários**

A afirmação é falsa, pois os termos da Constituição Brasileira outorgada por D. Pedro I em 1824 não diferiam muito do projeto apresentado por Antônio Carlos de Andrada e Silva na Assembleia Constituinte, a não ser pela introdução do Poder Moderador, que dava ao imperador total controle sobre os demais Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). O Poder Legislativo era constituído pelo Senado, formado por senadores escolhidos pelo imperador em uma lista tríplice de pessoas eleitas nas Províncias e com mandato vitalício, e pela Câmara dos Deputados, com mandato temporário. As eleições mantiveram-se indiretas e censitárias, com voto restrito aos homens livres e proprietários e subordinado a seu nível de renda.

(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005; VAZ, 2013).

### **Gabarito: Errado**

---



31.

Criação brasileira e sem fundamentação teórica consistente, o Poder Moderador acabou por ser responsável direto pelas crises políticas que, recorrentes em todo o Primeiro Reinado, acabaram por levar D. Pedro I à abdicação.

### Comentários

O que se afirma é incorreto, pois a ideia de um Poder Moderador se encontra delineada de sua forma definitiva na obra do francês Benjamin Constant, “Princípios Políticos”, publicada em 1814. A grande preocupação de Constant era com a estabilidade do poder. Constant afirmava que apenas a aceitação de limitação da soberania popular poderia impedir o desrespeito aos direitos fundamentais. O Poder Moderador teria aí o papel fundamental de impedir que os outros três poderes, entrando em choque, levassem uns aos outros de vencida, assegurando a estabilidade do Estado liberal e os direitos civis e políticos dos cidadãos. E o que de fato levou à abdicação de D. Pedro I em 1831 foi a sua impopularidade, por causa da sua postura absolutista em dissolver a Assembleia Constituinte em 1824 e a reação violenta à Conferência do Equador no mesmo ano. Seguindo a isso, uma série de problemas agravaram a sua impopularidade, como por exemplo a morte de seu pai, D. João VI, em 1826 e a herança direta do trono português, a derrota na Guerra Cisplatina em 1828 e sobretudo o forte sentimento antilusitano. A imprensa também não poupava críticas a D. Pedro I. O jornalista Líbero Badaró foi o principal opositor na imprensa e acabou assassinado em São Paulo. Na ocasião, D. Pedro I viajava para Minas Gerais e ao chegar na capital Ouro Preto deparou-se com portas e janelas fechadas ostentando panos pretos e o soar de sinos em sinal de luto. Assim, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho de 5 anos, Pedro de Alcântara. Após a abdicação, retornou a Portugal.

(LYNCH, 2010; VAZ, 2013).

### Gabarito: Errado

---

### 32. (CESPE - 2012 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

No Brasil, o processo interno da independência e os problemas internacionais suscitados apresentam mais pontos divergentes que semelhantes em relação ao restante da América Latina. Um século antes da Sociedade das Nações, primeira tentativa de conferir institucionalidade formal ao sistema internacional, a aceitação de um ator recém-independente no cenário mundial dependia, em última instância, do reconhecimento da legitimidade do novo participante pelas grandes potências.

Rubens Ricupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Moritz Schwarcz (dir.) História do Brasil nação: 1808-2010, v.1. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 139 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico da Independência do Brasil bem como aspectos marcantes do Primeiro Reinado (1822-1831), julgue (C ou E) o item que se segue.



O trecho final do texto sugere que o reconhecimento do Estado nacional brasileiro pelos Estados Unidos da América (EUA) era condição essencial para que outras potências também o fizessem, devido à relevância de Washington no jogo de poder mundial e à amplitude de sua ação internacional na primeira metade do século XIX.

### Comentários

A interpretação do trecho citado é incorreta, pois não se pode dizer que na primeira metade do século XIX os EUA eram uma das grandes potências mundiais. Mas, em todo caso, vale dizer o governo dos EUA foi o primeiro a reconhecer a Independência do Brasil, no contexto da doutrina Monroe, que defendia a autonomia das recém-formadas nações Americanas. Depois, o governo da Inglaterra reconheceu a Independência brasileira em 1825, sendo que na época o Brasil representava o terceiro maior mercado externo para os produtos ingleses.

(VAZ, 2013).

### Gabarito: Errado

---

### 33. (CESPE - 2005 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

O Império brasileiro realizara uma engenhosa combinação de elementos importados. Na organização política, inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant. Bem ou mal, a monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre. Em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram estes dois países os que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estatista dos políticos imperiais. Por fim, até mesmo certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri, e uma limitada descentralização provincial, serviam de referência quando o peso centralizante provocava reações mais fortes. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do País, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social.

José Murilo de Carvalho. Pontos e bordados – escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 90-1 (com adaptações).

Acerca da história do Brasil monárquico, julgue os itens seguintes, tendo o texto acima como referência inicial.

As “reações mais fortes” ao peso centralizante do Estado brasileiro, a que o texto alude, podem ser exemplificadas pela Confederação do Equador (1824) e pela Revolução Farroupilha (1835-1845).

### Comentários

A afirmação é correta, pois ambos os movimentos tentaram romper com o sistema imperial e



fundar uma República independente. A Confederação do Equador ocorreu na província de Pernambuco, em reação à Constituição de 1824, pois os republicanos não aceitavam o país autoritário e centralizador que estava surgindo sob as mãos de D. Pedro I. Já a Revolução Farroupilha ocorreu no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, liderada por estancieiros produtores de carne-seca vendidas a outras partes do país, pois se sentiam prejudicados pela política econômica do governo imperial, que cobrava altos impostos sobre a produção local, tornando o charque gaúcho mais caro do que o produto uruguaio e argentino. Os mais radicais queriam criar uma República sem depender do restante do Império. Ambos os movimentos, porém, foram suprimidos pelas forças imperiais, mas exerceram forte resistência, deixando um saldo de inúmeras mortes.

(VAZ, 2013).

**Gabarito: Certo**

### 34. (PUC RJ 2015)

Analise as afirmativas abaixo que apresentam acontecimentos referidos à política da Corte portuguesa durante sua permanência no Brasil entre 1808 e 1821.

I. Como expressão da relação de poder assimétrica entre os soberanos britânico e português, os tratados de 1810 impunham ao governo de D. João no Rio de Janeiro, entre outras decisões, a limitação do tráfico negreiro intercontinental às colônias de Portugal na África e o compromisso de abolir gradualmente o trabalho escravo na América portuguesa.

II. A criação do primeiro Banco do Brasil, da Imprensa Régia, da Escola de Medicina, das Academias Militar e de Marinha, do Real Horto, da Real Biblioteca e inúmeras outras medidas, assim como a conquista da Guiana Francesa e a ocupação da Banda Oriental, revelavam o projeto político da Corte joanina de “criar um novo império” na América, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

III. Ao revogar o alvará de 1785 que proibia qualquer atividade manufatureira na colônia americana, com exceção da fabricação de panos grossos para a vestimenta dos escravos, o Príncipe-Regente D. João propiciou o surgimento de inúmeros estabelecimentos fabris em diferentes pontos do Reino do Brasil, deflagrando o primeiro grande surto industrial do país, apesar da permanência do trabalho escravo.

IV. A Revolução Pernambucana de 1817 teve como uma de suas motivações a reação aos privilégios concedidos por D. João aos comerciantes, burocratas e proprietários de escravos e terras do Rio de Janeiro e áreas próximas, o que lhes possibilitara prosperar, acumular poder e ganhar prestígio. Para os revolucionários de 1817, o Rio de Janeiro se transformara em uma “nova Lisboa”, dominada por “portugueses” que oprimiam os “brasileiros” de outras partes do Reino do Brasil.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.



D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.

E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

### Comentários

A afirmativa [III] está **incorreta** porque a revogação do alvará de 1785 não proporcionou o primeiro surto fabril do Brasil, uma vez que, devido à concorrência britânica, poucas unidades fabris foram abertas na Colônia.

**Gabarito: E**

---

### 35. (G1 – CFT MG 2013)

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, não só os portos se abriram para as Nações Amigas, mas também as portas para a entrada de estrangeiros. [...] Comerciantes, especialmente ingleses, artistas franceses e imigrantes, além de viajantes naturalistas de várias regiões do Velho Mundo, têm permissão de estudar o que o país desconhecido parecia prometer em novidades. Esses visitantes serão autores de um novo descobrimento do Brasil [...].

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântica de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 29.

O texto refere-se aos viajantes como autores de um “novo descobrimento do Brasil” porque eles teriam

A) denunciado a condição degradante dos indígenas da América, dada a expropriação de suas terras.

B) apontado a necessidade de emancipação política brasileira frente aos interesses colonialistas de Portugal.

C) influenciado as práticas agrícolas brasileiras por compartilharem tecnologias modernizantes dos Estados Unidos.

D) divulgado as informações sobre o país ao transformarem suas anotações de viagens em relatos publicados na Europa.

### Comentários

Diversos viajantes vieram para o Brasil após 1808, acompanhando ou seguindo a Família Real portuguesa. A maioria desses viajantes, como Antonil, Graham e Debret, transformou seus escritos e anotações em livretos, que passaram a circular pela Europa, mostrando aos europeus como era o Brasil daquela época.

**Gabarito: D**

---

### 36. (Vunesp 2013)

O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823,



- A) ao reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.
- B) ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido à Independência.
- C) à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.
- D) à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.
- E) à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.

### Comentários

O período que se seguiu a proclamação da independência foi marcado por um conjunto de conflitos e denominado de “guerras de independência”. A cultura social foi marcada historicamente pela ideia de que a Independência do Brasil foi pacífica, desprezando as lutas das populações urbanas e das elites agrárias regionais, destacando-se as províncias do norte (nordeste) do Brasil. Tais conflitos se deram pela resistência de militares e mercadores lusitanos, contrários à Independência, e, em diversas casos, a vitória ocorreu com a ajuda de mercenários.

### Gabarito: B

---

#### 37. (Fuvest 2015)

Considerando-se o intervalo entre o contexto em que transcorre o enredo da obra *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e a época de sua publicação, é correto afirmar que a esse período corresponde o processo de

- A) reforma e crise do Império Português na América.
- B) triunfo de uma consciência nativista e nacionalista na colônia.
- C) Independência do Brasil e formação de seu Estado nacional.
- D) consolidação do Estado nacional e de crise do regime monárquico brasileiro.
- E) Proclamação da República e instauração da Primeira República.

### Comentários

A história do livro citado se passa no Rio de Janeiro do início do século XIX e a obra foi publicada, em forma de folhetim, originalmente, na década de 1850. Logo, esse período de tempo engloba a Independência do Brasil e a formação do Estado nacional brasileiro.

### Gabarito: C

---

#### 38. (Unicamp 2015)

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. (...) O Romantismo apareceu aos poucos como



caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole (...).

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 19.

Tendo em vista o movimento literário mencionado no trecho acima, e seu alcance na história do período, é correto afirmar que:

- A) o nacionalismo foi impulsionado na literatura com a vinda da família real, em 1808, quando houve a introdução da imprensa no Rio de Janeiro e os primeiros livros circularam no país.
- B) o indianismo ocupou um lugar de destaque na afirmação das identidades locais, expressando um viés decadentista e cético quanto à civilização nos trópicos.
- C) os autores românticos foram importantes no período por produzirem uma literatura que expressava aspectos da natureza, da história e das sociedades locais.
- D) a população nativa foi considerada a mais original dentro do Romantismo e, graças à atuação dos literatos, os indígenas passaram a ter direitos políticos que eram vetados aos negros.

### Comentários

Somente a alternativa [C] está correta. A questão remete à chegada do Romantismo ao Brasil. O texto do escritor Antônio Cândido aponta para o desejo de autonomia literária brasileira nas décadas de 1820 e 1830. Do ponto de vista político também havia o desejo do Brasil de buscar sua emancipação política frente a metrópole portuguesa, o que ocorreu em setembro de 1822 com o “Grito do Ipiranga”. No dia 7 de Abril de 1831 D. Pedro I abdicou ao trono: era o início do Período Regencial que durou de 1831 até 1840. Neste contexto, consolidou-se a independência do Brasil considerando que pela primeira vez o Brasil foi governado por brasileiros, e surgiu o Estado Nacional Brasileiro através de uma gradativa substituição dos portugueses por brasileiros. Daí havia uma necessidade de construir uma identidade nacional mostrando nossas particularidades em relação às demais nações. Os autores do Romantismo foram importantes ao expressar elementos da nossa “brasilidade tupiniquim”.

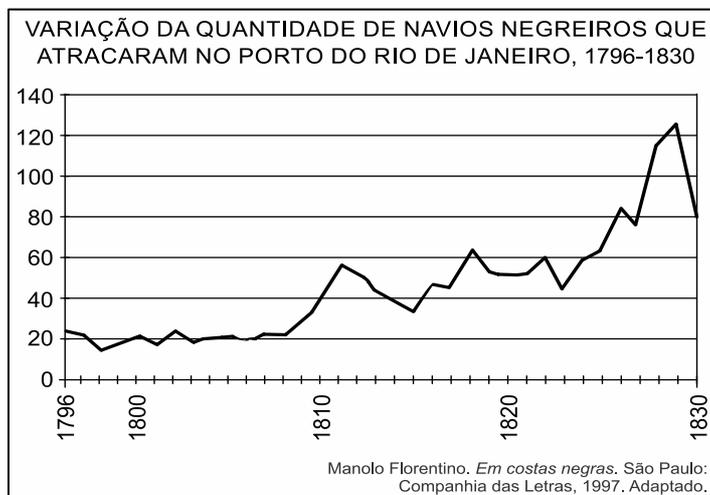
### Gabarito: C

---

### 39. (Fuvest 2016)

Examine o gráfico.





O gráfico fornece elementos para afirmar:

- A) Apesar de uma ligeira elevação, o tráfico negreiro em direção ao Brasil era pouco significativo nas primeiras décadas do século XIX, pois a mão de obra livre já estava em franca expansão no país.
- B) As grandes turbulências mundiais de finais do século XVIII e de começos do XIX prejudicaram a economia do Brasil, fortemente dependente do trabalho escravo, mas incapaz de obter fornecimento regular e estável dessa mão de obra.
- C) Não obstante pressões britânicas contra o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ele se manteve alto, contribuindo para que a ordem nacional surgida com a Independência fosse escravista.
- D) Desde o final do século XVIII, criaram-se as condições para que a economia e a sociedade do Império do Brasil deixassem de ser escravistas, pois o tráfico negreiro estava estagnado.
- E) Rapidamente, o Brasil aderiu à agenda antiescravista britânica formulada no final do século XVIII, firmando tratados de diminuição e extinção do tráfico negreiro e acatando as imposições favoráveis ao trabalho livre.

### Comentários

A despeito da pressão inglesa para que ocorresse o fim do tráfico negreiro para o Brasil, o mesmo manteve-se em alta entre 1810 e 1830, o que contribuiu para a formação escravista da nossa sociedade.

### Gabarito: C

#### 40. (G1 - IFBA 2016)

Neste país, que se presume constitucional e onde só deverão ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei, e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. (Trecho do Manifesto Republicano, publicado no *Jornal A República*, do Rio de Janeiro, em dezembro de 1870.)



Disponível em: <<http://www.historiamais.com/manifesto.htm>>. Acesso em 20.09.2015.

A crítica apresentada pelo Manifesto Republicano de 1870 pode ser associada:

- A) ao despotismo de D. Pedro II, no desrespeito à Constituição Imperial.
- B) aos amplos e ilimitados poderes garantidos ao Imperador pelo Poder Moderador.
- C) à irresponsabilidade de D. Pedro II no trato com o dinheiro e com as finanças públicas.
- D) ao estado de corrupção e fraudes que envolvia D. Pedro II e grande parte de seus assessores.
- E) aos prejuízos econômicos do país nas negociações que D. Pedro II realizou com a Inglaterra.

### Comentários

A questão faz uma crítica ao poder moderador instituído na constituição brasileira de 1824. De acordo com este poder, o imperador poderia interferir nas demais esferas de poder, ou seja, o regime era uma monarquia constitucional, mas com uma fachada absolutista. Esta constituição foi muito centralizadora desagradando às elites locais. No mesmo ano em que a carta foi outorgada, ocorreu a Confederação do Equador em Pernambuco com caráter separatista e republicano. Muitas críticas foram feitas a este documento como sugere o Manifesto Republicano de 1870.

### Gabarito: B

---

#### 41. (PUCRS 2016)

Sobre a situação econômica e financeira do Brasil durante o Primeiro Reinado, é INCORRETO afirmar que

- A) o Brasil passava por uma forte crise no comércio de exportação, devido à queda das suas vendas externas de açúcar no mercado Europeu.
- B) a situação brasileira se agravou na medida em que, depois do declínio da produção aurífera colonial, a Inglaterra perdeu o interesse de ser parceira comercial do Brasil.
- C) o imperador D. Pedro I fazia gastos excessivos e não voltados ao desenvolvimento econômico, como o financiamento da Guerra da Cisplatina, além de existirem problemas na arrecadação de impostos.
- D) o café, que seria o grande produto brasileiro de exportação no século XIX, ainda não ocupava espaço significativo no comércio exterior do país.
- E) havia grande carência em transportes que, aliada às dimensões continentais do território brasileiro, dificultava a integração econômica do novo país e o adequado aproveitamento de suas riquezas naturais.

### Comentários

O Brasil viveu uma grave crise econômica Brasil durante o Primeiro Reinado, 1822-1831, por vários motivos. O país não conseguia emplacar nenhum produto na pauta de exportação, embora tivesse inúmeros produtos para exportar. O café ainda não possuía muita relevância na pauta de



exportação. D. Pedro I gastava muito com o financiamento de guerras como a Guerra de Independência em 1823, a Confederação do Equador em 1824, a “Questão da Cisplatina” entre outros. A Inglaterra não perdeu o interesse pelo Brasil, pois representava um mercado promissor. A principal fonte de renda para o Brasil era através das tarifas alfandegárias. A queda na exportação provocou desequilíbrio na balança comercial gerando a necessidade de fazer empréstimos externos constantes comprometendo a renda alfandegária.

**Gabarito: B**

---

#### 42. (G1 - IFSUL 2016)

A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

- A) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.
- B) a noção de escravo como um bem, o que exigia a indenização para os proprietários de escravos.
- C) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.
- D) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

#### Comentários

A questão aponta para um grande debate que se estabeleceu no Brasil ao longo do século XIX. A discussão era sobre a utilização da mão de obra escrava e o desenvolvimento econômico nacional. Muitos intelectuais e políticos criticavam a escravidão associando-a ao atraso, porém entendiam a relevância da escravidão para a economia do Brasil. O escravo era um bem, uma propriedade, acabar com a escravidão poderia exigir indenização.

**Gabarito: B**

---

#### 43. (ESPM 2016)

...uma Constituição não é outra coisa que a ata do Pacto Social que fazem entre si os homens, quando se juntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

(Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Citado por Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota in *História do Brasil: uma interpretação*).



As palavras do Frei Caneca foram proferidas a propósito de crítica ao modelo autocrático-imperial de Pedro I.

Assinale a alternativa que apresente a revolução republicana e separatista que eclodiu no nordeste, ocorrida contra o governo de Pedro I:

- A) Revolução Pernambucana de 1817;
- B) Sabinada;
- C) Cabanagem;
- D) Balaiada;
- E) Confederação do Equador.

### Comentários

A Confederação do Equador (1824) eclodiu em razão do autoritarismo de d. Pedro I, que, no ano anterior, fechou a Assembleia Constituinte, prendeu os deputados que a compunham e autorizou a escritura de uma Constituição claramente absolutista para o país.

**Gabarito: E**

---

### 44. (G1 - IFBA 2016)

Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do acaso do Império português no Brasil, mas foi, sobretudo, pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um “partido negro”. Um anônimo informante da Coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823: (...) embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois se trata do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”.

Fonte: REIS, João José. *O Jogo Duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” da Independência da Bahia*. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

A denúncia da existência de um perigoso “partido negro”, no contexto da luta pela independência na Bahia, pode ser explicada pela:

- A) ameaça dos negros, escravizados e libertos, de se revoltarem contra os brancos e lutarem pela continuidade do domínio lusitano sobre a colônia.
- B) existência de uma organização partidária de negros livres e escravizados, que regulava ações conjugadas em toda a colônia pela extinção do trabalho escravo.
- C) participação de grande número de escravizados e negros livres na guerra de independência do Brasil, que poderia evoluir para uma luta contra o regime de escravidão.



- D) Ameaça de união entre as organizações antiescravistas brasileiras e os grupos revolucionários que estabeleceram uma República de negros no Haiti, no final do século XVIII.
- E) aliança firmada entre os negros libertos e os portugueses contra os proprietários de terras brasileiros, que poderia resultar num decreto do governo lusitano extinguindo o trabalho escravo na colônia.

### Comentários

A questão aponta para a participação dos negros no processo de independência do Brasil, em especial na formação do “Partido Negro” na Bahia em 1822 e 1823. A elite branca brasileira tinha medo do “haitianismo”, ou seja, na luta pela independência do Haiti os negros aderiram ao movimento, porém imprimiram um caráter social muito forte tomando o poder e exterminando muitos brancos que eram associados à exploração. Desta forma, na guerra de independência do Brasil a participação dos negros representava um risco aos interesses da elite.

### Gabarito: C

---

#### 45. (G1 - CFTMG 2016)

“Após a Independência, o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes, como toda a população livre, estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade brasileira. No entanto, a Inglaterra, país de quem dependia, pressionava cada vez mais em sentido contrário. Apesar da dependência brasileira, a extinção do tráfico de escravos foi um longo processo de desavenças e acordos entre Brasil e Inglaterra.”

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 192.

Dentre os fatores que contribuíram para a extinção do tráfico de escravos, é INCORRETO afirmar que:

- A) a Lei Eusébio de Queirós, de setembro de 1850, reconhecia que o tráfico equivalia à pirataria.
- B) o endividamento dos fazendeiros forçou a hipoteca de suas terras como pagamento aos traficantes.
- C) a Lei de Terras, aprovada em 1850, estipulava que os imigrantes não poderiam se tornar proprietários fundiários.
- D) a diminuição do tráfico transatlântico resultou no deslocamento de escravos da região mineradora para suprir as necessidades de cativos na lavoura açucareira.

### Comentários

O texto do historiador Boris Fausto aponta para o fim do tráfico de escravos e os possíveis desdobramentos para a economia do Brasil. A Lei Eusébio de Queirós de 1850 proibiu o tráfico de escravos. A partir desta data, o tráfico de escravos era concebido como pirataria. A Lei de Terras, aprovada na mesma data, dificultava a aquisição de terras no Brasil, só através da compra, o que



dificultava a aquisição por parte de pessoas desprovidas de capital como os imigrantes. A referida lei diminui drasticamente o fluxo de escravos para o Brasil gerando um comércio interprovincial de escravos deslocados de várias regiões para a lavoura cafeeira (e não açucareira).

**Gabarito: D**

---

#### 46. (UECE 2016)

No que concerne à Confederação do Equador de 1824, analise as afirmações a seguir, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

( ) A Confederação costuma ser considerada um prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.

( ) As propostas liberais, republicanas e federativas serviram de bandeira política para os insurretos.

( ) Os revoltosos propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América.

( ) A adesão dos segmentos populares foi fundamental para unir todos os revoltosos.

( ) A imprensa, infelizmente, atuou contra o movimento e nenhum jornal nas províncias envolvidas quis apoiar a causa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, V, V, V, F.
- B) V, F, F, V, V.
- C) V, F, F, V, V.
- D) V, V, V, F, F.

#### Comentários

A quarta afirmação é **falsa**, porque a Confederação era, originalmente, popular. Esse, aliás, era seu grande diferencial;

A quinta afirmação é **falsa**, porque a imprensa esteve presente na Confederação. Líderes do movimento, como Barata e Frei Caneca, tinham periódicos em Pernambuco.

**Gabarito: D**

---

#### 47. (PUCCAMP 2016)

República ou monarquia? Esse dilema esteve presente em todo o processo de *Independência* do Brasil. Mas a monarquia acabou sendo o sistema adotado em terras brasileiras, ao contrário do que ocorreu em outras nações americanas, pois, para essas novas nações surgidas na América espanhola, a república:

A) promovia uma relativa descentralização do poder, uma vez que o regente deveria ser eleito pelo povo.



- B) significava um rompimento maior com a metrópole e a fragmentação do antigo império colonial.
- C) facilitava a manutenção de um vasto território nas mãos dos chefes de Estado e dos proprietários rurais.
- D) garantia a implantação do princípio da soberania popular e da igualdade de direitos na América.
- E) atendia o desejo de políticos liberais e conservadores de libertar as províncias do poder metropolitano.

### Comentários

Basicamente, o grande diferencial entre a Independência do Brasil e as Independências da América Espanhola foi a LIDERANÇA: no Brasil, um membro da Família Real portuguesa e na América Espanhola, a classe social crioula, excluída durante o período colonial. Daí os diferentes caminhos políticos seguidos após as independências.

### Gabarito: B

---

#### 48. (UFRGS 2015)

Observe as figuras abaixo.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Circulo do Livro, s.d. p. 215 e 225.

Considere as seguintes afirmações sobre o processo escravista no Brasil.

- I. As relações sociais entre senhores e escravos, no Brasil, eram definidas pelo equilíbrio de poder estabelecido pela miscigenação, conferindo à experiência histórica brasileira o caráter de "democracia racial".
- II. Os africanos deportados da África para a América desenvolveram mecanismos de sociabilidade, constituindo famílias e formas de identidades sociais.

III. A Lei Áurea, além da emancipação dos escravos, decretava uma série de benefícios sociais e políticos para os libertos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

### Comentários

A afirmativa [I] está **incorreta** porque não existia nenhum tipo de *democracia racial* na época da escravidão no Brasil. A divisão brancos/negros sempre existiu e foi rígida;

A afirmativa [III] está **incorreta** porque a Lei Áurea tinha apenas dois parágrafos, a saber: (1) está abolida a escravidão no Brasil e (2) revogam-se todas as disposições em contrário.

**Gabarito: B**

### 49. (FGV 2015)

Observe o mapa.



(Armelle Enders, *A nova história do Brasil*, p. 109)

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

A) efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.



B) ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.

C) dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.

D) foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando à guerras de independência.

E) diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

### Comentários

Somente a proposição [D] está correta. O mapa aponta para o processo de independência do Brasil. O processo de independência do Brasil foi bem complexo começando em 1808 com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e a Abertura dos Portos rompendo com o pacto colonial e foi concluído em 1831 quando D. Pedro I abdicou ao trono deixando para seu filho de apenas 5 anos de idade. Havia dois grupos: os brasileiros compostos pela elite agrária e favoráveis a independência e o grupo português muito forte no nordeste e contrário a independência. Assim, quando ocorreu o grito do Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822, era preciso nacionalizar a independência considerando que boa parte era contrário a ela. Daí surgiram as guerras de independência em 1823 constituindo praticamente uma guerra civil.

### Gabarito: D

---

#### 50. (IMED 2015)

A Constituição de 1824, primeira Constituição do Brasil, estabelecia:

- I. Estado unitário, monárquico e hereditário.
- II. Independência da Igreja Católica em relação ao Estado.
- III. Voto indireto, censitário e aberto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.



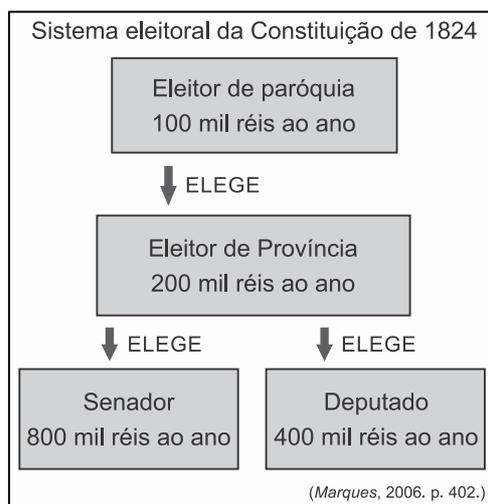
### Comentários

A questão se refere à primeira constituição do Brasil, outorgada em 1824. Por meio dela o Brasil tornou-se um Estado unitário, monárquico e hereditário, com voto direto, censitário (de acordo com a renda) e aberto. Estabeleceu o Padroado e o Beneplácito, ou seja, a Igreja católica era submissa ao Estado. Não havia independência da Igreja diante do Estado, isto surgiu apenas na constituição brasileira de 1891.

**Gabarito: C**

### 51. (UERN 2015)

Observe o quadro.



A partir da análise do quadro e tendo em vista o contexto do Brasil no I Império, é possível classificar o voto, naquele período, como

- A) censitário, amplo, indireto e irrestrito.
- B) universal, masculino, direto e representativo.
- C) censitário, masculino, indireto e em dois graus.
- D) universal, apartidário, direto e em quatro graus.

### Comentários

A Constituição brasileira de 1824 restringia a participação da população ao voto: renda mínima (critério censitário), voto masculino, eleição indireta e voto separado em dois graus (eleitor de província sendo eleito para eleger deputados e senadores) eram características do voto no Primeiro Reinado.

**Gabarito: C**

### 52. (FGVRJ 2013)

A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia. Por outro lado, no interior do Estado, de elites com



fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e ao mesmo tempo comprometidas com uma determinada política nacional, pautada pela negociação destes interesses e pela manutenção da exclusão social, marcou não apenas o século XIX, como também o século XX. Através do parlamento essas elites regionais têm imposto uma determinada dinâmica para o jogo político que se materializa na imensa dificuldade de empreender reformas sociais profundas.

Dolhnikoff, Miriam. O pacto imperial. As origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 11-12.

De acordo com o ponto de vista apresentado no texto,

- A) a história brasileira é marcada por práticas de tolerância política acentuadas nas últimas décadas com a redemocratização do país.
- B) o parlamento é a única instituição política imune aos interesses e ao controle das elites regionais brasileiras.
- C) as profundas reformas sociais só foram possíveis graças às transformações políticas ocorridas na primeira metade do século XIX no Brasil.
- D) a dinâmica política do Estado nacional se constituiu com base em negociações entre as elites regionais e a exclusão social de outros setores.
- E) as características descritas sobre o Estado revelam a supremacia do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo na história política brasileira.

### Comentários

A autora, no trecho citado, salienta o caráter elitista da vida política brasileira, com arranjos que excluía a participação popular no processo político. O próprio fato de que durante parte considerável do Império (século XIX) o voto era censitário, restrito a uma limitadíssima parcela mais rica da população, reforça essa característica que a República não reverteu de imediato. Aspectos como o voto de cabresto e os currais eleitorais, típicos da República Velha, mostram exatamente esse predomínio das elites locais no uso da política em benefício apenas de seus interesses.

### Gabarito: D

### 53. (UPF 2012)

Em setembro de 1822, o príncipe regente Dom Pedro proclamou a separação do Brasil em relação ao reino de Portugal. Sobre a independência do Brasil é correto afirmar:

- A) Modificou parcialmente as estruturas do país, pois, embora tivesse mantido o latifúndio, a monocultura e a escravidão, o Brasil tornou-se política e economicamente independente.
- B) Não modificou o país em profundidade, pois manteve a concentração da terra, a monocultura e a escravidão.
- C) Modificou o país, pois a Lei de Terras propiciou um maior acesso à terra pela população.



D) Não chegou a modificar o país concretamente, pois as ideias de fim de escravidão e de adoção de uma política agrária para o país não foram cumpridas, como queriam os cafeicultores.

E) Representou um avanço social, pois o país passou a ser governado por uma família real cuja mentalidade era abolicionista.

### Comentários

A Independência foi um movimento essencialmente político, que retirou o Brasil do domínio português, mas preservou as estruturas socioeconômicas tradicionais.

**Gabarito: B**

---

### 54. (ESPCEX (Aman) 2013)

Era “exclusivo do imperador e definido pela Constituição como ‘chave mestra de toda organização política’. Estava acima dos demais poderes”.

(COTRIM, 2009)

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder:

- A) Moderador.
- B) Justificador.
- C) Executivo.
- D) Judiciário.
- E) Legislativo.

### Comentários

O Poder Moderador foi uma criação da Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, e dava ao imperador o controle sobre as estruturas políticas e judiciais do país, caracterizando seu governo como centralizador e autoritário.

**Gabarito: A**

---

### 55. (UFRGS 2013)

Em 1824, é outorgada a Constituição do Império do Brasil. Entre suas características, podemos afirmar que:

- A) dividia os poderes do Estado exclusivamente em Executivo, Legislativo e Magistratura.
- B) separava a Igreja Católica do Estado Laico.
- C) previa a eleição direta do Primeiro Ministro.
- D) estabelecia o voto universal e secreto para a população masculina.
- E) dividia os poderes do Estado em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.

### Comentários



A 1ª Constituição do Brasil foi outorgada (imposta) por Dom Pedro I. Esta Carta Constitucional organizava os poderes de Estado em 4: Judiciário, Legislativo, Executivo, além do Poder Moderador. Este era exclusivo do Imperador, sendo considerado a “chave-mestra” de toda a organização da política do Império. Este poder permitia ao Imperador intervir em todos os demais poderes do Estado.

**Gabarito: E**

---

**56. (UFPR 2011)**

“Temos a tendência de pressupor que todas as mudanças que decorreram de um movimento de independência foram para o melhor. Raramente, por exemplo, consideramos um movimento de independência como uma regressão, um triunfo do despotismo sobre a liberdade, de um regime imposto sobre um regime representativo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, essas acusações foram na época imputadas ao novo regime”.

(Adaptado de MAXWELL, K. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: MOTTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: *Editora Senac*, 2000, p 181.)

Qual dos eventos citados a seguir gerou as acusações mencionadas no texto?

- A) A outorga da Constituição de 1824, feita por D. Pedro I depois de dissolvida a Assembleia Constituinte que elaborava o texto constitucional.
- B) O tratado de comércio que estipulou vantagens econômicas para a Inglaterra.
- C) O incentivo à imigração europeia e a gradual emancipação dos escravos, resultado de políticas públicas realizadas no período monárquico com objetivo de promover a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.
- D) A guerra empreendida contra o Paraguai na década de 1860.
- E) A decretação da maioria de D. Pedro II que, em 1840, favoreceu as medidas de centralização do poder, chamadas à época de “regresso”.

**Comentários**

A única alternativa que retrata uma situação vivida pelo Brasil após a independência. Apesar de obter a liberdade, o país ficou sob o governo de um monarca português, D. Pedro I, herdeiro do trono de Portugal que, com o apoio da elite portuguesa residente no Brasil e ligada ao comércio, deu um golpe, fechou a Assembleia Constituinte, prendeu diversos deputados e impôs uma Constituição centralizadora e autoritária ao país.

**Gabarito: A**

---

**57. (G1 - IFCE 2014)**

Era característica da Primeira Constituição Brasileira, de 1824:

- A) ser imposta pelo Imperador D. Pedro I.
- B) ser fruto de uma Assembleia Constituinte decorrente da Confederação do Equador.



- C) instituir o voto universal, secreto, obrigatório, para maiores de 18 anos, independente de ser alfabetizado ou não.
- D) estabelecer três poderes, que funcionaram em harmonia e independência.
- E) decretar o fim da escravidão, além de definir direitos, como a propriedade de terras, para os indígenas e seus descendentes que ainda viviam no Brasil.

### Comentários

Somente a alternativa [A] está correta. A independência do Brasil ocorreu em 1822 e o país necessitava de uma constituição. Em 1823 foi criada a Assembleia Nacional Constituinte para elaborar o projeto constitucional. Porém o projeto da mandioca não agradou o imperador D. Pedro I que dissolveu a Assembleia. Desta forma, a constituição de 1824 foi outorgada, ou seja, imposta para o país. As demais alternativas estão incorretas. A Confederação do Equador ocorreu em Pernambuco logo após a constituição. O voto não era secreto. Havia quatro poderes sendo o quarto poder chamado de “Moderador”. A escravidão só foi abolida em 13 de Maio de 1888.

### Gabarito: A

---

### 58. (FGV 2013)

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, *Uma breve história do Brasil*)

Esse poder:

- A) ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.
- B) permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.
- C) sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.
- D) proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.
- E) oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

### Comentários

O Poder Moderador dava a d. Pedro I a prerrogativa de intervir nos demais três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Tal poder dava ao imperador, na prática, todo o poder político do Brasil independente.



**Gabarito: E**

---

**59. (Upe 2010)**

A liberdade política exige lutas e enfrentamentos, muitas vezes, violentos. Em Pernambuco, a insatisfação da população levou à organização da Confederação do Equador, logo depois de 1822.

Liderada pelos liberais, a Confederação tinha como objetivo

- A) afirmar um governo baseado numa Monarquia Constitucional, segundo os modelos do Iluminismo francês.
- B) definir um governo democrático, com o fim imediato da escravidão e do governo monárquico.
- C) reforçar a centralização política, sem, contudo, alterar a Constituição de 1824 e suas normas básicas.
- D) criar uma república federativa, facilitando a descentralização política e o fim do autoritarismo.
- E) destruir o poder dos grandes latifundiários, proclamando uma constituição radicalmente liberal.

**Comentários**

A Confederação do Equador foi o principal movimento de contestação ao autoritarismo de D. Pedro I, manifestada pelo centralismo político imposto pela Constituição e pela nomeação de Francisco Paes Barreto como presidente da província, em lugar de Pais de Andrade, apoiado pelo povo. Na organização do movimento foi de grande importância o papel da imprensa, em especial dos jornais *A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, de Cipriano Barata e do *Tífis Pernambucano* de Frei Caneca.

**Gabarito: D**

---

**60. (PUCRS 2014)**

Depois de declarada a Independência do Brasil, foi necessário dar uma ordenação legal ao novo país por meio da sua primeira constituição. Sobre esse processo, é INCORRETO afirmar que:

- A) O primeiro projeto de constituição recebeu o nome de Constituição da Mandioca, porque estabelecia que, para votar ou se eleger, a pessoa deveria comprovar uma renda mínima, equivalente a determinada quantidade de alqueires plantados desse vegetal.
- B) A Assembleia Legislativa reunida em 1823 para elaborar a primeira Constituição do Brasil foi dissolvida por D. Pedro I, por ter proposto um projeto que privilegiava os grandes proprietários de terra e excluía os pobres da participação política.



C) A primeira Constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro I e estabelecia o voto censitário e a formação de quatro poderes – Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador –, ficando os dois últimos sob controle do Imperador.

D) A primeira Constituição brasileira, estabelecida em 25 de março de 1824, instituiu uma monarquia hereditária no Brasil e o catolicismo como religião oficial do novo País, subordinando a Igreja ao controle do Estado.

E) Instituído pela Constituição outorgada de 1824, o Poder Moderador garantia a D. Pedro I o direito de nomear ministros, dissolver a Assembleia Legislativa, controlar as Forças Armadas e nomear os presidentes das províncias, favorecendo a concentração de poderes no Imperador.

### Comentários

A Assembleia Constituinte de 1823 foi dissolvida por d. Pedro I porque propunha uma Constituição que restringia o poder imperial, e não porque excluía a população de baixa renda do jogo político.

**Gabarito: B**

---

### 61. (IFSP 2011)

Compare os dois excertos dados.

A- “D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, junto em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizessemos jurar o projeto da Constituição (...)” (*Preâmbulo da Constituição Política do Império Brasileiro, 1824*)

B- “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...) promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição(...)”

(*Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*)

I. As duas Constituições foram feitas por Assembleias Constituintes (no século XIX, chamadas de Câmaras) e, portanto, as duas Cartas foram promulgadas.

II. Na primeira Constituição Brasileira há a ideia de que o poder Executivo existe pela graça de Deus, enquanto, na atual, a Assembleia Constituinte se colocou sob a proteção de Deus.

III. A Constituição Imperial trazia quatro poderes, sendo o poder Moderador o mais importante, pois dele dependiam os outros poderes; na Constituição de 1988, não se apresenta a superioridade de nenhum poder sobre os demais, pois tornou-se fundamental, à época, a busca da igualdade perante a lei e a prática da justiça.

Assinale a alternativa:



- A) se I, II e III forem corretas.
- B) se apenas II e III forem corretas.
- C) se apenas I e II forem corretas.
- D) se apenas I e III forem corretas.
- E) se apenas a I for correta.

### Comentários

A Constituição de 1824 foi outorgada (imposta) pelo Imperador D. Pedro I e é considerada centralizadora e autoritária, principalmente pela existência do Poder Moderador, de uso exclusivo do Imperador e colocado acima dos demais. Nessa época, as ideias iluministas, que defendiam a “teoria dos três poderes”, já vigoravam em diversos países, mas não foi colocada em prática no Brasil.

### Gabarito: B

---

### 62. (UPF 2016)

As revoltas provinciais do período Regencial, que varreram o país de norte a sul, tiveram distintos atores sociais e propostas.

“As províncias, desprezadas pela corte, curtindo o exílio dentro do país, e insatisfeitas com a Regência, reagem...”

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. v.1, 5. Ed., 2012, p. 320).

Sobre essas revoltas, considere as afirmações a seguir.

I. A Cabanagem ocorreu no Pará e teve ampla participação de elementos de baixa condição social (índios, seringueiros, lavradores e caboclos), os quais não tinham um programa sistemático de reivindicações, mas demonstravam seu ódio aos portugueses.

II. A Guerra dos Farrapos foi liderada pela elite dos estancieiros e teve como principal proposta a abolição incondicional da escravidão no Rio Grande do Sul e a defesa do trabalho assalariado.

III. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo integrantes da classe média e do comércio de Salvador. Uma de suas bandeiras de luta foi a adoção do federalismo.

IV. A Balaiada caracterizou-se por sucessivos levantes, inclusive de escravos, sem unidade entre si, o que levou a ser vencida pelas tropas legalistas com relativa facilidade. O separatismo não foi proposto pelos rebeldes.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.



D) II e III.

E) II, III e IV.

### Comentários

A questão remete às revoltas que ocorreram no Brasil durante o período Regencial, 1831-1840. Após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, começou o período Regencial. Caracterizam este contexto histórico, a formação do Estado Nacional brasileiro, a consolidação do processo de independência do Brasil, a participação dos humildes na vida pública sendo massacrados e o surgimento de muitas revoltas, algumas de caráter separatista.

A Guerra dos Farrapos, 1835-1845, uma das mais importantes deste período, ocorreu no Rio Grande do sul. Este movimento estava ligado aos interesses dos estancieiros em relação alta taxaço do charque gaúcho, não tinha como objetivo acabar com a escravidão e não defendia o trabalho assalariado.

### Gabarito: C

---

#### 63. (G1 - IFBA 2016)

Durante o Período Regencial – 1831-1840 – o Brasil foi palco de diferentes tipos de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem, a Balaiada, entre outras. Embora apresentem particularidades, esses movimentos apontam para pontos comuns como:

A) o questionamento da unidade territorial, apresentando projetos separatistas e republicanos.

B) a proposta de antecipar a maioria de D. Pedro, como forma de garantir um governo de base nacional.

C) o estabelecimento temporário de um novo regime político, capaz de unir o país até a posse de D. Pedro II.

D) a extinção imediata do sistema de escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado em todos os setores econômicos.

E) a luta contra a grande propriedade e pela reforma agrária que permitisse uma reestruturação agrária no país.

### Comentários

A questão aponta para o Período Regencial, 1831-1840. Neste contexto, completou-se a independência do Brasil considerando que o país foi governado por brasileiros, começou a esboçar um Estado Nacional, surgiram partidos políticos. A elite brasileira entrou em conflitos pelo poder, havia um grupo que defendia a centralização administrativa, e outro que apoiava o federalismo, ou seja, maior autonomia para as províncias. Eclodiram diversas revoltas no país com um projeto separatista e republicano como a Farroupilha no Rio Grande do Sul.

### Gabarito: A

---

#### 64. (Ulbra 2016)





Queremos Pedro II,  
Ainda que não tenha idade  
A nação dispensa a lei.  
Viva a Maioridade!

---

Por subir Pedrinho ao trono,  
Não fique o povo contente;  
Não pode ser coisa boa  
Servindo com a mesma gente.

(Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/antecipacao.html>)

Os dois versos se referem ao processo que culminou com a antecipação da maioridade de D. Pedro II em 1840 e permitem vislumbrar as preocupações na transição para o Segundo Império.

I. A ideia de a nação dispensar a lei encobria a ilegalidade de alçar ao trono um nobre com 14 anos de idade, assim como encerrar o período denominado como Regencial.

II. Grafar Pedro no diminutivo induz ao pensamento de que o momento correto para a coroação do Imperador deveria respeitar o período de amadurecimento estabelecido pelo projeto das Regências.

III. Nos dois últimos versos da segunda estrofe, a discussão é posta no sentido de que existe um grupo interessado na subida ao trono e que interesses políticos e econômicos específicos podem não satisfazer a nação como um todo.

Está(ão) correta(s):

- A) Somente a I.
- B) I e II.
- C) I e III.



- D) II e III.
- E) I, II e III.

### Comentários

Somente a proposição [E] está correta. A questão aponta para o Golpe Liberal da Maioridade em julho de 1840 quando D. Pedro II assumiu o trono com 15 anos incompletos. Neste momento acabou o período Regencial caracterizado por inúmeras revoltas, algumas com caráter separatista. As três assertivas estão condizentes com o texto.

**Gabarito: E**

---

### 65. (ESPCEX (Aman) 2016)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos:

- A) liberais e conservadores.
- B) conservadores e socialistas.
- C) liberais e republicanos.
- D) comunistas e republicanos.
- E) liberais e anarquistas.

### Comentários

A questão remete ao Brasil no século XIX. Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono passando o poder para seu filho de 5 anos. Entre 1831 e 1840, ocorreu o Período Regencial com a consolidação da independência do Brasil, a formação do estado nacional brasileiro, o surgimento de partidos políticos como o Partido Liberal e o Partido Conservador. Estes dois partidos dominaram a vida política do país ao longo do Segundo Reinado, 1840-1889.

**Gabarito: A**

---

### 66. (Vunesp 2012)

A maioria do príncipe D. Pedro foi antecipada, em 1840, para que ele pudesse assumir o trono brasileiro. Entre os objetivos do chamado Golpe da Maioridade, podemos citar o esforço de:

- A) obter o apoio das oligarquias regionais, insatisfeitas com a centralização política ocorrida durante o Período Regencial.
- B) ampliar a autonomia das províncias e reduzir a interferência do poder central nas unidades administrativas.
- C) abolir o Ato Adicional de 1834 e aumentar os efeitos federalistas da Lei Interpretativa do Ato, editada seis anos depois.



D) promover ampla reforma constitucional de caráter liberal e democrático no país, reagindo ao centralismo da Constituição de 1824.

E) restabelecer a estabilidade política, comprometida durante o Período Regencial, e conter revoltas de caráter regionalista.

### Comentários

O golpe da maioria foi articulado pelo Partido Liberal, como forma de recuperar o poder que estava nas mãos de Araújo Lima do Partido Conservador. No entanto, a lei que antecipou a maioria de D. Pedro II foi aprovada com o apoio de deputados do Partido Conservador, que viam nesse procedimento político uma forma de garantir a unidade nacional e centralizar o poder, já que as rebeliões que ocorriam no país ameaçavam a unidade territorial.

**Gabarito: E**

---

### 67. (Vunesp 2013)

A Revolução Farroupilha foi um dos movimentos armados contrários ao poder central no Período Regencial brasileiro (1831-1840). O movimento dos Farrapos teve algumas particularidades, quando comparado aos demais.

*Em nome do povo do Rio Grande, depus o governador Braga e entreguei o governo ao seu substituto legal Marciano Ribeiro. E em nome do Rio Grande do Sul eu lhe digo que nesta província extrema [...] não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. [...] O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, maior consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade.*

(Bento Gonçalves [carta ao Regente Feijó, setembro de 1835] *apud* Sandra Jatahy Pesavento. *A Revolução Farroupilha*, 1986.)

Entre os motivos da Revolução Farroupilha, podemos citar

A) o desejo rio-grandense de maior autonomia política e econômica da província frente ao poder imperial, sediado no Rio de Janeiro.

B) a incorporação, ao território brasileiro, da Província Cisplatina, que passou a concorrer com os gaúchos pelo controle do mercado interno do charque.

C) a dificuldade de controle e vigilância da fronteira sul do império, que representava constante ameaça de invasão espanhola e platina.

D) a proteção do charque rio-grandense pela Corte, evitando a concorrência do charque estrangeiro e garantindo os baixos preços dos produtos locais.

E) a destruição das lavouras gaúchas pelas guerras de independência na região do Prata e a decorrente redução da produção agrícola no Sul do Brasil.



## Comentários

A Revolução Farroupilha iniciou-se durante o período regencial e se estendeu até o Segundo Reinado, liderada pela elite gaúcha, formada principalmente por estancieiros criadores de gado e produtores de charque. É considerado um movimento republicano e separatista, apesar de que, no texto, ainda no primeiro momento da Revolução, os representantes dos rebeldes façam reivindicações, exigindo direitos e maior autonomia, e não a separação.

**Gabarito: A**

---

### 68. (UEL 2013)

No contexto histórico das transformações ocorridas no século XIX, que envolveram questões da identidade nacional e da política, no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, ocorreu uma grave crise institucional. As tentativas de superação por meio das Regências provocaram uma série de revoltas como a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Cabanagem (PA).

A superação da crise, que coincidiu com o fim do período regencial, deveu-se à:

- A) antecipação da maioria do príncipe herdeiro.
- B) consolidação da Regência Una e Permanente.
- C) formação e consolidação do Partido Republicano.
- D) fundação das agremiações abolicionistas.
- E) volta imediata de D. Pedro I às terras brasileiras.

## Comentários

[A] Correta. A crise regencial só foi resolvida após a Campanha da Maioridade, na qual o príncipe herdeiro, Pedro de Alcântara, teve a autorização para assumir o trono, mesmo não tendo a maioria legal.

[B] Incorreta. A posse de Pedro de Alcântara, ou Dom Pedro II, pôs fim às crises do período regencial e à ideia de regência.

[C] Incorreta. A formação do partido Republicano ocorre em meados do século XIX e sua consolidação, no final do século, não havendo aspirações republicanas formais no início do Segundo Império.

[D] Incorreta. A fundação das agremiações abolicionistas se deu em meados do século XIX, sobretudo após as limitações do tráfico negreiro pelos ingleses.

[E] Incorreta. D. Pedro I permaneceu em Portugal, sendo declarado Rei sob o Título de Dom Pedro IV.

**Gabarito: A**

---

### 69. (UESPI 2012)



Após a abdicação de D. Pedro I ao trono, o Brasil foi governado por Regências Trinas, conforme previa a Constituição, mas o Ato Adicional de 1834 provocou algumas mudanças, entre as quais se estabelecia:

- A) a regência una, para a qual o candidato era eleito e não mais indicado pela Assembleia Nacional, saindo vitorioso no primeiro pleito o Padre Diogo Antônio Feijó.
- B) a eleição direta e secreta de um regente, cuja candidatura era efetivada por seu partido político, ganhando em primeiro lugar o brigadeiro Francisco de Lima e Silva.
- C) a nomeação de um regente escolhido pelo presidente do Senado, a partir de uma lista composta dos nomes de três deputados, sendo nomeado o ministro Diogo Antonio Feijó.
- D) as regências unas provisórias, cujo regente seria escolhido entre os deputados provinciais, que revezavam-se no poder, sendo o primeiro, José da Costa Carvalho.
- E) a eleição popular de um regente, que ocuparia o cargo até a maioria do herdeiro do trono, sendo eleito em primeiro lugar o senador Nicolau Vergueiro.

### Comentários

Considera-se o Ato Adicional uma medida liberal, que promoveu certa descentralização política no país e um divisor de águas, com a configuração mais explícita dos partidos Liberal e Conservador. A Regência Una substituiu a Regência Trina e o ex-ministro da Justiça, Feijó, foi o primeiro regente eleito, representando as tendências liberais.

### Gabarito: A

---

### 70. (UESPI 2012)

Durante o governo Regencial, foi criada no Brasil a Guarda Nacional (1831), que teve entre seus objetivos:

- A) apoiar o reinado de D. Pedro I na consolidação da Independência.
- B) proteger os grupos que lideravam a oposição à aristocracia rural.
- C) substituir as tropas das milícias do exército e reforçar o poder das elites agrárias.
- D) proteger as fronteiras quanto a possíveis invasões, sobretudo as do Nordeste.
- E) conter as rebeliões e motins que pudessem perturbar a ordem institucional militar.

### Comentários

As tropas existentes até então eram irregulares, desde a independência do Brasil, mesclando soldados de origem portuguesa e brasileiros. A Guarda Nacional foi organizada a partir de cada província, com certa autonomia, comandada por latifundiários locais, os coronéis, que, na prática, passaram a deter grande poder, apesar de, em tese, estarem subordinados ao Ministério da Justiça.

### Gabarito: C

---

### 71. (UECE 2014)



O período historicamente conhecido como Período Regencial foi caracterizado:

- A) por rebeliões populares cujas ações exigiam o retorno da antiga realidade social com a volta de Pedro I ao poder.
- B) pela promoção política e pela ascensão social dos setores menos favorecidos proporcionadas pelos regentes.
- C) por um conjunto de rebeliões populares que clamavam pelo estabelecimento da república e pelo final da escravidão.
- D) pela convulsão política que desencadeou várias rebeliões que questionavam as estruturas estabelecidas.

### Comentários

O período regencial foi marcado pela agitação política causada, principalmente, pela oposição entre os partidos Liberal Moderado e Liberal Exaltado. Essa agitação, somada a outros fatores, contribuiu para a eclosão de uma série de revoltas país afora, como a Balaiada, a Sabinada e a Farroupilha.

**Gabarito: D**

---

### 72. (UFTM 2012)

No Brasil, os anos que se seguiram à Independência foram marcados por crises políticas e revoltas em várias províncias. A situação ganhou novos rumos com o Golpe da Maioridade, que pode ser caracterizado como:

- A) o movimento que afastou D. Pedro I e deu início ao Período Regencial.
- B) a luta entre monarquistas e republicanos, que marcou o Primeiro Reinado.
- C) a manobra do Partido Liberal, que antecipou a coroação de D. Pedro II.
- D) a reação conservadora, que restringia o poder das assembleias provinciais.
- E) a ação de Feijó que, com apoio da Guarda Nacional, instituiu a Regência Una.

### Comentários

Durante o período regencial, conservadores e liberais se alternaram no poder. Ao final de 1839, na tentativa de afastar os conservadores da Regência e retomar o controle político do Brasil, os liberais fundam o Clube da Maioridade e, com o apoio da imprensa que era contrária à centralização política defendida pelos conservadores, armam o “Golpe da Maioridade”. A Assembleia Geral aprova a antecipação da maioridade do Imperador, que assume o trono brasileiro em 23 de julho de 1840, aos 14 anos de idade.

**Gabarito: C**

---

### 73. (G1 - Col. Naval 2011)



"A revolta de 1835, também chamada a \* grande insurreição', foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta, mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo (...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade. (...) O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (...) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- A) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano.
- B) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Males, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam acabar com a escravidão na Bahia.
- C) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.
- D) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.
- E) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.

### Comentários

Rebelião que ocorreu no período regencial é pouco conhecida e pouco estudada. Organizada por escravos africanos muçulmanos, o principal objetivo era a luta pela liberdade e, ao mesmo tempo, foi movida por forte sentimento "racial", em oposição ao "domínio branco". A organização dos escravos de Salvador foi, ao longo do tempo, influenciada pelos acontecimentos no Haiti, que redundaram na independência daquele país, a partir de uma verdadeira "Revolução Negra".

### Gabarito: B

---

#### 74. (UESPI 2012)

Entre os movimentos sociais que contestavam o poder centralizado do Império brasileiro, destaca-se o conflito cuja duração se estendeu da Regência ao Segundo Reinado, reconhecido como:

- A) Confederação do Equador, que, iniciando-se em Pernambuco, contou com a adesão de grande parte das demais províncias nordestinas.



- B) Revolução Praieira, que se singularizou pela luta contra o poder das oligarquias locais de Pernambuco.
- C) Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador (BA) e organizada por negros de religião muçulmana, sendo considerada a maior rebelião de escravos do Brasil.
- D) Guerra dos Farrapos, empreendida pelos Republicanos gaúchos, denominados de Farrroupilhas, em que lutaram juntos grandes estancieiros, peões e escravos.
- E) Revolta de Beckman, deflagrada no Maranhão pelos colonos, contra o poder dos jesuítas e o monopólio comercial português.

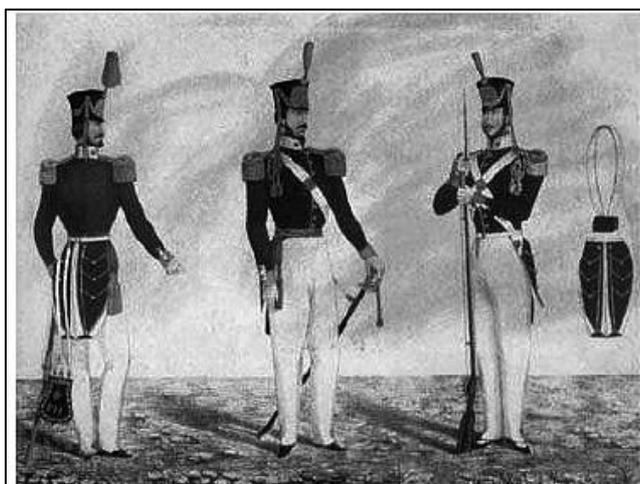
### Comentários

A Guerra dos Farrapos, que envolveu gaúchos e catarinenses, foi claramente um conflito deflagrado contra a centralização política. Iniciada no período regencial, encerrou-se em 1845 durante o Segundo Reinado. A Luta foi comandada pelos estancieiros (fazendeiros criadores de gado) e dela participaram elementos de diversas camadas sociais.

**Gabarito: D**

### 75. (UFV 2010)

Observe a imagem a seguir:



Brito e Braga, Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional (1840-1845).  
(Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia>. Acesso em: 30 jul. 2009.)

Com relação à Guarda Nacional, criada durante o Império, é CORRETO afirmar que:

- A) funcionava como única força armada que podia defender os interesses dos escravistas e coibir a fuga dos escravos.
- B) objetivava o controle da Corte e da burocracia imperial, alvos frequentes de manifestações populares de descontentamento.
- C) tinha por finalidade a garantia da segurança e da ordem, defendendo a Constituição, a obediência às leis e a integridade do Império.
- D) atuava na defesa das fronteiras externas brasileiras, impedindo a expansão dos países platinos em direção ao território brasileiro.



## Comentários

A Guarda Nacional foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial para assegurar o respeito à Constituição em vigor e conter rebeliões nas províncias. Foi desmobilizada em 1922.

**Gabarito: C**

---



## 1. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem a seguir.



A tela Iracema (1881), de José Maria de Medeiros, é um símbolo:

- A) do isolamento da monarquia, representada pela indígena melancólica e solitária, no contexto de crise do império.
- B) da vitória do Brasil na guerra do Paraguai, retratada pela flecha enterrada na areia, ressaltando o papel dos povos indígenas nas batalhas.
- C) do apogeu do império, no seu momento de maior prosperidade econômica e força política, representadas pela louvação aos primeiros colonizadores portugueses.
- D) do movimento romântico indigenista, que se apropriou da imagem do herói nativo para resgatar as origens brasileiras e fomentar o nacionalismo.
- E) da retomada da importância econômica que a exploração do pau-brasil, realizada com a ajuda dos povos nativos, teve no início do período colonial.

## 2. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

O dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, tornou-se feriado logo após a proclamação da República. Durante o Império, no entanto, a lembrança do episódio da Conjuração Mineira era incômoda, pois:

- A) os inconfidentes tinham demonstrado clara oposição à forma monárquica de governo.
- B) a revolta nas Minas Gerais se declarou muitas vezes contrária à independência.
- C) a escravidão, mantida no Império, foi questionada pelos inconfidentes, que defendiam a abolição.
- D) a elite imperial se identificava com o Iluminismo, negado pelos revoltosos de 1789.
- E) os dois imperadores do Brasil eram contrários aos impostos defendidos pelos inconfidentes.



### 3. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

Após a Independência, o processo de formação do Estado Nacional no Brasil foi marcado:

- A) pela ruptura das relações econômicas de dependência frente aos países europeus.
- B) pela abolição do trabalho escravo e de todas as formas de sujeição dos seres humanos.
- C) pelas atitudes recolonizadoras e militares do Estado e do governo português.
- D) pelas lutas em prol da integração das diferentes regiões do país ao poder central.
- E) pela queda da dinastia portuguesa e pela instituição do regime republicano.

### 4. (UECE-CEV - 2018 - SEDUC-CE)

A respeito do processo de Independência do Brasil, pode-se afirmar corretamente que:

- A) a partir da Revolução Liberal do Porto, ocorrida em 1820, iniciou-se, em Portugal, uma campanha política pelo retorno do Rei àquele país e pela independência dos reinos unidos do Brasil e do Algarves.
- B) a regência do príncipe D. Pedro, e seu reinado como Pedro I, são marcados pela manutenção da hegemonia dos latifundiários e pelo esvaziamento do ideal republicano e do federalismo.
- C) a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva restringe-se ao movimento de independência, pois, sendo republicano, defendia a instauração imediata da República no Brasil, em oposição à D. Pedro.
- D) o processo de independência somente logrou êxito em função do apoio popular a D. Pedro, em oposição aos latifundiários que davam suporte às propostas recolonizadoras feitas pelas Cortes Constituintes de Portugal.

### 5. (MPE-GO - 2018 - MPE-GO - Secretário Auxiliar)

Acerca do processo de independência do Brasil, é correto afirmar:

- A) a independência do Brasil é um processo que se estende de 1821 a 1850 e fora marcado por não haver oposição alguma do Reino de Portugal;
- B) oficialmente, a data comemorada para independência do Brasil é a de 07 de setembro de 1822 em que ocorreu o chamado "grito do Ipiranga", ato de proclamação feita por D. Pedro II, às margens do riacho Ipiranga (atual cidade de São Paulo);
- C) entre as causas que fizeram eclodir o processo de independência do Brasil estão: vontade de grande parte da elite política brasileira em conquistar a autonomia política; desgaste do sistema de controle econômico com restrições e altos impostos, exercido pela Coroa Portuguesa no Brasil e tentativa da Coroa Portuguesa em recolonizar o Brasil;



D) o chamado “dia do fico” foi um ato posterior à independência do Brasil em que D. Pedro não acatou as determinações feitas pela Coroa Portuguesa que exigia seu retorno para Portugal. Em 09 de janeiro de 1822, D. Pedro negou o chamado e afirmou que ficaria no Brasil;

E) após a independência do Brasil, D. Pedro I foi coroado imperador do Brasil em dezembro de 1821, bem como não houve registros de manifestações de portugueses contrárias à independência do Brasil.

#### 6. (COMPERVE - 2017 - MPE-RN - Técnico do Ministério Público Estadual)

O ano de 2017 tem sido marcado por vários eventos comemorativos do 2º centenário da chamada “Revolução Pernambucana”, movimento que ocorreu no Nordeste em 1817. A capitania do Rio Grande do Norte aderiu a esse levante, que

A) pretendia a proclamação da independência de capitanias do Nordeste, as quais formariam uma república.

B) contou com decisiva adesão das classes populares, os quais buscavam realizar uma reforma agrária na região, pondo fim ao sistema latifundiário.

C) planejava unificar Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cujo governo ficaria nas mãos do Padre Miguelinho, notório defensor das ideias liberais.

D) teve a participação de grande número de padres, os quais propuseram leis com vistas a diminuir a influência da maçonaria na nascente república.

#### 7. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

Sobre o papel de escravos e libertos no processo de emancipação do Brasil em relação a Portugal, no início da década de 1820, é CORRETO afirmar que:

A) para os grupos dominantes do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, a Liberdade significava o direito de conservação da propriedade, noção que estabelecia uma relação de igualdade social entre todos os indivíduos do mundo luso-brasileiro de então.

B) no contexto da emancipação do Brasil em relação a Portugal, escravos e libertos também reivindicavam a liberdade jurídica, de ações e autonomia no espaço público.

C) por conta da grande parcela de analfabetos entre pretos e mestiços, escravos e libertos não discutiam as notícias e projetos políticos que circulavam no Brasil no início da década de 1820.

D) os grandes proprietários não viam com apreensão o fato de escravos e libertos interpretarem a noção de Liberdade também como liberdade jurídica.

E) no início da década de 1820, a noção de Liberdade era interpretada de forma unívoca por todos os grupos sociais da América portuguesa.



### 8. (IFB - 2017 - IFB - Professor - História)

“A principal característica política da independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro”

(CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 26).

Leia as afirmativas com relação ao processo de emancipação política do Brasil.

I. As tentativas das Cortes lusitanas em recolonizar o Brasil uniram os luso-americanos em torno da ideia de perpetuar os laços políticos que uniam, entre si, os lados europeu e americano do Império Português.

II. A escolha da monarquia em vez da república, como alternativa política para o Brasil independente, derivou da convicção da elite brasileira de que só um monarca poderia manter a ordem social e a união territorial.

III. Desde o retorno do Rei D. João VI para Portugal, em 1821, a elite brasileira percebeu a necessidade de uma solução política que implicasse a separação entre Brasil e Portugal.

IV. O papel dos escravos e livres pobres foi decisivo para a transição do Brasil de colônia para emancipado politicamente.

V. A independência do Brasil trouxe grandes limitações dos direitos civis, uma vez que manteve a escravidão.

Assinale a alternativa que apresenta somente as afirmativas CORRETAS.

- A) I, V
- B) II, IV
- C) II, V
- D) I, IV
- E) III, IV

### 9. (IADES - 2017 - Fundação Hemocentro de Brasília - DF - Comunicação Social - Jornalismo)

A respeito da história da imprensa no Brasil, alternativa correta.

A) Até a proclamação da República, apenas os jornais Gazeta do Rio de Janeiro e as revistas impressas pela Imprensa Régia tinham licença para circular no País.

B) No Brasil colonial, após sucessivas iniciativas terem sido sufocadas pela coroa portuguesa, a imprensa foi oficialmente instalada no País em 1808, mediante o Ato Real de D. João VI.



- C) Nos primeiros 15 anos após 1822, com a independência do Brasil, passou a existir no País a censura prévia, destinada a fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.
- D) O período que antecedeu a abolição da escravatura foi marcado pelo retrocesso da imprensa brasileira, causado principalmente por jovens de famílias abastadas que voltavam do sul dos Estados Unidos, influenciados pela ideologia escravocrata.
- E) O jornal Província de São Paulo, que mais tarde passou a chamar-se Folha de S. Paulo, nasceu em 1875.

#### 10. (CESGRANRIO - 2010 - IBGE - Analista de Planejamento - Historia)

Defendi para a Inglaterra o direito de estabelecer com o Brasil relações de soberano e de vassalo, e de exigir obediência a ser paga como o preço de proteção.

Lord Strangford, 1807. Apud FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1958, v.1, p. 94.

A declaração de Lord Strangford, por ocasião da partida da família real portuguesa em direção ao Brasil, em finais de 1807, representou, na prática, o estabelecimento de um conjunto de ações, dentre as quais se identifica a(o)

- A) restrição ao tráfico intercontinental de escravos, culminando com a proibição integral e efetiva do mesmo em 1830.
- B) garantia de direitos de cidadania plena por meio da naturalização para os súditos ingleses que viessem a residir no Brasil.
- C) criação de tarifas alfandegárias preferenciais para os produtos ingleses, cláusula validada pelos Tratados de 1810.
- D) apoio aos governos de D. João VI e de D. Pedro I quanto à manutenção da província Cisplatina no território do Império do Brasil.
- E) cerceamento das relações diplomáticas entre os governos do Brasil e da França, nos quadros das decisões do Congresso de Viena.

#### 11. (CONSULPLAN - 2015 - Prefeitura de Juatuba - MG - Professor de História)

Analise a charge.





(Miguel Paiva e Lilia Moritz Schwarcz. "Da Colônia ao Império". São Paulo: Brasiliense, s/d. p. 84.)

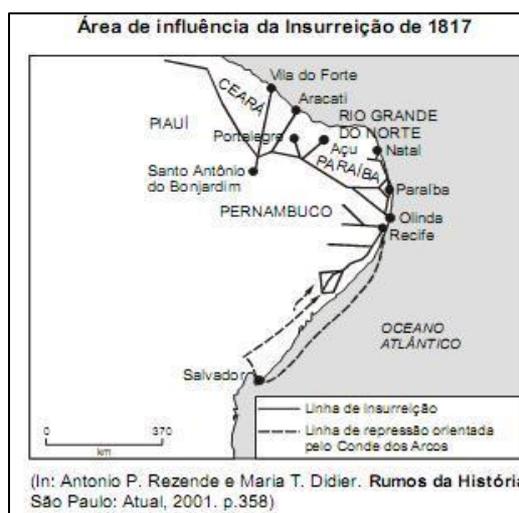
(Disponível em: [http://3.bp.blogspot.com/-yTuvd81u5h8/TtkRoUnsQ\\_I/AAAAAAAABDA/7RZUTKP0aio/s1600/Viva+a+Independ%25C3%25Ancia.jpg](http://3.bp.blogspot.com/-yTuvd81u5h8/TtkRoUnsQ_I/AAAAAAAABDA/7RZUTKP0aio/s1600/Viva+a+Independ%25C3%25Ancia.jpg).)

Tendo em vista o contexto da Independência do Brasil e o sentido dado pela charge a esse importante momento da história do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) A Independência do Brasil foi um processo liderado, em grande parte, pelos grupos que mais se beneficiaram com a ruptura dos laços coloniais, ou seja, latifundiários e comerciantes.
- B) O principal objetivo da Independência era organizar o novo Estado Nacional Brasileiro sem colocar em risco sua autonomia econômica, conseguida a longo prazo através do pacto Colonial.
- C) A situação da maioria da população sofreu drásticas mudanças com a implantação da nova situação política do Brasil através de uma nova reorganização social, mesmo sem o consentimento do povo.
- D) A aparência liberal construída pela elite agrária, que apoiara D. Pedro I a romper os laços com a metrópole lusitana, foi descoberta pela população, que logo empreendeu uma série de movimentos sociais.

## 12. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Observe o mapa.



O mapa e o conhecimento histórico permitem afirmar que a Revolução Pernambucana de 1817 reveste-se de grande importância, pois, entre outras razões,



- A) defendia que a transposição para o Brasil dos princípios socialistas de liberdade e igualdade implicava na demolição do sistema colonial e a extinção da opressão que pesava sobre os escravos negros.
- B) foi uma revolta armada, de caráter liberal, que conseguiu se expandir por várias províncias e buscou apoio internacional dos Estados Unidos e da Inglaterra.
- C) é considerada a mais expressiva revolta na história da colônia, bem como a mais ampla, ousada e profunda, uma vez que propunha o rompimento dos laços com Portugal e Inglaterra.
- D) reduziu a escombros não só o sistema colonial, mas também a escravidão, o sistema latifundiário e a economia agroexportadora, permitindo a passagem do Brasil da condição de colônia à de nação independente.

### 13. (FCC - 2012 - SEE-MG - Professor de Educação Básica - História)

Leia o texto abaixo:

Logo depois do “Grito do Ipiranga”, fazia-se imprescindível investir o novo governante do país com as suas reais atribuições. (...) Se D. Pedro era alçado à condição de cabeça e coração do império, era necessário que todo o corpo político (...) soubesse dessa mudança e se reconhecesse como parte desse mesmo corpo (...). Logo,urgia estabelecer um elo de continuidade entre o soberano e o súdito, a cabeça e os membros, o coração e o corpo, entre o Brasil e a sua gente.

(Iara Lis Carvalho Souza. Pátria coroada. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 256)

O texto trata das preocupações que então nortearam o processo de consolidação do Brasil como país independente. O país que surgiu desse processo caracterizava-se pela

- A) intervenção política de grupos populares, sobretudo nas áreas distantes dos centros urbanos, voltada para sua legitimação e a imposição de uma ordem social baseada na tradição europeia.
- B) adoção de um projeto de civilização pactuado entre os diversos grupos sociais do país, que tinha por base a mescla das culturas americana e europeia.
- C) formação de um corpo social marcado pela ausência da cidadania e a exclusão de grande parte da população, em especial negros, dos quais se esperava comportamento passivo e amorfo.
- D) presença vitoriosa no cenário político de grupos até então excluídos e mobilizados em torno de líderes populares, contrários à ordem social excludente defendida pelas elites.

### (CESPE - 2018 - Instituto Rio Branco - Diplomata)



Tendo em vista que o processo de independência do Brasil pode ser compreendido como parte das profundas mudanças que marcaram a história ocidental a partir do último quartel do século XVIII, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

**14.**

A historiografia recente mostra que a tese da independência do Brasil como movimento pacífico não se sustenta. Embates armados que duraram meses ocorreram em regiões da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará e na Cisplatina. A fragilidade do projeto de independência vencedor em 1822 ficou demonstrada pelos conflitos no período regencial.

**15.**

A transferência da Corte portuguesa para a América foi proposta em crises anteriores à de 1807. Seus defensores consideravam a fragilidade de Portugal em meio às disputas entre as potências europeias, marcadamente entre França e Inglaterra, e a importância das possessões coloniais para a manutenção da Coroa portuguesa. Entre os proponentes dessa ideia, encontrava-se o padre Antônio Vieira, ainda no século XVII.

**(CESPE - 2017 - Instituto Rio Branco - Diplomata)**

O processo de independência do Brasil resultou de um contexto complexo, determinado por fatores externos e internos. Com relação a esse assunto, julgue (C ou E) os itens que se seguem.

**16.**

A determinação para que se procedesse à abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, foi uma das medidas tomadas pela Inglaterra com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de práticas e de instituições liberais no Brasil.

**17.**

Movimentos de revolta restritos ao ambiente regional, a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, e a Revolução Pernambucana de 1817 não visavam à emancipação de todo o território brasileiro.

**18.**

Ao promoverem a industrialização de Portugal, as reformas pombalinas atingiram os interesses da elite mercantil brasileira, cujos ganhos estavam relacionados à importação de manufaturados da Inglaterra.

**19. (CESPE - 2017 - SEDF - Professor de Educação Básica - História)**



Menos discutível é a relação entre as revoluções de independência e os sintomas de descontentamento manifestados em algumas cidades da América Latina, a partir das décadas finais do século XVIII. É indubitável que do México a Bogotá, onde, em 1794, Antonio Nariño começava a sua carreira revolucionária traduzindo a Declaração dos Direitos do Homem; a Santiago do Chile, onde em 1790 era descoberta uma “conspiração dos franceses”; a Buenos Aires, onde, quase nessa mesma época, outros franceses parecem ter conseguido despertar em alguns escravos a esperança de uma libertação próxima graças a uma revolução republicana; ao Brasil, onde em Minas Gerais, no ano de 1789, é descoberta e reprimida uma manifestação de atividade conspirativa secessionista e republicana; nas mais variadas localidades da América Latina existem claros sintomas de uma nova inquietação.

Halperin Donghi. História da América Latina. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 66 (com adaptações)

Tendo o texto como referência inicial e considerando o processo de independência das colônias ibéricas na América, julgue o item que se segue.

O processo de independência latino-americana, incluindo-se a brasileira, inscreve-se no quadro mais geral da crise do Antigo Regime europeu, ainda que fatores internos tenham exercido importante papel para a emancipação das colônias.

## 20. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor - História)

Com relação à ida da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, julgue os itens subsequentes.

Para muitos historiadores, o fim do período colonial brasileiro ocorreu em 1808, quando da chegada da família real ao Rio de Janeiro. No entanto, a opção pela independência formal do Brasil passou a ser abertamente discutida apenas em 1820, com a Revolução do Porto.

## 21. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio — História)

Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a maioridade de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item.



A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, na prática antecipou a independência, especialmente por ter determinado o fim do monopólio do comércio, característica essencial da colonização mercantilista.

## 22. (Quadrix - 2017 - SEDF - Professor - História)

O desenvolvimento da historiografia mundial, fenômeno que o século XX consagrou, permite novos olhares sobre o passado protagonizado pelas sociedades. No Brasil, multiplicam-se estudos que lançam luz sobre a trajetória do País, da colônia aos dias atuais. Da independência, em 1822, passando pela implantação da República, em 1889, ao cenário presente, a história brasileira é marcada por avanços e recuos, enfrentando percalços e se mostrando ainda inconclusa em relação à construção da cidadania. Relativamente à história contemporânea, da produção do conhecimento histórico a alguns dos mais marcantes fatos ocorridos no Brasil e no mundo, julgue o item.

Ainda que tenha sido conduzida por setores da elite colonial, a independência do Brasil motivou muitos brasileiros a assumirem a causa da emancipação nacional: levantes populares ocorreram em vários pontos do País, a exemplo do Pará, do Maranhão, do Piauí e da Bahia.

## 23. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco)

O Brasil foi incorporado à história mundial em decorrência do processo de expansão comercial e marítima europeia dos séculos XV e XVI. Grande foi o impacto da colonização sobre as populações autóctones, mas o que se define como povo brasileiro resultou da mistura, desde a colonização, entre os mais diversos grupos étnicos e culturais, a exemplo de indígenas, africanos, europeus e, mais tarde, asiáticos. Em geral, os padrões que definiram a colonização atendiam aos interesses do nascente capitalismo mercantil europeu e ao próprio dinamismo interno da economia colonial. Nas primeiras décadas do século XIX, em plena era revolucionária que convulsionava o Velho Mundo, a colônia emancipou-se de sua metrópole.

A respeito desses aspectos que marcaram os primeiros séculos da história brasileira, julgue o item seguinte.

Mais que gesto meramente simbólico, o grito do Ipiranga, proclamado a sete de setembro de 1822, anunciou o nascimento do Estado nacional brasileiro, que rompeu com as estruturas básicas sobre as quais se assentaram mais de três séculos de colonização estruturada no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

## 24. (CESPE - 2010 - SEDU-ES - Professor B — Ensino Fundamental e Médio)

Proclamada a independência, em 1822, o Brasil se constituiu na única monarquia do continente americano. Marcado por crises, o Primeiro Reinado (1822-1831) se extinguiu com a volta de D. Pedro I a Portugal. Seguiu-se a fase regencial (1831-1840), uma espécie de ensaio republicano em meio a crises e revoltas armadas que se sucederam. Antecipada a



maioridade de D. Pedro II, iniciou-se o Segundo Reinado (1840-1889), no qual conviveram fases de estabilidade política, de crescimento econômico e de crises, as quais anunciaram o ocaso do regime. A República Oligárquica foi o regime da exclusão política, social e econômica. A Revolução de 1930 pôs fim a essa “República”, dando origem à Era Vargas (1930-1945).

Acerca desse período da História do Brasil, julgue o item .

O Império teve uma única Constituição, a de 1824, outorgada por D. Pedro I, que instituiu um Estado unitário no Brasil.

## 25. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioridade de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.

As elites brasileiras que assumiram o poder em 1822 organizaram um sistema político com eleições indiretas, baseadas no voto censitário, excluindo a grande maioria da população do processo eleitoral; a criação da Guarda Nacional veio propiciar às classes proprietárias a força policial necessária à manutenção do poder local.

## 26. (CESPE - 2015 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Diferentemente das demais colônias americanas, o Brasil adotou o regime monárquico ao proclamar sua emancipação política. Sob o comando de D. Pedro I, o Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado por graves crises políticas, que culminaram na abdicação do imperador. Seguiu-se o período regencial (1831-1840), por muitos considerado uma experiência republicana, assinalado pela eclosão de movimentos armados em vários pontos do país. A antecipação da maioridade de D. Pedro II (o chamado Golpe da Maioridade) deu início ao Segundo Reinado (1840-1889), o qual foi derrubado por um golpe militar que instaurou a República.

A respeito da trajetória histórica brasileira ao longo do século XIX, julgue (C ou E) o item subsequente.



Após a abdicação de D. Pedro I, liberais radicais se insurgiram em vários pontos do país contra os grupos no poder: ressentindo-se da extrema centralização política, alguns defendiam o modelo federativo, outros propunham a abolição gradual da escravidão e, ainda, havia os que pleiteavam a nacionalização do comércio.

**(CESPE - 2014 - SEE-DF)**

No Brasil, as duas aspirações - a da independência e a da unidade -- não nasceram juntas e, por longo tempo ainda, não caminharam de mãos dadas. As sublevações e as conjunturas nativistas são invariavelmente manifestações desconexas da antipatia que, desde o século XVI, opõe o português da Europa e o do Novo Mundo. E mesmo onde se aguça a antipatia, chegando a tomar colorido sedicioso, com a influência dos princípios franceses ou do exemplo da América inglesa, nada prova que tenda a superar os simples âmbitos regionais.

Sérgio Buarque de Holanda. A herança colonial - sua desagregação. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, O Brasil Monárquico. 1.º volume, O processo da Emancipação. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 9 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima e o processo histórico ao qual se refere, julgue os itens que se seguem.

**27.**

O autor defende o argumento de que o processo de separação política do Brasil, ocorrido em 1822, não foi um movimento marcado por um sentimento nacional unificado.

**28.**

A primeira constituição brasileira foi outorgada pelo imperador D. Pedro I em 1824 e vigorou até o final do período imperial, tendo sido seu texto original aprovado integralmente pela Assembleia Constituinte de 1823.

**29. (CESPE - 2013 - SEE-AL - Professor)**

No que diz respeito ao império brasileiro, julgue os próximos itens.

Os engenhos de açúcar do atual nordeste brasileiro não superaram a crise que lhes atingiu em meados do século XIX, apesar da abundância de crédito e da política governamental de estímulo à atividade econômica açucareira.



### (CESPE - 2014 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, a elite política brasileira optou por uma monarquia representativa como forma de governo, de acordo com o modelo francês da época.

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, continha todos os direitos civis e políticos reconhecidos nos países europeus.

Afastava-se do sistema inglês pela adoção do Poder Moderador, que dava ao imperador grande controle no ministério.

José Murilo de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP Ed., 2004, p. 27-8 (com adaptações)

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue (C ou E) os itens que se seguem, relativos a aspectos marcantes do quadro político brasileiro nas décadas iniciais do período monárquico.

**30.**

A crise política dos primeiros tempos do Brasil independente teve sua expressão máxima na dissolução da Assembleia Constituinte, razão pela qual a Constituição de 1824, outorgada, afastava-se do contexto histórico da época ao não incorporar elementos da nova ordem política nascida dos movimentos revolucionários liberais burgueses.

**31.**

Criação brasileira e sem fundamentação teórica consistente, o Poder Moderador acabou por ser responsável direto pelas crises políticas que, recorrentes em todo o Primeiro Reinado, acabaram por levar D. Pedro I à abdicação.

### 32. (CESPE - 2012 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

No Brasil, o processo interno da independência e os problemas internacionais suscitados apresentam mais pontos divergentes que semelhantes em relação ao restante da América Latina. Um século antes da Sociedade das Nações, primeira tentativa de conferir institucionalidade formal ao sistema internacional, a aceitação de um ator recém-independente no cenário mundial dependia, em última instância, do reconhecimento da legitimidade do novo participante pelas grandes potências.

Rubens Ricupero. O Brasil no mundo. In: Lilia Moritz Schwarcz (dir.) História do Brasil nação: 1808-2010, v.1. Madri: Fundación Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 139 (com adaptações).



Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o contexto histórico da Independência do Brasil bem como aspectos marcantes do Primeiro Reinado (1822-1831), julgue (C ou E) o item que se segue.

O trecho final do texto sugere que o reconhecimento do Estado nacional brasileiro pelos Estados Unidos da América (EUA) era condição essencial para que outras potências também o fizessem, devido à relevância de Washington no jogo de poder mundial e à amplitude de sua ação internacional na primeira metade do século XIX.

### 33. (CESPE - 2005 - Instituto Rio Branco - Diplomata)

O Império brasileiro realizara uma engenhosa combinação de elementos importados. Na organização política, inspirava-se no constitucionalismo inglês, via Benjamin Constant. Bem ou mal, a monarquia brasileira ensaiou um governo de gabinete com partidos nacionais, eleições, imprensa livre. Em matéria administrativa, a inspiração veio de Portugal e da França, pois eram estes dois países os que mais se aproximavam da política centralizante do Império. O direito administrativo francês era particularmente atraente para o viés estatista dos políticos imperiais. Por fim, até mesmo certas fórmulas anglo-americanas, como a justiça de paz, o júri, e uma limitada descentralização provincial, serviam de referência quando o peso centralizante provocava reações mais fortes. Tratava-se, antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do País, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social.

José Murilo de Carvalho. Pontos e bordados – escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 90-1 (com adaptações).

Acerca da história do Brasil monárquico, julgue os itens seguintes, tendo o texto acima como referência inicial.

As “reações mais fortes” ao peso centralizante do Estado brasileiro, a que o texto alude, podem ser exemplificadas pela Confederação do Equador (1824) e pela Revolução Farroupilha (1835-1845).

### 34. (PUC RJ 2015)

Analise as afirmativas abaixo que apresentam acontecimentos referidos à política da Corte portuguesa durante sua permanência no Brasil entre 1808 e 1821.

I. Como expressão da relação de poder assimétrica entre os soberanos britânico e português, os tratados de 1810 impunham ao governo de D. João no Rio de Janeiro, entre outras



decisões, a limitação do tráfico negreiro intercontinental às colônias de Portugal na África e o compromisso de abolir gradualmente o trabalho escravo na América portuguesa.

II. A criação do primeiro Banco do Brasil, da Imprensa Régia, da Escola de Medicina, das Academias Militar e de Marinha, do Real Horto, da Real Biblioteca e inúmeras outras medidas, assim como a conquista da Guiana Francesa e a ocupação da Banda Oriental, revelavam o projeto político da Corte joanina de “criar um novo império” na América, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.

III. Ao revogar o alvará de 1785 que proibia qualquer atividade manufatureira na colônia americana, com exceção da fabricação de panos grossos para a vestimenta dos escravos, o Príncipe-Regente D. João propiciou o surgimento de inúmeros estabelecimentos fabris em diferentes pontos do Reino do Brasil, deflagrando o primeiro grande surto industrial do país, apesar da permanência do trabalho escravo.

IV. A Revolução Pernambucana de 1817 teve como uma de suas motivações a reação aos privilégios concedidos por D. João aos comerciantes, burocratas e proprietários de escravos e terras do Rio de Janeiro e áreas próximas, o que lhes possibilitara prosperar, acumular poder e ganhar prestígio. Para os revolucionários de 1817, o Rio de Janeiro se transformara em uma “nova Lisboa”, dominada por “portugueses” que oprimiam os “brasileiros” de outras partes do Reino do Brasil.

Assinale:

- A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

### 35. (G1 – CFT MG 2013)

Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, não só os portos se abriram para as Nações Amigas, mas também as portas para a entrada de estrangeiros. [...] Comerciantes, especialmente ingleses, artistas franceses e imigrantes, além de viajantes naturalistas de várias regiões do Velho Mundo, têm permissão de estudar o que o país desconhecido parecia prometer em novidades. Esses visitantes serão autores de um novo descobrimento do Brasil [...].

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântica de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 29.

O texto refere-se aos viajantes como autores de um “novo descobrimento do Brasil” porque eles teriam



- A) denunciado a condição degradante dos indígenas da América, dada a expropriação de suas terras.
- B) apontado a necessidade de emancipação política brasileira frente aos interesses colonialistas de Portugal.
- C) influenciado as práticas agrícolas brasileiras por compartilharem tecnologias modernizantes dos Estados Unidos.
- D) divulgado as informações sobre o país ao transformarem suas anotações de viagens em relatos publicados na Europa.

### 36. (Vunesp 2013)

O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823,

- A) ao reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.
- B) ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido à Independência.
- C) à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.
- D) à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.
- E) à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.

### 37. (Fuvest 2015)

Considerando-se o intervalo entre o contexto em que transcorre o enredo da obra *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e a época de sua publicação, é correto afirmar que a esse período corresponde o processo de

- A) reforma e crise do Império Português na América.
- B) triunfo de uma consciência nativista e nacionalista na colônia.
- C) Independência do Brasil e formação de seu Estado nacional.
- D) consolidação do Estado nacional e de crise do regime monárquico brasileiro.
- E) Proclamação da República e instauração da Primeira República.

### 38. (Unicamp 2015)

Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. (...) O Romantismo apareceu aos poucos como



caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole (...).

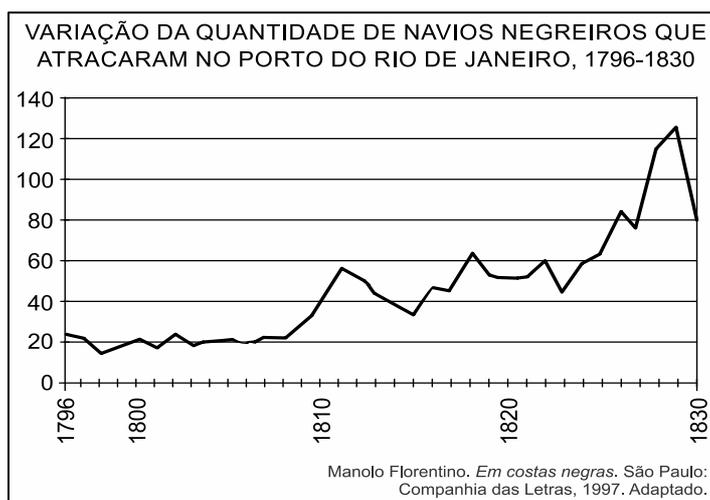
CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 19.

Tendo em vista o movimento literário mencionado no trecho acima, e seu alcance na história do período, é correto afirmar que:

- A) o nacionalismo foi impulsionado na literatura com a vinda da família real, em 1808, quando houve a introdução da imprensa no Rio de Janeiro e os primeiros livros circularam no país.
- B) o indianismo ocupou um lugar de destaque na afirmação das identidades locais, expressando um viés decadentista e cético quanto à civilização nos trópicos.
- C) os autores românticos foram importantes no período por produzirem uma literatura que expressava aspectos da natureza, da história e das sociedades locais.
- D) a população nativa foi considerada a mais original dentro do Romantismo e, graças à atuação dos literatos, os indígenas passaram a ter direitos políticos que eram vetados aos negros.

### 39. (Fuvest 2016)

Examine o gráfico.



O gráfico fornece elementos para afirmar:

- A) Apesar de uma ligeira elevação, o tráfico negreiro em direção ao Brasil era pouco significativo nas primeiras décadas do século XIX, pois a mão de obra livre já estava em franca expansão no país.
- B) As grandes turbulências mundiais de finais do século XVIII e de começos do XIX prejudicaram a economia do Brasil, fortemente dependente do trabalho escravo, mas incapaz de obter fornecimento regular e estável dessa mão de obra.



- C) Não obstante pressões britânicas contra o tráfico negreiro em direção ao Brasil, ele se manteve alto, contribuindo para que a ordem nacional surgida com a Independência fosse escravista.
- D) Desde o final do século XVIII, criaram-se as condições para que a economia e a sociedade do Império do Brasil deixassem de ser escravistas, pois o tráfico negreiro estava estagnado.
- E) Rapidamente, o Brasil aderiu à agenda antiescravista britânica formulada no final do século XVIII, firmando tratados de diminuição e extinção do tráfico negreiro e acatando as imposições favoráveis ao trabalho livre.

#### 40. (G1 - IFBA 2016)

Neste país, que se presume constitucional e onde só deverão ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei, e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. (Trecho do Manifesto Republicano, publicado no *Jornal A República*, do Rio de Janeiro, em dezembro de 1870.)

Disponível em: <<http://www.historiamais.com/manifesto.htm>>. Acesso em 20.09.2015.

A crítica apresentada pelo Manifesto Republicano de 1870 pode ser associada:

- A) ao despotismo de D. Pedro II, no desrespeito à Constituição Imperial.
- B) aos amplos e ilimitados poderes garantidos ao Imperador pelo Poder Moderador.
- C) à irresponsabilidade de D. Pedro II no trato com o dinheiro e com as finanças públicas.
- D) ao estado de corrupção e fraudes que envolvia D. Pedro II e grande parte de seus assessores.
- E) aos prejuízos econômicos do país nas negociações que D. Pedro II realizou com a Inglaterra.

#### 41. (PUCRS 2016)

Sobre a situação econômica e financeira do Brasil durante o Primeiro Reinado, é INCORRETO afirmar que

- A) o Brasil passava por uma forte crise no comércio de exportação, devido à queda das suas vendas externas de açúcar no mercado Europeu.
- B) a situação brasileira se agravou na medida em que, depois do declínio da produção aurífera colonial, a Inglaterra perdeu o interesse de ser parceira comercial do Brasil.
- C) o imperador D. Pedro I fazia gastos excessivos e não voltados ao desenvolvimento econômico, como o financiamento da Guerra da Cisplatina, além de existirem problemas na arrecadação de impostos.



- D) o café, que seria o grande produto brasileiro de exportação no século XIX, ainda não ocupava espaço significativo no comércio exterior do país.
- E) havia grande carência em transportes que, aliada às dimensões continentais do território brasileiro, dificultava a integração econômica do novo país e o adequado aproveitamento de suas riquezas naturais.

#### 42. (G1 - IFSUL 2016)

A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

- A) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.
- B) a noção de escravo como um bem, o que exigia a indenização para os proprietários de escravos.
- C) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.
- D) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

#### 43. (ESPM 2016)

...uma Constituição não é outra coisa que a ata do Pacto Social que fazem entre si os homens, quando se juntam e associam para viver em reunião ou sociedade.

(Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Citado por Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota in *História do Brasil: uma interpretação*).

As palavras do Frei Caneca foram proferidas a propósito de crítica ao modelo autocrático-imperial de Pedro I.

Assinale a alternativa que apresente a revolução republicana e separatista que eclodiu no nordeste, ocorrida contra o governo de Pedro I:

- A) Revolução Pernambucana de 1817;
- B) Sabinada;
- C) Cabanagem;



- D) Balaiada;
- E) Confederação do Equador.

#### 44. (G1 - IFBA 2016)

Os negros livres e libertos preocuparam os observadores do acaso do Império português no Brasil, mas foi, sobretudo, pensando nos escravos que eles distinguiram a atuação de um “partido negro”. Um anônimo informante da Coroa portuguesa escreveria numa data entre 1822 e 1823: (...) embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois se trata do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”.

Fonte: REIS, João José. *O Jogo Duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” da Independência da Bahia*. In: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

A denúncia da existência de um perigoso “partido negro”, no contexto da luta pela independência na Bahia, pode ser explicada pela:

- A) ameaça dos negros, escravizados e libertos, de se revoltarem contra os brancos e lutarem pela continuidade do domínio lusitano sobre a colônia.
- B) existência de uma organização partidária de negros livres e escravizados, que regulava ações conjugadas em toda a colônia pela extinção do trabalho escravo.
- C) participação de grande número de escravizados e negros livres na guerra de independência do Brasil, que poderia evoluir para uma luta contra o regime de escravidão.
- D) Ameaça de união entre as organizações antiescravistas brasileiras e os grupos revolucionários que estabeleceram uma República de negros no Haiti, no final do século XVIII.
- E) aliança firmada entre os negros libertos e os portugueses contra os proprietários de terras brasileiros, que poderia resultar num decreto do governo lusitano extinguindo o trabalho escravo na colônia.

#### 45. (G1 - CFTMG 2016)

“Após a Independência, o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes, como toda a população livre, estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade brasileira. No entanto, a Inglaterra, país de quem dependia, pressionava cada vez mais em sentido contrário. Apesar da dependência brasileira, a extinção do tráfico de escravos foi um longo processo de desavenças e acordos entre Brasil e Inglaterra.”



FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 192.

Dentre os fatores que contribuíram para a extinção do tráfico de escravos, é INCORRETO afirmar que:

- A) a Lei Eusébio de Queirós, de setembro de 1850, reconhecia que o tráfico equivalia à pirataria.
- B) o endividamento dos fazendeiros forçou a hipoteca de suas terras como pagamento aos traficantes.
- C) a Lei de Terras, aprovada em 1850, estipulava que os imigrantes não poderiam se tornar proprietários fundiários.
- D) a diminuição do tráfico transatlântico resultou no deslocamento de escravos da região mineradora para suprir as necessidades de cativos na lavoura açucareira.

#### 46. (UECE 2016)

No que concerne à Confederação do Equador de 1824, analise as afirmações a seguir, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- ( ) A Confederação costuma ser considerada um prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.
- ( ) As propostas liberais, republicanas e federativas serviram de bandeira política para os insurretos.
- ( ) Os revoltosos propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América.
- ( ) A adesão dos segmentos populares foi fundamental para unir todos os revoltosos.
- ( ) A imprensa, infelizmente, atuou contra o movimento e nenhum jornal nas províncias envolvidas quis apoiar a causa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, V, V, V, F.
- B) V, F, F, V, V.
- C) V, F, F, V, V.
- D) V, V, V, F, F.

#### 47. (PUCCAMP 2016)

República ou monarquia? Esse dilema esteve presente em todo o processo de *Independência* do Brasil. Mas a monarquia acabou sendo o sistema adotado em terras brasileiras, ao



contrário do que ocorreu em outras nações americanas, pois, para essas novas nações surgidas na América espanhola, a república:

- A) promovia uma relativa descentralização do poder, uma vez que o regente deveria ser eleito pelo povo.
- B) significava um rompimento maior com a metrópole e a fragmentação do antigo império colonial.
- C) facilitava a manutenção de um vasto território nas mãos dos chefes de Estado e dos proprietários rurais.
- D) garantia a implantação do princípio da soberania popular e da igualdade de direitos na América.
- E) atendia o desejo de políticos liberais e conservadores de libertar as províncias do poder metropolitano.

#### 48. (UFRGS 2015)

Observe as figuras abaixo.



RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. p. 215 e 225.

Considere as seguintes afirmações sobre o processo escravista no Brasil.

- I. As relações sociais entre senhores e escravos, no Brasil, eram definidas pelo equilíbrio de poder estabelecido pela miscigenação, conferindo à experiência histórica brasileira o caráter de "democracia racial".
- II. Os africanos deportados da África para a América desenvolveram mecanismos de sociabilidade, constituindo famílias e formas de identidades sociais.
- III. A Lei Áurea, além da emancipação dos escravos, decretava uma série de benefícios sociais e políticos para os libertos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

49. (FGV 2015)

Observe o mapa.



(Armelle Enders, *A nova história do Brasil*, p. 109)

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil

A) efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.

B) ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.

C) dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.

D) foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando à guerras de independência.



E) diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

### 50. (IMED 2015)

A Constituição de 1824, primeira Constituição do Brasil, estabelecia:

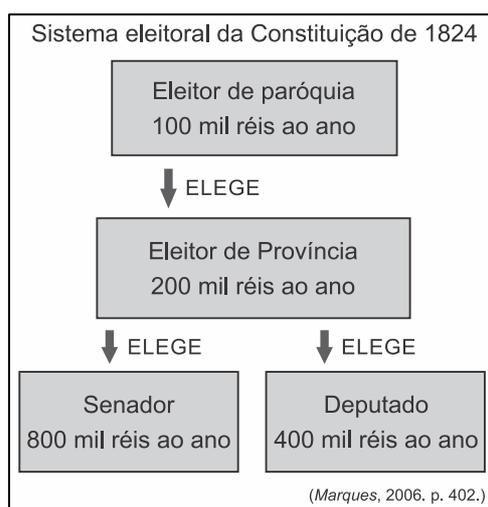
- I. Estado unitário, monárquico e hereditário.
- II. Independência da Igreja Católica em relação ao Estado.
- III. Voto indireto, censitário e aberto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

### 51. (UERN 2015)

Observe o quadro.



A partir da análise do quadro e tendo em vista o contexto do Brasil no I Império, é possível classificar o voto, naquele período, como

- A) censitário, amplo, indireto e irrestrito.



- B) universal, masculino, direto e representativo.
- C) censitário, masculino, indireto e em dois graus.
- D) universal, apartidário, direto e em quatro graus.

## 52. (FGVRJ 2013)

A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia. Por outro lado, no interior do Estado, de elites com fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e ao mesmo tempo comprometidas com uma determinada política nacional, pautada pela negociação destes interesses e pela manutenção da exclusão social, marcou não apenas o século XIX, como também o século XX. Através do parlamento essas elites regionais têm imposto uma determinada dinâmica para o jogo político que se materializa na imensa dificuldade de empreender reformas sociais profundas.

Dolhnikoff, Miriam. O pacto imperial. As origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 11-12.

De acordo com o ponto de vista apresentado no texto,

- A) a história brasileira é marcada por práticas de tolerância política acentuadas nas últimas décadas com a redemocratização do país.
- B) o parlamento é a única instituição política imune aos interesses e ao controle das elites regionais brasileiras.
- C) as profundas reformas sociais só foram possíveis graças às transformações políticas ocorridas na primeira metade do século XIX no Brasil.
- D) a dinâmica política do Estado nacional se constituiu com base em negociações entre as elites regionais e a exclusão social de outros setores.
- E) as características descritas sobre o Estado revelam a supremacia do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo na história política brasileira.

## 53. (UPF 2012)

Em setembro de 1822, o príncipe regente Dom Pedro proclamou a separação do Brasil em relação ao reino de Portugal. Sobre a independência do Brasil é correto afirmar:

- A) Modificou parcialmente as estruturas do país, pois, embora tivesse mantido o latifúndio, a monocultura e a escravidão, o Brasil tornou-se política e economicamente independente.
- B) Não modificou o país em profundidade, pois manteve a concentração da terra, a monocultura e a escravidão.
- C) Modificou o país, pois a Lei de Terras propiciou um maior acesso à terra pela população.



D) Não chegou a modificar o país concretamente, pois as ideias de fim de escravidão e de adoção de uma política agrária para o país não foram cumpridas, como queriam os cafeicultores.

E) Representou um avanço social, pois o país passou a ser governado por uma família real cuja mentalidade era abolicionista.

#### 54. (ESPCEX (Aman) 2013)

Era “exclusivo do imperador e definido pela Constituição como ‘chave mestra de toda organização política’. Estava acima dos demais poderes”.

(COTRIM, 2009)

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder:

- A) Moderador.
- B) Justificador.
- C) Executivo.
- D) Judiciário.
- E) Legislativo.

#### 55. (UFRGS 2013)

Em 1824, é outorgada a Constituição do Império do Brasil. Entre suas características, podemos afirmar que:

- A) dividia os poderes do Estado exclusivamente em Executivo, Legislativo e Magistratura.
- B) separava a Igreja Católica do Estado Laico.
- C) previa a eleição direta do Primeiro Ministro.
- D) estabelecia o voto universal e secreto para a população masculina.
- E) dividia os poderes do Estado em Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.

#### 56. (UFPR 2011)

“Temos a tendência de pressupor que todas as mudanças que decorreram de um movimento de independência foram para o melhor. Raramente, por exemplo, consideramos um movimento de independência como uma regressão, um triunfo do despotismo sobre a liberdade, de um regime imposto sobre um regime representativo. Apesar disso, no caso da independência do Brasil, essas acusações foram na época imputadas ao novo regime”.



(Adaptado de MAXWELL, K. “Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência”. In: MOTTA, C. G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: *Editora Senac*, 2000, p 181.)

Qual dos eventos citados a seguir gerou as acusações mencionadas no texto?

- A) A outorga da Constituição de 1824, feita por D. Pedro I depois de dissolvida a Assembleia Constituinte que elaborava o texto constitucional.
- B) O tratado de comércio que estipulou vantagens econômicas para a Inglaterra.
- C) O incentivo à imigração europeia e a gradual emancipação dos escravos, resultado de políticas públicas realizadas no período monárquico com objetivo de promover a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.
- D) A guerra empreendida contra o Paraguai na década de 1860.
- E) A decretação da maioria de D. Pedro II que, em 1840, favoreceu as medidas de centralização do poder, chamadas à época de “regresso”.

### 57. (G1 - IFCE 2014)

Era característica da Primeira Constituição Brasileira, de 1824:

- A) ser imposta pelo Imperador D. Pedro I.
- B) ser fruto de uma Assembleia Constituinte decorrente da Confederação do Equador.
- C) instituir o voto universal, secreto, obrigatório, para maiores de 18 anos, independente de ser alfabetizado ou não.
- D) estabelecer três poderes, que funcionaram em harmonia e independência.
- E) decretar o fim da escravidão, além de definir direitos, como a propriedade de terras, para os indígenas e seus descendentes que ainda viviam no Brasil.

### 58. (FGV 2013)

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, *Uma breve história do Brasil*)

Esse poder:

- A) ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.



- B) permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.
- C) sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.
- D) proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.
- E) oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

### 59. (Upe 2010)

A liberdade política exige lutas e enfrentamentos, muitas vezes, violentos. Em Pernambuco, a insatisfação da população levou à organização da Confederação do Equador, logo depois de 1822.

Liderada pelos liberais, a Confederação tinha como objetivo

- A) afirmar um governo baseado numa Monarquia Constitucional, segundo os modelos do Iluminismo francês.
- B) definir um governo democrático, com o fim imediato da escravidão e do governo monárquico.
- C) reforçar a centralização política, sem, contudo, alterar a Constituição de 1824 e suas normas básicas.
- D) criar uma república federativa, facilitando a descentralização política e o fim do autoritarismo.
- E) destruir o poder dos grandes latifundiários, proclamando uma constituição radicalmente liberal.

### 60. (PUCRS 2014)

Depois de declarada a Independência do Brasil, foi necessário dar uma ordenação legal ao novo país por meio da sua primeira constituição. Sobre esse processo, é INCORRETO afirmar que:

- A) O primeiro projeto de constituição recebeu o nome de Constituição da Mandioca, porque estabelecia que, para votar ou se eleger, a pessoa deveria comprovar uma renda mínima, equivalente a determinada quantidade de alqueires plantados desse vegetal.
- B) A Assembleia Legislativa reunida em 1823 para elaborar a primeira Constituição do Brasil foi dissolvida por D. Pedro I, por ter proposto um projeto que privilegiava os grandes proprietários de terra e excluía os pobres da participação política.



C) A primeira Constituição do Brasil foi outorgada por D. Pedro I e estabelecia o voto censitário e a formação de quatro poderes – Legislativo, Judiciário, Executivo e Moderador –, ficando os dois últimos sob controle do Imperador.

D) A primeira Constituição brasileira, estabelecida em 25 de março de 1824, instituiu uma monarquia hereditária no Brasil e o catolicismo como religião oficial do novo País, subordinando a Igreja ao controle do Estado.

E) Instituído pela Constituição outorgada de 1824, o Poder Moderador garantia a D. Pedro I o direito de nomear ministros, dissolver a Assembleia Legislativa, controlar as Forças Armadas e nomear os presidentes das províncias, favorecendo a concentração de poderes no Imperador.

### 61. (IFSP 2011)

Compare os dois excertos dados.

A- “D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, junto em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o projeto da Constituição (...)” (*Preâmbulo da Constituição Política do Império Brasileiro, 1824*)

B- “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...) promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição(...)”

(*Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*)

I. As duas Constituições foram feitas por Assembleias Constituintes (no século XIX, chamadas de Câmaras) e, portanto, as duas Cartas foram promulgadas.

II. Na primeira Constituição Brasileira há a ideia de que o poder Executivo existe pela graça de Deus, enquanto, na atual, a Assembleia Constituinte se colocou sob a proteção de Deus.

III. A Constituição Imperial trazia quatro poderes, sendo o poder Moderador o mais importante, pois dele dependiam os outros poderes; na Constituição de 1988, não se apresenta a superioridade de nenhum poder sobre os demais, pois tornou-se fundamental, à época, a busca da igualdade perante a lei e a prática da justiça.

Assinale a alternativa:

- A) se I, II e III forem corretas.
- B) se apenas II e III forem corretas.
- C) se apenas I e II forem corretas.



D) se apenas I e III forem corretas.

E) se apenas a I for correta.

## 62. (UPF 2016)

As revoltas provinciais do período Regencial, que varreram o país de norte a sul, tiveram distintos atores sociais e propostas.

“As províncias, desprezadas pela corte, curtindo o exílio dentro do país, e insatisfeitas com a Regência, reagem...”

(FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. v.1, 5. Ed., 2012, p. 320).

Sobre essas revoltas, considere as afirmações a seguir.

I. A Cabanagem ocorreu no Pará e teve ampla participação de elementos de baixa condição social (índios, seringueiros, lavradores e caboclos), os quais não tinham um programa sistemático de reivindicações, mas demonstravam seu ódio aos portugueses.

II. A Guerra dos Farrapos foi liderada pela elite dos estancieiros e teve como principal proposta a abolição incondicional da escravidão no Rio Grande do Sul e a defesa do trabalho assalariado.

III. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo integrantes da classe média e do comércio de Salvador. Uma de suas bandeiras de luta foi a adoção do federalismo.

IV. A Balaiada caracterizou-se por sucessivos levantes, inclusive de escravos, sem unidade entre si, o que levou a ser vencida pelas tropas legalistas com relativa facilidade. O separatismo não foi proposto pelos rebeldes.

Está correto apenas o que se afirma em:

A) I e II.

B) I, II e III.

C) I, III e IV.

D) II e III.

E) II, III e IV.

## 63. (G1 - IFBA 2016)

Durante o Período Regencial – 1831-1840 – o Brasil foi palco de diferentes tipos de rebeliões como a Farroupilha, a Cabanagem, a Balaiada, entre outras. Embora apresentem particularidades, esses movimentos apontam para pontos comuns como:

A) o questionamento da unidade territorial, apresentando projetos separatistas e republicanos.



- B) a proposta de antecipar a maioridade de D. Pedro, como forma de garantir um governo de base nacional.
- C) o estabelecimento temporário de um novo regime político, capaz de unir o país até a posse de D. Pedro II.
- D) a extinção imediata do sistema de escravidão e o estabelecimento do trabalho assalariado em todos os setores econômicos.
- E) a luta contra a grande propriedade e pela reforma agrária que permitisse uma reestruturação agrária no país.

#### 64. (Ulbra 2016)



Queremos Pedro II,  
Ainda que não tenha idade  
A nação dispensa a lei.  
Viva a Maioridade!

---

Por subir Pedrinho ao trono,  
Não fique o povo contente;  
Não pode ser coisa boa  
Servindo com a mesma gente.

(Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/antecipacao.html>)

Os dois versos se referem ao processo que culminou com a antecipação da maioridade de D. Pedro II em 1840 e permitem vislumbrar as preocupações na transição para o Segundo Império.

I. A ideia de a nação dispensar a lei encobria a ilegalidade de alçar ao trono um nobre com 14 anos de idade, assim como encerrar o período denominado como Regencial.



II. Grafar Pedro no diminutivo induz ao pensamento de que o momento correto para a coroação do Imperador deveria respeitar o período de amadurecimento estabelecido pelo projeto das Regências.

III. Nos dois últimos versos da segunda estrofe, a discussão é posta no sentido de que existe um grupo interessado na subida ao trono e que interesses políticos e econômicos específicos podem não satisfazer a nação como um todo.

Está(ão) correta(s):

- A) Somente a I.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) I, II e III.

#### 65. (ESPCEX (Aman) 2016)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos:

- A) liberais e conservadores.
- B) conservadores e socialistas.
- C) liberais e republicanos.
- D) comunistas e republicanos.
- E) liberais e anarquistas.

#### 66. (Vunesp 2012)

A maioria do príncipe D. Pedro foi antecipada, em 1840, para que ele pudesse assumir o trono brasileiro. Entre os objetivos do chamado Golpe da Maioridade, podemos citar o esforço de:

- A) obter o apoio das oligarquias regionais, insatisfeitas com a centralização política ocorrida durante o Período Regencial.
- B) ampliar a autonomia das províncias e reduzir a interferência do poder central nas unidades administrativas.
- C) abolir o Ato Adicional de 1834 e aumentar os efeitos federalistas da Lei Interpretativa do Ato, editada seis anos depois.



D) promover ampla reforma constitucional de caráter liberal e democrático no país, reagindo ao centralismo da Constituição de 1824.

E) restabelecer a estabilidade política, comprometida durante o Período Regencial, e conter revoltas de caráter regionalista.

### 67. (Vunesp 2013)

A Revolução Farroupilha foi um dos movimentos armados contrários ao poder central no Período Regencial brasileiro (1831-1840). O movimento dos Farrapos teve algumas particularidades, quando comparado aos demais.

*Em nome do povo do Rio Grande, depus o governador Braga e entreguei o governo ao seu substituto legal Marciano Ribeiro. E em nome do Rio Grande do Sul eu lhe digo que nesta província extrema [...] não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. [...] O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, maior consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade.*

(Bento Gonçalves [carta ao Regente Feijó, setembro de 1835] *apud* Sandra Jatahy Pesavento. *A Revolução Farroupilha*, 1986.)

Entre os motivos da Revolução Farroupilha, podemos citar

A) o desejo rio-grandense de maior autonomia política e econômica da província frente ao poder imperial, sediado no Rio de Janeiro.

B) a incorporação, ao território brasileiro, da Província Cisplatina, que passou a concorrer com os gaúchos pelo controle do mercado interno do charque.

C) a dificuldade de controle e vigilância da fronteira sul do império, que representava constante ameaça de invasão espanhola e platina.

D) a proteção do charque rio-grandense pela Corte, evitando a concorrência do charque estrangeiro e garantindo os baixos preços dos produtos locais.

E) a destruição das lavouras gaúchas pelas guerras de independência na região do Prata e a decorrente redução da produção agrícola no Sul do Brasil.

### 68. (UEL 2013)

No contexto histórico das transformações ocorridas no século XIX, que envolveram questões da identidade nacional e da política, no Brasil, após a abdicação de D. Pedro I, ocorreu uma grave crise institucional. As tentativas de superação por meio das Regências provocaram uma série de revoltas como a Sabinada (BA), a Balaiada (MA) e a Cabanagem (PA).

A superação da crise, que coincidiu com o fim do período regencial, deveu-se à:



- A) antecipação da maioria do príncipe herdeiro.
- B) consolidação da Regência Una e Permanente.
- C) formação e consolidação do Partido Republicano.
- D) fundação das agremiações abolicionistas.
- E) volta imediata de D. Pedro I às terras brasileiras.

**69. (UESPI 2012)**

Após a abdicação de D. Pedro I ao trono, o Brasil foi governado por Regências Trinas, conforme previa a Constituição, mas o Ato Adicional de 1834 provocou algumas mudanças, entre as quais se estabelecia:

- A) a regência una, para a qual o candidato era eleito e não mais indicado pela Assembleia Nacional, saindo vitorioso no primeiro pleito o Padre Diogo Antônio Feijó.
- B) a eleição direta e secreta de um regente, cuja candidatura era efetivada por seu partido político, ganhando em primeiro lugar o brigadeiro Francisco de Lima e Silva.
- C) a nomeação de um regente escolhido pelo presidente do Senado, a partir de uma lista composta dos nomes de três deputados, sendo nomeado o ministro Diogo Antonio Feijó.
- D) as regências unas provisórias, cujo regente seria escolhido entre os deputados provinciais, que revezavam-se no poder, sendo o primeiro, José da Costa Carvalho.
- E) a eleição popular de um regente, que ocuparia o cargo até a maioria do herdeiro do trono, sendo eleito em primeiro lugar o senador Nicolau Vergueiro.

**70. (UESPI 2012)**

Durante o governo Regencial, foi criada no Brasil a Guarda Nacional (1831), que teve entre seus objetivos:

- A) apoiar o reinado de D. Pedro I na consolidação da Independência.
- B) proteger os grupos que lideravam a oposição à aristocracia rural.
- C) substituir as tropas das milícias do exército e reforçar o poder das elites agrárias.
- D) proteger as fronteiras quanto a possíveis invasões, sobretudo as do Nordeste.
- E) conter as rebeliões e motins que pudessem perturbar a ordem institucional militar.

**71. (UECE 2014)**

O período historicamente conhecido como Período Regencial foi caracterizado:

- A) por rebeliões populares cujas ações exigiam o retorno da antiga realidade social com a volta de Pedro I ao poder.



- B) pela promoção política e pela ascensão social dos setores menos favorecidos proporcionadas pelos regentes.
- C) por um conjunto de rebeliões populares que clamavam pelo estabelecimento da república e pelo final da escravidão.
- D) pela convulsão política que desencadeou várias rebeliões que questionavam as estruturas estabelecidas.

## 72. (UFTM 2012)

No Brasil, os anos que se seguiram à Independência foram marcados por crises políticas e revoltas em várias províncias. A situação ganhou novos rumos com o Golpe da Maioridade, que pode ser caracterizado como:

- A) o movimento que afastou D. Pedro I e deu início ao Período Regencial.
- B) a luta entre monarquistas e republicanos, que marcou o Primeiro Reinado.
- C) a manobra do Partido Liberal, que antecipou a coroação de D. Pedro II.
- D) a reação conservadora, que restringia o poder das assembleias provinciais.
- E) a ação de Feijó que, com apoio da Guarda Nacional, instituiu a Regência Una.

## 73. (G1 - Col. Naval 2011)

"A revolta de 1835, também chamada a \* grande insurreição', foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em consequência, não será apenas uma eclosão violenta, mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo (...). Reuniam-se regularmente para discutirem os planos de insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade. (...) O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia. (...) O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. (...) os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. (...) Derrotada a insurreição, os seus líderes se portaram dignamente."

(Moura, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. pp. 63-69.)

Sobre a rebelião escrava relatada no texto, é correto afirmar que:

- A) foi comandada por Ganga Zumba que planejava implantar um território livre no Recôncavo Baiano.
- B) nessa rebelião, chamada de Revolta dos Males, participaram escravos de diversas etnias que pretendiam acabar com a escravidão na Bahia.



- C) a revolta ocorreu devido à intolerância religiosa, já que os escravos foram impedidos de praticar sua religião, o Candomblé.
- D) seu líder Zumbi dos Palmares, após longa resistência às tropas do governo, acabou sendo preso e enforcado e o quilombo foi destruído.
- E) nessa rebelião, denominada Conjuração Baiana, os revoltosos queriam a independência do Brasil e o fim da escravidão.

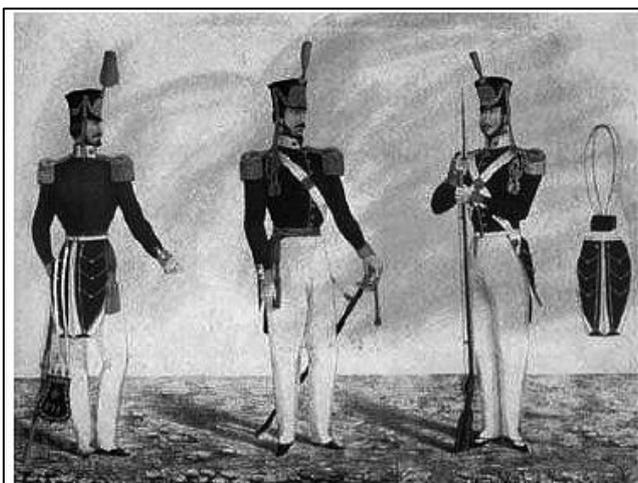
#### 74. (UESPI 2012)

Entre os movimentos sociais que contestavam o poder centralizado do Império brasileiro, destaca-se o conflito cuja duração se estendeu da Regência ao Segundo Reinado, reconhecido como:

- A) Confederação do Equador, que, iniciando-se em Pernambuco, contou com a adesão de grande parte das demais províncias nordestinas.
- B) Revolução Praieira, que se singularizou pela luta contra o poder das oligarquias locais de Pernambuco.
- C) Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador (BA) e organizada por negros de religião muçulmana, sendo considerada a maior rebelião de escravos do Brasil.
- D) Guerra dos Farrapos, empreendida pelos Republicanos gaúchos, denominados de Farroupilhas, em que lutaram juntos grandes estancieiros, peões e escravos.
- E) Revolta de Beckman, deflagrada no Maranhão pelos colonos, contra o poder dos jesuítas e o monopólio comercial português.

#### 75. (UFV 2010)

Observe a imagem a seguir:



**Brito e Braga, Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional (1840-1845).**  
(Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia>. Acesso em: 30 jul. 2009.)

Com relação à Guarda Nacional, criada durante o Império, é CORRETO afirmar que:



- A) funcionava como única força armada que podia defender os interesses dos escravistas e coibir a fuga dos escravos.
- B) objetivava o controle da Corte e da burocracia imperial, alvos frequentes de manifestações populares de descontentamento.
- C) tinha por finalidade a garantia da segurança e da ordem, defendendo a Constituição, a obediência às leis e a integridade do Império.
- D) atuava na defesa das fronteiras externas brasileiras, impedindo a expansão dos países platinos em direção ao território brasileiro.





1. Alternativa D
2. Alternativa A
3. Alternativa D
4. Alternativa B
5. Alternativa C
6. Alternativa A
7. Alternativa B
8. Alternativa C
9. Alternativa B
10. Alternativa C
11. Alternativa A
12. Alternativa B
13. Alternativa C
14. Alternativa C
15. Alternativa C
16. Alternativa E
17. Alternativa C
18. Alternativa E
19. Alternativa C
20. Alternativa E
21. Alternativa C
22. Alternativa C
23. Alternativa E
24. Alternativa C
25. Alternativa C
26. Alternativa C
27. Alternativa C
28. Alternativa E
29. Alternativa E
30. Alternativa E
31. Alternativa E
32. Alternativa E
33. Alternativa C
34. Alternativa E
35. Alternativa D
36. Alternativa B
37. Alternativa C
38. Alternativa C
39. Alternativa C
40. Alternativa B
41. Alternativa B
42. Alternativa B
43. Alternativa E
44. Alternativa C
45. Alternativa D
46. Alternativa D
47. Alternativa B
48. Alternativa B
49. Alternativa D
50. Alternativa C
51. Alternativa C
52. Alternativa D
53. Alternativa B
54. Alternativa A
55. Alternativa E
56. Alternativa A
57. Alternativa A
58. Alternativa E
59. Alternativa D
60. Alternativa B
61. Alternativa B
62. Alternativa C
63. Alternativa A
64. Alternativa E
65. Alternativa A
66. Alternativa E
67. Alternativa A
68. Alternativa A
69. Alternativa A
70. Alternativa C
71. Alternativa D
72. Alternativa C
73. Alternativa B
74. Alternativa D
75. Alternativa C



## 15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito bem querido(a) concurseiro. Se chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Te encontro na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

*Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.*



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.